

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA DA LITERATURA

LIANE DUARTE DA SILVA

Presos que menstruam: o *testimonio* do silêncio e da solidão nos presídios femininos  
brasileiros

RIO GRANDE

2020

LIANE DUARTE DA SILVA

Presos que menstruam: o *testimonio* do silêncio e da solidão nos presídios femininos brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Mestrado em Letras, Área de concentração História da Literatura, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Letras.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Paiva Coronel

RIO GRANDE

2020

[aos meus pais]

## ***O mundo***

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas.

— O mundo é isso — revelou —. Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo

*O Livro dos Abraços, Eduardo Galeano, p. 11*

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos talvez sejam a parte mais difícil de uma Dissertação, resumir em algumas palavras toda a minha gratidão pelas pessoas que me ajudaram a ser quem eu sou hoje não é tarefa fácil.

Agradeço aos meus pais, Vera Lúcia e Carlos Alberto, pois se hoje sou alguém é porque tive vocês como pais. Mãe, obrigada por me ensinar a ser uma mulher que não desiste, que luta e que sabe o que quer, que corre atrás e que faz acontecer. Obrigada por todas as vezes que assistimos juntas A Marcha dos Pinguins. Obrigada por hoje estares aqui lendo essas palavras, novamente. Pai, obrigada por cada vez que tu assististe Branca de Neve e os Sete Anões comigo (eu sei, foram muitas). Obrigada por todas as caronas, as “piadinhas de pai” e as palavras de sabedoria, que sempre vêm em boa hora. Por sempre incentivar meus estudos, inclusive quando eu te pedia ajuda em matemática e tu queria que eu pensasse sozinha ao invés de só me dar a resposta. Obrigada pelo carinho e amor incondicional. Vocês são a minha base, meu chão e meu amor por vocês é eterno.

Ao meu irmão, Haniel, por tudo. Desde as rasteiras na infância, ao ombro amigo na vida adulta. Pelos conselhos e não-conselhos. Obrigada por todos os abraços. Tu também és a minha base. Meu amor por ti também é eterno.

Aos meus avós, Tisbe (Vó Titi) e Carlos (vô Cacá), pelo amor que tiveram por mim. Pelos colos, pelas moedas para ir à matinê, por todas as laranjas compartilhadas vendo novela, por não deixar eu andar descalça para não ficar doente, ou seja, pela preocupação e pelo carinho. Eu amo vocês, muito e sempre vou amar.

Ao Guilherme, pelo companheirismo, carinho, paciência, pelos cafunés, abraços e alentos. Pelas viagens, por compartilhar sonhos, livros, músicas, jogos. Por ser quem tu és e me ajudar a ser melhor, diariamente. Pelo amor compartilhado. Te amo. “So here we are tonight, you and me together. The storm outside, the fire is bright and, in your eyes, I see what is on my mind. You've got me wild, turned around inside”.

À amiga que a faculdade me deu: Leticia. Obrigada por todas as caronas, confissões, bergamotas com chimarrão, chimarrão sem bergamota, conversas nas escadas da FURG, jantas, viagens, paciência e companheirismo nessa jornada, que não foi fácil. Nossa história juntas teve início em 2013 e permanece ainda hoje. Atravessamos juntas a graduação, a prova da Ordem, os trabalhos de conclusão de curso, a prova do mestrado, o mestrado em si e agora a dissertação, sempre juntas, sempre amigas.

À amiga Luiza, que tem nome de princesa, por todas as conversas ao longo desses três anos. Obrigada por me ensinar tanto, compartilhar muito e estar presente sempre. Que muitos outros anos de amizade possam vir.

Aos meus companheiros mais sinceros: Zeus e Felix. Pelos olhares compartilhados, os carinhos trocados e a confiança depositada em mim.

À amiga e eterna professora Cláudia Carneiro Peixoto, por me ensinar tanto, por compartilhar momentos maravilhosos comigo, por sempre estar pronta para ajudar. Muito obrigada pela oportunidade de te conhecer e de ter como amiga uma pessoa tão especial, tão humana.

À todas as professoras e professores que me acompanharam até aqui, em diferentes momentos da minha vida, por amarem a profissão e lutarem diariamente para manter esse amor vivo, mesmo nos momentos mais difíceis. Eu não seria nada sem os educadores que passaram em minha vida.

Aos colegas da turma de mestrado, por terem compartilhando um ano repleto de debates em sala de aula e fora dela. Em especial ao Arthur, que foi companheiro de conversas no corredor e pela internet, inclusive durante a escrita, sempre trocando ideias. Foi ótimo conhecer vocês!

À minha orientadora: Luciana Paiva Coronel, por ter encarado esse trabalho junto comigo, por todas as críticas construtivas, os cafés na Vanguarda, por respeitar meu tempo de escrita e minhas escolhas.

À Universidade Federal do Rio Grande, pelos cinco anos de curso de Direito e agora pelos dois anos de mestrado em História da Literatura, onde fiz incríveis amizades e

pude crescer como pessoa e aluna, tudo graças a uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, características que vou sempre lutar para que sejam mantidas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter possibilitado a dedicação exclusiva a esse trabalho durante os dois anos de Mestrado com a oferta de bolsa de pesquisa.

*Todas e todos aqui citados: Vocês são um mar de fogueirinhas na minha vida! São fogo que queima ao chegar perto! Nunca deixem de ser assim. Amo vocês.*

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema central a obra *Presos que menstruam*, escrita pela jornalista Nana Queiroz, após quatro anos visitando os presídios femininos brasileiros, conhecendo mulheres em situação de privação de liberdade e seus familiares, ouvindo suas histórias e principalmente suas denúncias. Objetiva-se demonstrar que o livro se insere na História da Literatura como uma escrita de cárcere, que apesar de não ser uma categoria vasta na literatura nacional, tem suas representações em diferentes momentos do país, desde *Memórias do Cárcere* referente à Ditadura de Getúlio Vargas, passando pelas obras que relatam o cárcere durante a Ditadura Militar e chegando ao *boom* da literatura prisional dos anos 2000. *Presos que menstruam* é discutida como uma representante das prisões femininas na literatura de cárcere, apresentando em conjunto a teoria do *testimonio*, que surgiu na América Latina no início dos anos 60, com obras que denunciam situações de exploração, violações de direitos humanos, conflitos e aprisionamentos. Buscamos analisar o livro que compõe o *corpus* dessa dissertação a partir do *testimonio*, sendo a autora, Nana Queiroz, a gestora do texto e as mulheres presas como sujeitos testemunhais, apontando entre algumas questões a solidão e o silenciamento que essas mulheres sofrem diariamente, situações muito presentes nas denúncias contidas na obra.

**Palavras-chave:** *Presos que menstruam*; Nana Queiroz; *testimonio*; cárcere feminino; História da Literatura

## ABSTRACT

The main theme of the present thesis is the book *Presos que menstruam*, written by Nana Queiroz, a journalist who spent four years visiting women's prisons in Brazil, getting to know women deprived of their freedom and their families, listening to their stories and most of all their denouncements. This thesis aims to show that the book belongs in the History of Literature as a work of prison literature, which despite not being a vast category of Brazilian literature, has examples across many different moments, from Getúlio Vargas' dictatorship *Memórias do Cárcere*, to the works that talk about prison during the Military Dictatorship and the prison literature's boom in the 2000's. *Presos que menstruam* is discussed as an example of women's prison in prison literature, along with the *testimonio* theory born in Latin America during the 1960's, referring to works that denounce exploration, human rights' violations, conflicts and imprisonments. We seek to examine the book that makes up the *corpus* of this thesis according to *testimonio* theory, and its author, Nana Queiroz, as the compiler of the text and the women incarcerated as testimonial subjects, and pointing out questions such as the loneliness and the silencing that these women suffer on a daily basis, a denouncement that is present throughout all the book.

**Keywords:** *Presos que menstruam*; Nana Queiroz; *testimonio*; women's prison; History of Literature.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. ENTRE LETRAS E NÚMEROS: UM PANORAMA DA LITERATURA DO CÁRCERE NACIONAL E A APRESENTAÇÃO DE DADOS REFERENTES AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO .....	15
2. PRESOS QUE MENSTRUAM E O <i>TESTIMONIO</i> LATINO-AMERICANO.....	47
3. TESTEMUNHOS SOB ANÁLISE: UMA LEITURA DE <i>PRESOS QUE MENSTRUAM</i> .....	79
CONCLUSÃO .....	119
REFERÊNCIAS .....	123

## INTRODUÇÃO

Depois que você vai presa, pode implorar, chorar, que ninguém acredita que você é inocente. Que nem aquela menina outro dia, que foi presa porque “deu mamadeira com droga pro bebê”. Aí quando descobriram que não era droga, era amoxicilina, ela já tinha quase morrido na cadeia, já tinha ficado cega de tanto as meninas baterem. E o bebê nem morreu da amoxicilina, morreu da doença que ela tava tratando com o remédio. Ela falava pra elas assim: “Nem eu uso droga, como eu ia dar pro meu filho? Nunca, nunca!” E elas não queriam saber, batiam. Estouraram os tímpanos dela. Eu entrei em pânico de ver aquele desespero dela. Assistir aquela cena horrível. E você pode gritar “não fui eu, não fui eu”. E ninguém acredita. As presas e os policiais. Ninguém. E ela era inocente.<sup>1</sup>

É com esse trecho que decido começar a dissertação. Uma mãe é presa por engano, acusada de dar drogas para o próprio filho e é espancada na prisão. Poderia ser um conto de Guy de Maupassant, como “A mãe dos monstros”, a mãe poderia ter dado drogas ao filho e esse ser o motivo da sua morte, mas a realidade consegue ser ainda mais cruel. Após o espancamento as outras presas ficam sabendo que não havia droga alguma, a mamadeira continha amoxicilina para o tratamento da doença do bebê. Tarde demais, a sequela física e psicológica já havia sido feita naquela mulher-mãe-prisioneira, que além de tudo tinha perdido seu filho para a doença que buscava curar. O trecho acima faz parte de um dos vários relatos contidos em *Presos que menstruam*, obra de autoria da jornalista Nana Queiroz e que pretendo estudar ao longo desse trabalho.

Escrevo essa introdução – e a conclusão – em primeira pessoa do singular, pois não há como falar da construção desse trabalho sem falar do caminho que percorri como aluna e como pessoa até esse momento de escrita. Os capítulos são escritos na primeira pessoa do plural, por uma escolha minha também, para dar um tom menos pessoal ao trabalho, mas sem torná-lo completamente impessoal, uma vez que compreendo que na posição de mulher e jovem, posso utilizar a forma do “nós” ao tratar sobre uma temática tão ligada às questões das mulheres na nossa sociedade. É um claro desafio escrever sobre mulheres em situação de aprisionamento quando sempre fui livre, quando não passei pela maioria das dificuldades que essas mulheres passam, quando tive diferentes oportunidades.

---

<sup>1</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 229

Tive um breve contato com as mulheres presas na Penitenciária Estadual De Rio Grande (PERG) ao participar de um projeto que tinha como objetivo a exibição de filmes e rodas de conversa e pude ver, com meus próprios olhos, diversas questões que aponto ao longo dessa dissertação e que são trazidas por Nana Queiroz em *Presos que menstruam*: as condições precárias do presídio, o espaço restrito que essas mulheres possuem na instituição – uma vez que, como tantas outras penitenciárias do país, a PERG é originariamente uma penitenciária masculina, que foi transformada em mista, o que significa um número muito maior de presos do que de presas – e principalmente, pude perceber o quanto essas mulheres querem ser ouvidas, querem dialogar. Durante as oficinas sempre havia conversa. Diversas presas contavam dos seus filhos e netos e tinham interesse em saber mais das nossas vidas. A solidão dessas mulheres se fazia presente mesmo em um espaço de confraternização com outras pessoas. Esse contato também me permitiu ter ainda mais certeza sobre a escrita dessa dissertação.

A ideia para esse trabalho não surgiu durante a inscrição para a prova que me permitiu ingressar no mestrado em 2018. Ela é mais antiga e me acompanha desde a época da graduação, quando uma jovem estudante de direito, lá por 2016, conheceu a obra *Presos que menstruam* e junto com a angústia proporcionada pela leitura, surgiu a vontade de falar sobre ela. Eu já sabia que a realidade das prisões era dura. Havia lido *Estarão as prisões obsoletas?* da professora e ativista norte-americana Angela Davis para uma cadeira que relacionava direito e gênero, além de visto a série “Orange is the new black”, que ficou famosa na época do seu lançamento, em 2013, contando a história de uma mulher branca de classe média em um presídio comum dos Estados Unidos. Mas nada havia me preparado para o que eu iria encontrar nas páginas de *Presos que menstruam*.

As violações de direitos, o sofrimento, a solidão, a sujeira e tantas outras coisas erradas em nosso sistema penal tiveram grande impacto em mim. Já me entendia como feminista e defensora dos Direitos Humanos, tendo interesse pela área penal. Não podia ficar quieta diante de uma obra com tantas histórias, tantas denúncias. Conteí para todo mundo sobre o livro, fiz a minha mãe ler a obra, apresentei para as amigas. Na época fazia parte do projeto de extensão “*Obliquo* - Núcleo de Estudos

em Direito e Literatura” como bolsista, coordenado pela então professora Juliana Tomkowski Mesko da Fonseca. O *Oblíquo* teve um grande impacto na minha vida acadêmica, juntando a minha paixão pela literatura ao curso que eu já fazia. Nas nossas reuniões lemos obras como *Hospício é Deus*, *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome* (ambas escritas por mulheres que se encontravam internadas em hospitais psiquiátricos, Maura Lopes Cansado e Stela do Patrocínio, respectivamente), *Jazz*, obra de Toni Morrison, *O conto da aia* de Margaret Atwood, entre outros. Além das reuniões, realizamos oficinas na Mostra de Produção Universitária e um evento, que contou com a participação de professores da Literatura da FURG.

Com a faculdade, as provas e os estágios acabei deixando de lado alguns projetos de artigo relacionados com *Presos que menstruam*. Mas o carinho pela obra sempre esteve presente. Em meu trabalho de conclusão de curso escrevi sobre violência obstétrica, pois na época fazia parte do projeto de extensão “Biografias do trauma: um olhar literário e interdisciplinar para a experiência da violência obstétrica”, coordenado pela professora Kelley Baptista Duarte. Durante o projeto e a escrita do TCC a questão das mulheres presas ainda se fazia presente, porque elas não estão imunes a sofrer essa violação, pelo contrário, estão ainda mais sujeitas. Enquanto escrevia o trabalho lembrava dos relatos da obra de Nana Queiroz que narravam partos com algemas, a separação da mãe e do bebê, as más condições nas Unidades Materno-Infantis. Sabia que a obra escrita por Nana Queiroz não me abandonaria mais.

Após o TCC e a conclusão do curso em Direito decidi fazer a prova para o mestrado de História da Literatura e como pré-projeto submeti um protótipo do que é hoje essa dissertação. Muita coisa mudou entre 2018 e hoje: o título, o referencial teórico e até mesmo o *corpus* dessa dissertação. Inicialmente a pretensão era trabalhar com *Prisioneiras* do médico Drauzio Varella e com *Presos que menstruam*, porém, optei por trabalhar apenas com a obra de Nana Queiroz por alguns motivos, entre eles o fato de ter sido escrito por uma mulher, jovem e ativista dos direitos das mulheres.

Durante o primeiro ano do mestrado, em meio a angústias e incertezas cheguei à teoria do *testimonio* e enxerguei uma resposta para algumas dúvidas. Era, enfim, possível trabalhar com *Presos que menstruam* no âmbito da literatura. Conheci as obras basilares da teoria do *testimonio* por meio dos textos de Márcio Seligmann-Silva e João Camillo Penna, conhecendo então Hugo Achugar e John Beverley. Após a teoria, era necessário definir questões norteadoras para definir os rumos desse trabalho. Após cada leitura de *Presos que menstruam* duas coisas me chamavam a atenção: a solidão dessas mulheres em situação prisional e o silenciamento delas. As duas coisas andando juntas. Decidi que a análise dessa obra deveria se basear nesse silenciamento, ou seja, eu quis estudar os relatos que continham denúncias na obra de Nana Queiroz. Enquanto analisava, pude perceber que as denúncias estão todas conectadas – mesmo que o livro contenha relatos de presas que se encontram em diferentes prisões por todo o país – a grande maioria é sobre a saudade da família, a ausência de atenção, a ausência de direitos e as péssimas condições nas quais os presídios brasileiros se encontram.

Essas questões parecem ser bem presentes quando falamos sobre o cárcere (como busco apresentar no terceiro capítulo) o que corrobora com a teoria aqui trabalhada: os relatos dessas mulheres ouvidas por Nana Queiroz denunciam situações que ocorrem nos presídios das cinco regiões brasileiras. Não estão restritos a uma região isolada, ou a um presídio específico. Quando uma mulher presa fala sobre o seu cotidiano, ela fala do cotidiano de milhares de mulheres. Quando ela denuncia uma violação, ela denuncia a violação sofrida por tantas outras.

O primeiro capítulo desse trabalho pode ser dividido em dois momentos: O primeiro é uma linha do tempo em que busquei apresentar outras obras nacionais que tiveram como tema o cárcere (com situações diferentes em cada um, alguns tratam de prisões durante ditaduras, outros sobre prisões que acontecem em um (suposto) Estado de direito, alguns escritos pelos próprios presos, outros por familiares de presos ou ainda, por gestores que escrevem as histórias contadas pelos presos). Começando em 1953 e chegando a 2017, essa apresentação tem início com *Memórias do Cárcere*, escrito por Graciliano Ramos, 10 anos após a sua prisão pelo governo Getúlio Vargas.

Na sequência, apresento a obra de Vera Tereza de Jesus, que nos anos 60 conseguiu publicar o livro intitulado *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. Esse livro, tão pouco conhecido, como veremos no primeiro capítulo, pode ser considerado um marco na literatura do cárcere, uma vez que narra a passagem da autora pelo juizado de menores, quando ainda criança, e por presídios e manicômios durante a vida adulta, tendo sido publicada na década de 60, quando hoje, no século XXI ainda é difícil encontrarmos obras escritas por mulheres na mesma situação.

Dando seguimento à linha do tempo, apresento obras relacionadas com o período da Ditadura Militar brasileira, sendo uma delas escrita por uma sobrevivente, e duas escritas por familiares de vítimas do regime militar. A primeira é *Volto semana que vem*, da escritora Maria Pilla, em que narra a sua trajetória nos movimentos de combate à Ditadura, no Brasil e na Argentina e o posterior exílio e retorno ao Brasil. Em seguida, falo de *K*: relato de uma busca do jornalista Bernardo Kucinski, que narra o desaparecimento, em 1974, da irmã de Kucinski, Ana Rosa Kucinski, uma jovem professora de química da Universidade Federal de São Paulo, presa pelos militares junto com seu marido. Por fim, falo de *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, jornalista e escritor que narra no livro a sua vida e da sua família antes e depois do desaparecimento do pai, o deputado Rubens Paiva, também preso pelos militares.

Em seguida, apresento as obras que fizeram parte do *boom* da literatura de cárcere nacional. Começando com *Carandiru* do médico Drauzio Varella, obra que posteriormente se tornaria a primeira na trilogia lançada pelo autor com relação ao cárcere (o segundo livro é *Carcereiros*, lançada em 2012 e posteriormente *Prisioneiras*, lançado em 2017). Falo ainda sobre o livro de Jocenir *Diário de um detento*, escrito após o autor deixar a prisão. Jocenir ficou conhecido com a música homônima ao livro, lançada pela banda de rap Racionais MC's em 1997. A apresentação dessas obras segue com *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes, escritor e colunista da revista Trip. *Memórias de um sobrevivente* foi escrito enquanto Mendes cumpria pena no Carandiru. Outra obra que trago no primeiro capítulo é *Sobrevivente André du Rap*, escrito pelo gestor Bruno Zeni, jornalista que conheceu André du Rap durante o julgamento do Coronel Ubiratan, responsável pela ação que acarretou o Massacre do Carandiru. A parte do depoimento de André du

Rap que compõe o livro foi transcrita por Zeni de uma gravação de quatro horas de narração de André du Rap.

Por fim, apresento as obras que surgiram a partir de 2015 e que focam no cárcere feminino. São elas: *Presos que menstruam*, obra trabalhada nessa dissertação, *Cadeia* da antropóloga Débora Diniz e *Prisioneiras* do médico Drauzio Varella. *Cadeia* foi escrito após um trabalho de escuta realizado por Diniz na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, onde a autora já realizava trabalhos de pesquisa. No prefácio da obra Diniz explica que para coletar os relatos que formariam o livro ela não conversou diretamente com as presas, mas acompanhou os profissionais que trabalham na penitenciária enquanto atendiam essas mulheres em situação prisional, ouvindo as conversas que aconteciam entre os profissionais e elas.

Por sua vez, *Prisioneiras*, como já mencionei anteriormente, é o livro que finaliza a trilogia escrita por Drauzio Varella relacionada ao cárcere. Após o trabalho voluntário no Carandiru, o médico passou a realizar o mesmo trabalho de prevenção à AIDS na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo. O livro reúne histórias das presas e do próprio médico, que narra como é ser voluntário na instituição, destacando em vários momentos as diferenças entre prisões femininas e masculinas.

O segundo momento do primeiro capítulo teve como pretensão apresentar um pouco da realidade prisional nacional por meio de dados referentes aos presídios brasileiros obtidos em documentos oficiais e também com o apoio de leituras voltadas para o encarceramento em massa. Assim, utilizo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, na edição voltada para as prisões femininas que foi lançada em 2018, o INFOPEN Mulheres. Em conjunto com esses dados apresento o livro *O que é encarceramento em massa* da ativista e escritora Juliana Borges.

No segundo capítulo apresento a obra base dessa dissertação, *Presos que menstruam*, e a escritora, Nana Queiroz. Busquei mostrar a obra de forma mais aberta, realizando o afunilamento no terceiro capítulo. Apresentei informações referentes à capa, ao prefácio, a forma como os capítulos são divididos e em conjunto trago algumas informações atualizadas sobre as condições de presídios,

principalmente relacionadas aos kits que as presas tem direito de receber do Estado e da família, um dos temas que inspiraram Nana Queiroz a escrever o livro aqui estudado. Também trago a teoria base desse trabalho: o *testimonio*, teoria latino-americana, que tem início na década de 60 e tem suas peculiaridades em comparação com a teoria do testemunho europeia, entre eles a presença de um sujeito testemunhal e um gestor. Busco ao longo do capítulo relacioná-la com *Presos que menstruam*, tendo Nana Queiroz como gestora e as mulheres que narram suas histórias como sujeitos testemunhais. A relação entre autoria e gestor é complexa, principalmente quando uma das propostas dessa dissertação é falar sobre o silenciamento das mulheres em situação prisional, o que pretendo explorar nesse segundo capítulo e também no terceiro.

O terceiro capítulo é dedicado à análise do *corpus* dessa dissertação, buscando explorar as duas questões que entendemos serem principais na obra – o silenciamento e a solidão - e todas as suas ramificações presentes no texto. Relacionando os trechos trabalhados com a teoria já apresentada, com algumas questões relacionadas ao trabalho e com a legislação brasileira, que como será visto, é frequentemente violada nesses espaços. Além da solidão e do silenciamento, outra questão muito presente nos relatos e, por consequência, no terceiro capítulo é a tortura, física e psicológica a que essas mulheres estão expostas. Para auxiliar a análise do terceiro capítulo, trabalho, além dos teóricos do *testimonio*, com Silvia Federici – quando esta trata sobre as questões dos trabalhos domésticos em *O ponto zero da revolução* – e Michel Foucault, com *A ordem do discurso*, buscando compreender melhor as causas do silenciamento dessas mulheres.

## 1. ENTRE LETRAS E NÚMEROS: UM PANORAMA DA LITERATURA DO CÁRCERE NACIONAL E A APRESENTAÇÃO DE DADOS REFERENTES AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Para dar início a essa dissertação começaremos por apresentar obras nacionais que tratam sobre o cárcere no Brasil, passando por diferentes períodos históricos do país – servindo quase como uma linha do tempo desses livros – situando as obras já escritas sobre o tema e que contribuíram para a temática. Como essa dissertação tem *Presos que menstruam* como objeto de estudo, a ideia não é apontar todas as obras que tratam sobre as prisões no país, assim foi necessário fazermos um corte onde selecionamos obras de diferentes períodos. Começando pela ditadura de Vargas, passando pelos anos 60 e chegando nos anos 2000, com o *boom* da literatura carcerária nacional. Após, ainda apresentamos as obras mais recentes, que a partir de 2015 trazem para os livros as prisões femininas.

Em um primeiro momento ao falarmos sobre literatura do cárcere o livro que costuma passar pela cabeça daqueles que escutam/leem sobre o tema tende a ser *Memórias do Cárcere*<sup>2</sup> de Graciliano Ramos. Publicado postumamente em 1953, foi escrito dez anos após a prisão do autor, em quatro volumes, sendo que o último capítulo não foi finalizado, uma vez que Graciliano Ramos faleceu antes de poder concluí-lo. Graciliano Ramos fora preso durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, no ano de 1936, tendo sido preso sem o devido processo, acusado de ter ligações com o Partido Comunista.

A permanência no cárcere de 1936 a 1937 é narrada em quatro partes: “Viagens”, “Pavilhão dos primários”, “Colônia correccional” e por fim “Casa de Correção”. Foi publicado durante o segundo mandato de Vargas (que teve início em 1951 e foi finalizado em 1954 com o suicídio do presidente). O livro fez sucesso entre o público geral, e ainda hoje é bastante lido e debatido por estudiosos da literatura nacional. Entre os pensadores que tratam sobre *Memórias do Cárcere* temos Alfredo Bosi, que escreveu o artigo intitulado *A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere*<sup>3</sup>, publicado em 1995. Bosi afirma logo de início que Graciliano Ramos é um

---

<sup>2</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

<sup>3</sup> BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. *Estudos Avançados*, 9(23), 309-322.

“dos três ou quatro maiores prosadores da nossa literatura”<sup>4</sup> e apresenta como forma de estudo da obra o testemunho. Essa sugestão para a leitura de *Memórias do Cárcere* é muito interessante, com Bosi fazendo alusão ao Prêmio da *Casa de las Americas* – essa questão será explorada no segundo capítulo, mas a *Casa de las Americas* é uma organização importante para a expansão do *testimonio* na América Latina – por adotarem a expressão “literatura do testemunho”. Dessa forma, *Memórias do Cárcere* pode ser interpretado não só como um integrante da literatura do cárcere nacional, como também pode ser compreendido como uma escrita que se relaciona ao testemunho.

É importante notar que apesar de Graciliano Ramos não ter se envolvido – abertamente – com o movimento comunista na época da prisão e não estar em sua obra, pelo menos não diretamente, denunciando o regime Vargas, ele acaba por citar companheiros de cela, entre eles figuras famosas do momento histórico da ditadura de Vargas, como Luís Carlos Prestes e Olga Benário Prestes, o que foi importante para mostrar aos seus leitores essas pessoas, que vivenciaram a ditadura e as prisões arbitrárias também. Mesmo que Graciliano Ramos os enxergasse como um outro – nas palavras de Alfredo Bosi “o peso da negatividade e o empatamento cognitivo parecem obstar a que o narrador arme um laço de simpatia com o próximo”<sup>5</sup> – ele acabou por estar conectado a esses outros presos por sua história, uma prisão arbitrária, com viés político.

Ao sairmos da Era Vargas na literatura, parece-nos interessante trazermos para essas páginas uma obra muito curiosa, intitulada *Ela e a reclusão* (1967)<sup>6</sup>, escrita por Vera Tereza de Jesus. O subtítulo contém a seguinte afirmação: “o condenado poderia ser você”. Em rápida pesquisa na internet não é possível encontrarmos muitas informações sobre o livro ou sobre a autora, encontrando apenas dois resultados relacionados ao nome Vera Tereza de Jesus. O primeiro é a presença da obra como exemplo de “escritura feminina [...] em que os relatos de vida estão marcados pela dor

---

<sup>4</sup> BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. *Estudos Avançados*, 9(23), 309-322. p. 309

<sup>5</sup> BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. *Estudos Avançados*, 9(23), 309-322. p. 314

<sup>6</sup> JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda, 1967.

e pelo sofrimento”<sup>7</sup>, na obra *Álbum de leitura* (2003)<sup>8</sup>, de Lilian de Lacerda, em que a autora se debruça sobre doze depoimentos produzidos por escritoras nascidas entre 1843 e 1916, de diferentes regiões do Brasil, com enfoque na literatura feminina e a autobiografia para identificar o percurso dessas mulheres. A obra de Vera Tereza de Jesus é citada apenas de passagem, porém é importante a sua presença em um trabalho como o de Lacerda.

O segundo resultado com relação a *Ela e a reclusão* que encontramos na internet é um artigo sobre Carolina Maria de Jesus, publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, no ano de 2016, intitulado “A árvore Carolina de Jesus: uma literatura vista de longe”<sup>9</sup>, em que o autor – Gilmar Penteado, doutor em literatura brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – apresenta outras obras que ele considera dignas de estudo, que na visão de Penteado, são fruto de uma ramificação que nasce em Carolina Maria de Jesus. O livro de Vera Tereza de Jesus é citado em três linhas, com uma breve apresentação sobre o conteúdo da obra.

Esses dois resultados parecem indicar, mais uma vez, a ausência de estudos que envolvem a temática do cárcere, principalmente do cárcere feminino, uma vez que a obra de Vera Tereza de Jesus teve ao menos duas edições, indicando que houve procura pelo livro na época (a primeira edição parece ter sido lançada em 1965, sendo sua segunda edição de 1967). O que sabemos sobre Vera Tereza de Jesus é o que a mesma nos conta, em suas pouco mais de 300 páginas. No capítulo inicial, conhecemos a autora em seus oito anos de idade, aproximadamente, e em suas palavras

com 8 anos, eu era uma pequenina revoltada, voluntariosa e de decisões próprias. Com essa idade eu já era uma refinada ladrazinha, roubava por necessidade a princípio, depois, por vício e hábito e, enfim, por profissão. Meus roubos eram dos menores aos maiores; era ambiciosa, gostava de

---

<sup>7</sup> LACERDA, Lilian de. *Álbum de literatura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: Unesp, 2003. p. 76

<sup>8</sup> LACERDA, Lilian de. *Álbum de literatura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: Unesp, 2003.

<sup>9</sup> PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [s.l.], n. 49, p.19-32, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018492>.

lindos vestidos. Eu poderia ter escolhido outro caminho; mas infelizmente, não tinha apoio para conduzir-me a um caminho decente na vida<sup>10</sup>

Ainda criança, aos nove anos, foi dada para uma família que morava em uma fazenda, onde foi encarregada de cuidar de um bebê de apenas cinco meses. Após um certo tempo na fazenda, sofrendo castigos e retaliações, decidiu fugir para a cidade mais próxima, onde furtou alguns bens para sobreviver, entre eles uma caixa com vários anéis, que revendeu para juntar dinheiro. Passou a noite em uma pensão e na manhã seguinte foi embora. Ao chegar em outra cidade foi detida por policiais que sabiam do furto da caixa com as joias e assim foi levada de volta à sua cidade natal, à disposição do Juizado de Menores.

Esse foi o primeiro contato da narradora com o poder judiciário. Na ausência de uma cela na delegacia em que ela pudesse ficar esperando o responsável pelo Juizado de Menores para levá-la embora, foi levada para o local onde os soldados dormiam. Na primeira oportunidade que teve fugiu para ter um último encontro com os seus irmãos, visto que a mãe não quis tirá-la da delegacia, deixando-a sob responsabilidade do Juizado. Após alguns dias na rua, foi pega novamente furtando e posta em uma cela que fora liberada para ela, onde aguardou o momento de ir para São Paulo, para ser recebida pela instituição onde deveria ficar sob guarda do Juizado de Menores.

Após um tempo e diversos castigos, fugiu da instituição, mas logo foi levada de volta, onde apanhou muito ao retornar. Fraca e doente por ter sido fortemente castigada, recebeu a visita de um médico que lhe recomendou uma boa alimentação e cuidados. Com a sua recuperação foi enviada para o manicômio, castigo máximo a ser aplicado. Isso tudo com apenas dez anos de idade. Após uma tentativa de fuga foi enviada de volta para a instituição em que vivia antes. Aos doze anos foi removida para uma outra instituição em Mogi-Mirim.

A obra segue e ao longo dos seus seis capítulos narra diversos momentos de violência na vida da autora, seja ela uma violência física ou psicológica, institucional ou humana. Diversos são os relatos ao longo do livro sobre as passagens da

---

<sup>10</sup> JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda, 1967. p. 16

narradora por instituições de correção, seja ainda quando criança no Juizado de Menores e no manicômio, quanto como adulta em presídios. O livro foi editado respeitando a escrita da autora, conforme indica prefácio escrito por João Carvalhal Ribas, que elogia a escolha editorial de manter o estilo de escrita e os deslizes gramaticais da Vera Tereza de Jesus.

Apesar de *Ela e a Reclusão* ainda ser desconhecida, conforme a busca na internet nos indica, é importante ressaltarmos a importância da escrita de uma mulher sobre a experiência do cárcere, ainda mais durante os anos 60. Quando falamos sobre literatura do cárcere feminino o que sempre é apontado é a ausência dessas obras. Mesmo com a presença de livros como *Presos que menstruam* e alguns outros que apresentaremos ainda nesse primeiro capítulo, o que temos são textos escritos por outras pessoas, jornalista, médico, antropóloga, que têm contato com os presídios, mas sempre como um ser de fora. Alguns textos escritos por mulheres presas são publicados, geralmente em obras organizadas por outras pessoas, como é o caso de *Letras de liberdade*, que também será apresentado, ou *Mulheres poéticas – A poesia no cárcere (2017)*<sup>11</sup>, organizado pelo escritor Alex Giostri, contudo esses seguem não sendo de autoria dessas mulheres em situação prisional. Assim, Vera Tereza de Jesus é, até onde sabemos, uma das poucas mulheres presas a escrever e conseguir publicar um livro sobre o cárcere no Brasil.

Após a ditadura Vargas o país passou por um período de redemocratização, a passos lentos, porém em abril de 1964 o país sofre um novo golpe ditatorial, tendo início o período da Ditadura Civil-Militar vivenciada no Brasil até 15 de março de 1985. Marcado por prisões ilegais e arbitrárias, torturas e desaparecimentos esse período deixou marcar profundas na democracia brasileira, que ainda luta contra os fantasmas do passado em busca de direitos individuais e coletivos. Àqueles que sobreviveram e aos familiares dos que não permaneceram entre nós restaram poucas opções além de tentar conviver com a perda e o trauma.

Nesse momento a escrita como forma de jamais esquecer é essencial, e muitas vezes figura como uma forma (ou ao menos uma tentativa) de cura. A lista de obras

---

<sup>11</sup> GIOSTRI, Alex (Org.). *Mulheres poéticas: A poesia no cárcere*. São Paulo: Giostri, 2017.

que narram os horrores da Ditadura Militar vem crescendo ao longo dos anos, o que é de extrema importância para o reconhecimento da existência desse período e das atrocidades cometidas. Para esse ponto foram selecionadas algumas obras que, mesmo com traços de ficção em certos pontos – afinal é difícil lidar com toda a dor sem se permitir fugir dela em determinados momentos – parecem possuir em sua escrita traços do testemunho.

Diversos são os livros na literatura nacional que buscam apresentar e discutir esse período tão obscuro da história nacional. No ano de 2019 a professora da Universidade de Brasília Regina Dalcastagnè publicou em sua página social no site Facebook uma lista com sugestões de literatura nacional escritas durante e pós o período ditatorial, cita-se: *Bar Don Juan* (1971), de Antonio Callado, *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, *A festa* (1976), de Ivan Ângelo, *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, *Em liberdade* (1981), de Silviano Santiago, *Tropical sol da liberdade* (1988), de Ana Maria Machado, *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, *A resistência* (2015), de Julián Fuks entre outros<sup>12</sup>.

Os livros que serão apresentados nesse capítulo possuem um teor testemunhal e estão ligados à Ditadura Militar brasileira (e no caso de uma das obras, à Ditadura Militar na Argentina), tratando também sobre prisões, mesmo que políticas. Foram publicados entre 2014 e 2015<sup>13</sup> e são eles: *Volto semana que vem*<sup>14</sup>, da jornalista, escritora e ativista Maria Pilla; *K.: relato de uma busca*<sup>15</sup>, do jornalista, escritor, professor e cientista político Bernardo Kucinski; e por fim *Ainda estou aqui*<sup>16</sup>, do jornalista, escritor e dramaturgo Marcelo Rubens Paiva. Dessas três obras, apenas *Volto semana que vem* é escrita por uma sobrevivente direta do regime militar. *K.: relato de uma busca* é escrito pelo irmão de uma presa política e *Ainda estou aqui* foi escrito pelo filho de um preso político.

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Carol. Romances sobre a ditadura no Brasil. *Suplemento Pernambuco*. Recife, 2019. Disponível em: <<https://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-anteriores/93-especial/1574-romances-sobre-a-ditadura-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

<sup>13</sup> Nesse momento, decidimos trazer as obras sobre a Ditadura Militar, mesmo que escritas em 2014 e 2015, no período da linha do tempo em que elas se relacionam, ou seja, os anos 60 a 80.

<sup>14</sup> PILLA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

<sup>15</sup> KUCINSKI, Bernardo. *K.: Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

<sup>16</sup> PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

Para Beatriz Sarlo, escritora e crítica literária argentina, em *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*, “a reconstituição dos atos de violência estatal por vítimas-testemunhas é uma dimensão jurídica indispensável à democracia”<sup>17</sup>. Assim, o interessante desses três livros citados aqui como exemplos de literatura sobre o período da Ditadura Militar é que os três autores das obras foram partes importantes na busca por direitos e reconhecimento da Comissão da Verdade, mesmo nos casos de Kucinski e Rubens Paiva, em que não foram as vítimas diretas da violência do Estado. Assim, a denúncia desses três autores não ocorre somente por meio da literatura, mas também por um ativismo social em que os seus testemunhos ganham também uma importância jurídica, além de literária.

A importância do testemunho na literatura também é apontada por Sarlo, ao afirmar que o testemunho foi capaz de operar cultural e ideologicamente na sociedade, convertendo-se num relato fora do cenário judiciário<sup>18</sup> (é importante lembrarmos-nos que a ideia de “testemunho” está muito relacionada ao âmbito jurídico, com a figura da testemunha do crime, por exemplo<sup>19</sup>). Assim, as obras de Maria Pilla, Bernardo Kucinski e Marcelo Rubens Paiva são capazes de, por meio da literatura, colaborar para o conhecimento da população do que foram os regimes militares da América do Sul, unindo a militância política e as mudanças por meio de leis e decisões judiciais – como os casos de reconhecimento das mortes causadas pelos regimes – com a denúncia escrita, capaz de atingir novas pessoas que descubram os horrores da Ditadura Militar nas estantes das livrarias.

Respeitando uma linha cronológica, a primeira obra a ser apresentada aqui é *Volto semana que vem*. A menor entre as três obras citadas, contando com 96 páginas, recebe esse título pelo diálogo narrado ainda nas primeiras páginas, em que

---

<sup>17</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.; p. 24

<sup>18</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.; p. 24

<sup>19</sup> Em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (1998) Giorgio Agamben apresenta dois termos em latim que representam testemunha. O primeiro é *testis*, que segundo o autor “significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro em um processo ou em um litígio entre dois contendores”. É o que entendemos como a testemunha jurídica hoje. O segundo termo é *superstes*, que indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. O termo que se relaciona com o assunto aqui estudado, portanto, é *superstes*.  
AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 27

Maria Pilla após ser questionada pelo pai onde iria afirmou apenas que “uma semana e estaria de volta” Mesmo tendo planos de passar apenas alguns dias fora, preferiu exagerar para não deixar o pai preocupado, quando na verdade só voltou ao local onde esse diálogo aconteceu – a cozinha da casa de seus pais – dez anos depois<sup>20</sup>

Na capa, uma foto da jovem Maria Pilla, com o rosto um pouco desfocado e dando a impressão de estar prestes a entrar em um carro, no banco do motorista, pois na foto é possível ver o veículo com a porta aberta e ela próxima a porta, com uma bolsa/maleta no ombro. Nas páginas iniciais do livro mais quatro fotos são apresentadas ao leitor, fotos que parecem ser incluídas na obra como forma de dar um rosto para a narradora, uma forma de conectar o leitor a quem está contando a sua história. No fim da obra mais uma foto da jovem Maria Pilla é apresentada. Todas essas fotografias estão em preto e branco.

Escrita em pequenos capítulos, a obra é dividida por anos, mas não o é feito de forma cronológica. Cada capítulo possui, antes do título, o ano a que se refere, e Maria Pilla avança e retorna no tempo várias vezes ao longo do livro. Ao final, é apresentado um pequeno texto intitulado “sobre a autora” que auxilia o leitor a compreender um pouco mais a linha temporal do texto, uma vez que a Pilla viveu em diferentes países ao longo da sua vida e os relatos trazem a localidade, mas o leitor em um primeiro momento não consegue compreender como ou porque a autora chegou nesses lugares.

Nascida em 1946 em Porto Alegre, Maria Pilla passou sua infância na capital do estado do Rio Grande do Sul, e ao final do ensino médio obteve uma bolsa de estudos do American Field Service, mudando-se para os Estados Unidos em 1963. Concluiu o colegial em Ohio no ano de 1964, mesmo ano em que teve início o golpe militar no Brasil. Ao voltar para o Brasil passou no vestibular da UFRGS no curso de jornalismo e no primeiro semestre ingressou no Partido Comunista Brasileiro e logo depois na Dissidência do RS. Em 1970 precisa deixar Porto Alegre, partindo para São Paulo, onde não passa muito tempo antes de ir para França. Ao sair da França vai para a Argentina, onde atua como militante do *Partido Revolucionário de los*

---

<sup>20</sup> PILLA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 19

*Trabajadores*, quando em 1975 é presa em Buenos Aires e torturada pela Polícia Federal argentina.<sup>21</sup>

Apesar da prisão de Maria Pilla acontecer pelo regime argentino, tomamos a liberdade de trazer a obra como exemplo nessa dissertação por alguns motivos, entre eles o fato da autora ser gaúcha, viver hoje no Brasil, ter participado dos movimentos revolucionários no país antes de ir para a França, e também pelos regimes ditatoriais latino-americanos possuírem todos algumas conexões, permitindo que os testemunhos sobre esse período se interliguem como uma forma de denúncia de todo um movimento ditatorial-repressivo que tomou conta da América do Sul entre os anos 60 e 80.

Em 2014, Bernardo Kucinski ganhava o público e a mídia com o livro intitulado *K.: relato de uma busca*. Kucinski que é professor da Universidade de São Paulo tocou os leitores de sua obra ao narrar o desaparecimento de um jovem casal, ela professora de química da Universidade de São Paulo, ele físico trabalhando em uma empresa privada no ano de 1974, dez anos após o início da Ditadura Militar brasileira. A professora desaparecida era Ana Rosa Kucinski, irmã do autor, na época com 32 anos, o físico era seu esposo, Wilson Silva, também com 32 anos, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Na obra aqui apresentada como um dos exemplares da denúncia literária contra a repressão, as prisões e o regime militar, Kucinski narra a busca do seu pai, Majer Kucinski, pela filha desaparecida. O autor utiliza a ficção como uma forma de enfrentar esse tema tão dolorido, mas a ficção da obra parece andar de mãos dadas com a realidade o tempo todo, como, por exemplo, a escolha do nome do personagem que procura a filha ser “Senhor. K” (a primeira letra do sobrenome da família). Ademais, no prefácio da obra Kucinski alerta: “Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”<sup>22</sup>. *K.: relato de uma busca* é uma obra que rende uma leitura sofrida, angustiante. Ao leitor resta apenas imaginar e tentar compreender o

---

<sup>21</sup> PILLA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 57

<sup>22</sup> KUCINSKI, Bernardo. *K.: Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 8

sofrimento de um pai que passa o resto da sua vida em busca da filha, desaparecida quando ainda tão jovem.

Além disso, a família precisou lidar com situações absurdas que ocorreram com diversos presos políticos desse regime: para a USP Ana Rosa abandonou sua função, tendo sido demitida da universidade na época por esse motivo. Apenas em abril de 2014, após muita luta por parte do pai e do irmão da jovem professora, a Universidade retificou o “equivoco” e anulou sua demissão, após 40 anos. Uma semana após a anulação a USP inaugurou uma escultura em homenagem a Ana Rosa<sup>23</sup>. Essas reparações, fruto do trabalho da Comissão da Verdade e da família de Kucinski são formas de respeitar a memória do jovem casal, que desapareceu e foi morto lutando por seus (nossos) direitos

Kucinski escreveu uma obra emocionante, e em suas páginas não conta apenas a história da sua família, do seu sofrimento, mas é representante de todas as famílias que perderam um ente querido para esse regime sanguinário. Conta a história do seu pai, que nunca deixou de procurar pela filha, e vai além, é capaz de contar a história de todos os pais que não tiveram a oportunidade de enterrar seus filhos, filhos que não puderam enterrar seus pais.

A importância do sepultamento para que seja possível a vivência do luto é tema de interesse da psicologia há anos. Sabe-se que diversos pais que perderam seus filhos em situações de combate ou desaparecimento – como guerras e no Brasil principalmente a Ditadura Militar – encontram dificuldade em aceitar/assimilar a morte desse ente querido, uma vez que a ausência do corpo mantém sempre acesa a chama da esperança do retorno. O direito ao sepultamento não é um direito apenas daquele que morreu, mas também dos que vivem. Na literatura o maior exemplo com relação a esse tema talvez seja *Antígona*<sup>24</sup>, tragédia de Sófocles, em que a personagem principal e que dá título à obra luta pelo direito de enterrar seu irmão Polinice, após a perda deste e do seu outro irmão Etéocles em uma luta. Creonte permite que Etéocles seja enterrado com as devidas honras, porém impede o sepultamento de Polinice,

---

<sup>23</sup> CHAPOLA, Ricardo. USP inaugura escultura em homenagem a Ana Kucinski. *Estadão*. São Paulo. Nov. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,usp-inaugura-escultura-em-homenagem-a-ana-kucinski,1157245>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>24</sup> SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Millor Fernandes. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008

como forma de punição e de exemplo para os outros moradores da cidade. Antígona então decide se sacrificar para garantir o sepultamento do irmão.

Assim como a personagem principal da tragédia de Sófocles, Senhor K. se sacrifica – do seu modo, no mundo moderno – em razão da filha, do seu desaparecimento e da negativa do governo com relação a esse fato. Além de Antígona, é possível relacionarmos o Senhor K. com outro personagem famoso da literatura: Josef K., protagonista da obra *O processo*<sup>25</sup> de Franz Kafka. Com Joseph K. o Senhor K. não compartilha apenas a primeira letra do sobrenome, mas tem em sua história a interminável luta contra a burocracia, o relato de uma busca por respostas. Enquanto o personagem kafkiano buscava respostas com relação ao processo que estava sofrendo, Senhor K. buscava respostas das autoridades sobre o desaparecimento da filha e do genro, mas encontrava apenas o silêncio ou a negação.

Finalizando esse pequeno apanhado de obras que relatam o período da Ditadura Militar e as cicatrizes deixadas pelo mesmo temos *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva. Publicado em 2015 ganhou bastante destaque midiático, uma vez que o autor já era um escritor conhecido – em 1982 lançou o livro *Feliz ano velho*, em que narra várias histórias pessoais, inclusive sobre o acidente que o deixou tetraplégico. Sua família também é conhecida, muito relacionada com as lutas da Comissão da Verdade. *Ainda estou aqui* é um testemunho de um filho que perdeu o pai para a Ditadura Militar e a mãe para o Alzheimer. A memória está intrinsecamente ligada ao texto, o que é comum em livros sobre esse período, mas vai além, pois a obra que visava tratar sobre a história do desaparecimento do pai acaba por contar a história de vida da mãe, que lutou todos os anos após a prisão e o assassinato de Rubens Paiva em busca da verdade e para que as atrocidades desse momento da história do país jamais fossem esquecidas e que viveu seus últimos anos com uma doença que a fez esquecer.

Rubens Paiva era engenheiro civil, tendo participado da política nacional antes da ditadura e foi morto pelo regime militar em 1971, afirmação que só foi confirmada anos após o fim da ditadura, por meio de uma luta incansável da esposa Eunice Paiva

---

<sup>25</sup> KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

pela verdade. Essa é a realidade de muitas famílias das vítimas da Ditadura Militar – não apenas brasileira, mas todas as ditaduras da América do Sul, a constante busca pelo direito de enterrar seus mortos, mesmo que simbolicamente por meio de uma certidão de óbito atestando que a morte ocorreu durante o regime militar, como quando em 1996 a família de Rubens Paiva recebeu o documento comprovando a sua morte. Em entrevista para a Folha de São Paulo após a cerimônia em que recebeu o documento, Eunice Paiva afirmou:

durante muito tempo, como não nos entregavam esse papel, eu e meus filhos (cinco) ficamos na dúvida se Rubens estava morto ou não", afirmou. "Essa foi a forma de tortura mais violenta que impuseram às famílias dos desaparecidos políticos.<sup>26</sup>

Essa afirmação muito se relaciona com a questão do luto – ou a impossibilidade deste – citada anteriormente. A obra de Marcelo Rubens Paiva conta a história de uma família, três gerações – pois o livro foi escrito após o nascimento do filho de Marcelo – afetadas por esse regime militar, pelos desaparecimentos, pelo silêncio das autoridades. A questão da memória, tão presente nessas três obras apresentadas nesse momento, está intrinsecamente ligada com o testemunho. Não apenas a memória daquele que narra, mas a memória coletiva que é representada nesses relatos.

A família de Rubens Paiva se envolveu bastante com os movimentos de denúncia à Ditadura Militar, desde o desaparecimento de Rubens Paiva, até os anos 2000, participando da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12528/2011 e instituída em maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As vitórias da Comissão da Verdade também são narradas em *Ainda estou aqui*.

O lema da Comissão Nacional da Verdade é “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, frase que se relaciona muito com a questão da escrita como uma forma de lembrar daquilo que não podemos (e não devemos) esquecer. O testemunho é uma forma de lembrar e assim jamais esquecer, e não apenas os que estão relacionados à Ditadura Militar, mas todos os testemunhos, que são capazes de

---

<sup>26</sup> MANDIM, Ana Maria. Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos: Viúva recebe certidão de óbito de vítima do regime militar. *Folha de São Paulo*. São Paulo. fev. 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/24/brasil/25.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

relatar as mais diversas atrocidades, como forma de denúncia e de atestar: não se aceitará mais isso.

Ainda na esteira do pensamento de Beatriz Sarlo parece importante tecer comentários sobre o sujeito que narra. Tanto nas obras citadas até o momento, desde Graciliano Ramos até Marcelo Rubens Paiva, quanto nas mulheres que contam suas histórias para Nana Queiroz (que por sua vez as transcreve para o livro, realizando o trabalho de gestora que ainda será aprofundado nos próximos capítulos) temos um sujeito capaz de mostrar-se por meio da sua narrativa, de afirmar, assim como o título de Rubens Paiva “eu ainda estou aqui”, seja para os sobreviventes de um sistema ditatorial, seja para as sobreviventes de um sistema carcerário cruel e falho. Ao narrar as situações degradantes que o sistema impõe, essas pessoas, essas mulheres, estão mostrando que também importam, que são detentoras de direitos, e quem lê suas histórias passa a reconhecer essas violações e esses direitos.

Podemos ir além e concordar com Sarlo quando esta afirma “o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito”<sup>27</sup>. Ao narrar essas experiências, de ditadura, de tortura, de prisões, aquele que narra além de marcar no tempo presente tudo que já passou, também dá sentido a essas experiências, dá corpo e voz para a violência sofrida, tornando-se mais fácil para o leitor relacionar-se com o sujeito que sofre essas violações. Ler em obras como *K.*: relato de uma busca a dor e o sofrimento de um pai na busca por sua filha desaparecida parece tocar mais ao leitor do que uma matéria de jornal que narra o desaparecimento de uma professora de química da USP. Assim como ler relatos de mulheres presas afirmando a ausência de produtos de higiene básica parece chocar mais do que uma matéria em algum jornal de grande circulação narrando a superlotações dos presídios. Dar uma identidade a essas pessoas é transformá-las em sujeitos, respeitar a sua subjetividade.

Ao seguirmos com a nossa linha do tempo sobre testemunho e prisões, chegamos inevitavelmente ao fim dos anos 1990, início dos anos 2000, momento da nossa literatura que Marcio Seligmann-Silva chamou de “um pequeno *boom* da

---

<sup>27</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.; p. 39

literatura prisional”<sup>28</sup>, afirmando que não há como indicar uma única e simples origem para esse fenômeno, mas apontando que entende que um dos motivos para o sucesso dessas obras naquele momento era o

enorme interesse atual do público leitor brasileiro por tudo o que tem a ver com violência e a *sua própria* sobrevivência em uma sociedade que se torna cada vez mais polarizada entre os ricos encastelados em seus ‘bunquers’ e os pobres sendo perseguidos e enviados para cadeias superlotadas.<sup>29</sup>

Além desse enorme interesse apontado por Seligmann-Silva, o autor ainda afirma que a realização de um concurso de contos no Carandiru em 1999 permitiu que alguns presos – que já possuíam o hábito da escrita – apresentassem seus escritos, e posteriormente os publicassem, despertando também o interesse pela escrita em outros presos. Além disso, o autor aponta a obra *Estação Carandiru* (1999)<sup>30</sup>, do aclamado médico Drauzio Varella como outro incentivo para que escritores (aprisionados) e editores escrevessem e publicassem suas obras<sup>31</sup>.

Ainda nesse artigo citado acima, intitulado “Memórias de histórias reais das prisões paulistas”, Seligmann-Silva realiza uma reflexão sobre esses motivos elencados acima como influenciadores do pequeno *boom* da literatura prisional: eles são locais, ou seja, estão muito ligados ao contexto paulista da situação prisional, uma vez que era em São Paulo que se encontrava o Carandiru (Casa de Detenção de São Paulo) e que muitos dos escritos que surgiram nessa época foram produzidos por presos do próprio Carandiru. Assim, Seligmann-Silva buscou outra fonte de inspiração para esses escritos, recordando a “tradição latino-americana da literatura de *testimonio*”<sup>32</sup> como sendo também um fator determinante nessa nova onda literária.

Mas enfim, quais são as obras que fizeram parte desse pequeno *boom*? Primeiramente *Estação Carandiru*, lançado em 1999 pela Companhia das Letras. Em suas quase 300 páginas o médico oncologista relata histórias ouvidas e vividas ao

---

<sup>28</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in) justiça: Memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, [São Paulo], v. 43, n. 2, p.29-47, jul.-dez. 2003. p. 32

<sup>29</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in) justiça: Memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, [São Paulo], v. 43, n. 2, p.29-47, jul.-dez. 2003. p. 32. Grifo do autor

<sup>30</sup> VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>31</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in) justiça: Memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, [São Paulo], v. 43, n. 2, p.29-47, jul.-dez. 2003. p. 32

<sup>32</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Violência, encarceramento, (in) justiça: Memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, [São Paulo], v. 43, n. 2, p.29-47, jul.-dez. 2003. p. 32

longo dos anos de trabalho voluntário no maior presídio da América Latina na época, onde atuava na prevenção à AIDS. O livro conta com fotografias, coloridas e em preto e branco, que mostram um pouco do cotidiano do presídio na época. A parte final do livro é dedicada ao relato sobre o Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, que causou a morte de 111 detentos. Sobre os relatos, Drauzio Varella deixa bem claro a escolha da versão dos presos sobre o que aconteceu quando afirma “só podem contar o que se passou daí em diante, como diz o dr. Pedrosa: – A PM, os presos e Deus. Ouvi apenas os presos. Segundo eles, tudo aconteceu como está relatado a seguir”.<sup>33</sup>

Essa confiança vinda de um médico já renomado em 1999 na palavra dos presos nos parece muito importante para a validação dessa obra e para a de várias outras que vieram depois. Acreditar no que foi narrado pelas vítimas sobreviventes de um massacre tão hediondo foi com certeza uma decisão muito importante para o médico Drauzio Varella e adiciona ainda mais valor ao trabalho voluntário de prevenção à AIDS feito antes no Carandiru e hoje junto às mulheres presas. Como já é sabido, *Estação Carandiru* fez muito sucesso na época do seu lançamento, tanto pelos motivos que Seligmann-Silva buscou explicar, quanto por outros (o livro foi escrito por um médico já famoso na época, foi bem recebido pela crítica). A publicação inspirou o filme intitulado *Carandiru*, lançado em 2003, e dirigido por Héctor Babenco, algumas cenas foram filmadas no próprio Carandiru antes de ser desativo e demolido em 2002. O filme também fez sucesso, sendo inclusive indicado ao *Palme d'Or* do Festival de Cinema de Cannes.

Na obra *Escritos da sobrevivência* (2013)<sup>34</sup>, o professor de Literatura Comparada da UFRJ, João Camillo Penna escreve um capítulo dedicado ao “sujeito carcerário”, em que analisa algumas das obras do *boom* da literatura prisional. No começo do capítulo o autor sintetiza o que foi o Massacre do Carandiru. Dos 111 presos mortos, 84 esperavam julgamento, ou seja, eram presos provisórios. O Pavilhão 9, onde ocorreu o Massacre possuía na época 2.075 presos, sendo o pavilhão destinado aos réus primários, a maioria menor de 21 anos<sup>35</sup>. A origem do

---

<sup>33</sup> VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 285

<sup>34</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

<sup>35</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 138

Massacre, segundo relatos oficiais, foi uma briga entre dois grupos de presos. Na época, quem permitiu que a Polícia Militar invadisse o presídio foi o promotor Pedro Franco, secretário de segurança do então governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho e que deu ordens ao chefe das operações da polícia militar, o Coronel Ubiratan Guimarães, para fazer o que fosse necessário para abafar a briga entre os presos. Essa decisão foi tomada baseando-se no fato que o dia seguinte era de eleições municipais e o governador não queria que o seu partido – PSDB – saísse prejudicado.

João Camillo Penna aponta que o que torna o Massacre do Carandiru um evento único é a proliferação de relatos sobre o ocorrido, provenientes dos presos sobreviventes que decidiram, ou se viram forçados a prestar depoimento sobre o caso<sup>36</sup>, considerando “ramificação *literária* do livro de Varela e do massacre em si”<sup>37</sup> o que há de notável sobre a obra do médico.

Assim, é possível seguirmos nossa linha do tempo que relaciona o testemunho e o cárcere com os livros que surgiram após a publicação de *Estação Carandiru*, ou, nas palavras de Camillo Penna, a ramificação literária proveniente da obra de Varela. A primeira obra que comentaremos é *Diário de um detento: o livro (2001)*<sup>38</sup>, escrito por Jocenir. Antes da publicação Jocenir e o seu relato sobre a vida no Carandiru já eram conhecidos do público, pois em 1997 o grupo Racionais MC’s lançou a música homônima ao livro, com versos emprestados por Jocenir para Mano Brown, após se conhecerem enquanto Jocenir ainda estava preso no Carandiru. A música que fez muito sucesso na época, faz parte do CD *Sobrevivendo no Inferno* e alavancou a carreira do grupo Racionais MC’s, tendo marcado uma geração que a escutava tocando na *MTV*, canal de televisão dedicado para música.

Após ser solto, depois de cumprir pena por receptação (condenado a oito anos e três meses), Jocenir decidiu lançar o livro, em que narra a sua prisão e a rotina nos presídios por onde passou, as cadeias públicas de Barueri e Osasco, o Carandiru e o presídio de Avaré. No prefácio escrito por Marcelo Rubens Paiva, o jornalista aponta

---

<sup>36</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 140

<sup>37</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 141. Grifo do autor.

<sup>38</sup> JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001

que a escrita de Jocenir é “simples e didática, com começo, meio e fim, apontando as inúmeras falhas do sistema e navegando em torno do estresse que imprime a vida na cadeia”.<sup>39</sup> A obra possui ao todo 180 páginas e dezenove capítulos. Alguns capítulos possuem como prefácio trechos da música do Racionais MC’s. Entre os capítulos narra a sua prisão em 1994, o primeiro encontro com Mano Brown, a chegada ao Carandiru, e uma consulta com o médico Drauzio Varella, após ter sido ignorado pelo médico responsável da Casa de Detenção.

Jocenir encontrou na escrita uma forma de conquistar a confiança dos colegas de prisão, escrevendo cartas, poemas de amor e até mesmo o estatuto da facção Comando Democrático da Liberdade – CDL. Escrever versos sobre a sua vida, família e companheiros de cela foi o que levou Jocenir a conhecer Mano Brown, que ficou sabendo dos versos do autor pelos amigos que possuía no Carandiru. Em seu encontro, no pátio do presídio, pediu para ficar com algumas folhas com versos escritos, e um tempo depois lançou o *rap* que ficou conhecido nacionalmente, tendo o clipe sido gravado no próprio Carandiru, mas na época Jocenir já não se encontrava mais lá, estando no presídio de Avaré<sup>40</sup>.

Seguindo com as obras que surgiram no início dos anos 2000, temos o lançamento de *Memórias de um sobrevivente* (2001)<sup>41</sup>, do escritor Luiz Alberto Mendes. A obra, a maior entre as que fizeram parte do *boom*, conta com quase 500 páginas e vai muito além da prisão do escritor. Em suas páginas narra sua vida, a partir da sua infância pobre, passando pelo crime e a prisão e chegando ao encontro com a literatura. Preso aos dezenove anos, viveu mais de 27 anos em reclusão. Quando *Memórias de um sobrevivente* foi publicado, Mendes ainda estava preso, aos 49 anos de idade. Saiu da prisão em 2004, após cumprir 31 anos e 10 meses na prisão. Hoje, publica seus textos na revista Trip sobre os mais diversos temas.

No Carandiru, Luiz Alberto Mendes ficou conhecido como o Professor, ficando responsável pela escola que havia dentro do próprio presídio, que contava com vinte cinco professores e cerca de novecentos alunos – todos presos, professores e alunos

---

<sup>39</sup> JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. p. 8

<sup>40</sup> JOCENIR. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. p. 101

<sup>41</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

– alfabetizando centenas de colegas da prisão, sendo professor na escola por dez anos<sup>42</sup>. A publicação de *Memórias de um sobrevivente* aconteceu após o concurso de contos que ocorreu no Carandiru em 1999 – o mesmo apontado por Seligmann-Silva como um dos incentivadores para o *boom* – realizado por Fernando Bonassi (escritor e roteirista que na época escrevia para o jornal Folha de São Paulo) e com o apoio de Arnaldo Antunes e Drauzio Varella, que conseguiu a verba das premiações em parceria com Universidade Paulista (UNIP).

A ideia do concurso surgiu de Luiz Alberto Mendes, que como professor no Carandiru buscava formas de incentivar os presos a escreverem mais, e sabia que a premiação, além de ajudar financeiramente, seria um ótimo incentivo. Na época, Fernando Bonassi participava de uma oficina de literatura às quartas-feiras no pavilhão 6, organizada por Sophia Bisilliat e gostou da ideia de Luiz Alberto Mendes. Mendes ganhou na categoria Conto, com a obra *Cela-forte*, que hoje é livro lançado pela editora Global. Após vencer o concurso, apresentou para Fernando Bonassi o original de *Memórias de um sobrevivente* e Bonassi incentivou que Mendes fizesse a revisão do livro e se comprometeu a correr atrás de uma editora que publicasse. O resultado foi a publicação da obra junto a Companhia das Letras, em 2001.

O prefácio é escrito por Fernando Bonassi, narrando como conheceu Mendes e como foi o processo de publicação de *Memórias do Cárcere*, já o epílogo é escrito por Mendes, e narra não só como conheceu Bonassi e o apresentou a obra, mas também sobre a realização do concurso, o fato de ter ganhado na categoria Contos e o processo de revisão do livro que estava engavetado, e que, segundo o autor, foi um processo muito doloroso. Conforme Mendes, *Memórias de um sobrevivente* não foi escrito para “ter uma mensagem. Não tenho essa pretensão. Apenas escrevi para ter uma sequência que permitisse que eu mesmo entendesse o que havia acontecido realmente”<sup>43</sup>. Hoje, Luiz Alberto Mendes é um dos autores do *boom* da literatura

---

<sup>42</sup> Essas informações são contadas por Luiz Alberto Mendes em um vídeo para a um projeto da revista Trip intitulado “Trip Transformadores”, gravado em 2016 e que pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=3D9bRYSSqw8>

<sup>43</sup> MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 476

prisional com mais livros publicados, somando ao todo seis livros, consagrando uma carreira como escritor.

Finalizando o momento do *boom*, trazemos *Sobrevivente André du Rap* (2002)<sup>44</sup>, escrito por André du Rap em colaboração com Bruno Zeni, jornalista formado pela USP. A obra conta com 225 páginas e é dividida em quatro momentos: “depoimento”, “fragmentos de uma correspondência”, “free style (De improviso)” e “aliados”. A primeira parte é a transcrição de quatro sessões de entrevistas feitas por Bruno Zeni com André du Rap, em julho e agosto de 2001. Essas entrevistas totalizaram quatro horas de gravação. Na apresentação do livro, Zeni afirma que procurou ser o mais fiel possível às particularidades da fala de André du Rap, mantendo o que ele chamou de “incongruências e incorreções” na fala de André.

A segunda parte é composta por algumas cartas escritas por André du Rap durante a prisão, recuperadas com os próprios destinatários. “Free style (De improviso)” é composto por trechos de uma gravação que André du Rap fez sozinho em 2001, com cerca de uma hora, gravado em fita cassete. Os trechos foram selecionados por Bruno Zeni. A última parte – intitulada “Aliados” – é composta por depoimentos dos companheiros de hip-hop e de luta social sobre André du Rap.

André du Rap é, dos escritores do *boom*, o único sobrevivente do Massacre do Carandiru. O autor foi transferido para a Casa de Detenção em 1992, o ano do Massacre. Assim, o primeiro capítulo de obra – “Depoimentos” – começa, por uma escolha editorial de Bruno Zeni, com a narração do Massacre. André du Rap era réu primário, acusado de homicídio. Estava preso provisoriamente e sobreviveu se escondendo em meio aos corpos dos colegas já mortos pelos policiais. O relato é angustiante e revoltante. André du Rap narra que enquanto se escondia junto aos companheiros mortos ouviu os Policiais Militares perguntarem se ainda havia alguém vivo, e quem se levantava era baleado. Como forma de ter certeza de que aqueles presos estavam mortos, os Policiais Militares incendiaram um colchão e foram

---

<sup>44</sup> ZENI, Bruno. *Sobrevivente André Du Rap* (Do Massacre do Carandiru). São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

derramando a espuma que queimava nos corpos, esperando reações de dor, para então atirar. André du Rap aguentou a dor calado, fingindo-se de morto.

Parece-nos pertinente destacar aqui alguns trechos da narração de André du Rap, que demonstram a brutalidade e a desumanização da atitude da Polícia Militar. O Massacre do Carandiru chocou muitos à época e falar sobre o que aconteceu e narrar as atrocidades cometidas é uma forma de não deixar esquecer. Além disso, a violência partiu de uma instituição que não deveria matar e sim proteger, que invadiu a Casa de Detenção, uma vez que a Polícia Militar não trabalhava dentro do Carandiru. Foi uma ação pensada e permitida, tanto pelos generais da Polícia Militar quanto pelo governo de São Paulo da época. Muitos dos presos mortos estavam em situação de prisão provisória, não haviam passado nem por um julgamento, direito do acusado. Enquanto esses réus primários estão mortos, os seus carrascos estão soltos, mesmo após uma decisão do Tribunal do Júri com relação a esses policiais. A justiça falhou com esses homens mortos duas vezes.

Os helicópteros começaram a sobrevoar. Era uma hora da tarde mais ou menos. Colocamos várias faixas. Pegamos vários lençóis brancos e escrevemos: “Estamos em paz. Não há rebelião. Queremos paz”. A resposta veio com tiro. Começaram a atirar pela ventana do quarto e do quinto andar. Uma rajada de fuzil do primeiro helicóptero.<sup>45</sup>

Todo mundo desceu pro terceiro. Estouramos o cadeado da triagem. *Nesse dia, tinha mais de cem triagens trancados pra ser distribuídos.* Triagem é o companheiro novo que chega dos distritos, das delegacias. Cortam o cabelo deles tipo exército, o cabelo dos triagens. Nisso a polícia já tava entrando.<sup>46</sup>

A gente foi rendido nas celas. A polícia mandou a gente tirar a roupa e sair olhando pro chão, com a mão na cabeça. Fizeram a gente fazer fila. Formaram corredor polonês, um polícia de cada lado, e mandaram a gente correr. Deram chute, bica, cacetada, tiro. Eles gritavam: – Vai, ladrão! Vai, zé! Corre, corre, filho da puta! – não chamavam a gente por nome, não, era só “zé”. “ladrão”, xingando – “filho da puta!”.<sup>47</sup>

E atiravam. Na cabeça, no peito. Como é que eu ia levantar? Pensei, se eu levantar, vou morrer também. Aí os PMs pegaram uns restos de colchão e puseram fogo. A espuma derretia e eles vinham pingando aquele líquido de colchão derretido, fervendo, em cima dos corpos. Uns vinham pingando em cima dos cadáveres pra ver se alguém tinha alguma reação, outros vinham com a baioneta furando pra ver quem tava vivo. Foi quando eu tomei essa

---

<sup>45</sup> ZENI. Bruno. *Sobrevivente André Du Rap (Do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002. p. 19

<sup>46</sup> ZENI. Bruno. *Sobrevivente André Du Rap (Do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002. p. 20. Grifo nosso

<sup>47</sup> ZENI. Bruno. *Sobrevivente André Du Rap (Do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002. p. 22

baionetada na testa e outra no queixo. Levei a borra do colchão na perna e no braço, me queimaram. Fiquei ali suportando a dor. Tô ali, deitado, vários companheiros sangrando do meu lado, urinando, cheiro de fezes... Olhava pro lado e via companheiros rasgados de metralhadora, cara estrebuchando, braços tremendo em cima de mim. Eu estava em estado de choque<sup>48</sup>

Esses relatos com certeza são um choque para quem lê. A ausência de nome demonstra a desumanização por parte da Polícia Militar daquelas pessoas que estavam ali. Os presos – que já perdem em muito a sua individualidade dentro do sistema penal como ele é pensado – transformam-se aos olhos dos assassinos ainda menos, viram corpos mortos, pessoas passíveis de morte apenas por estarem naquele momento naquele local.

O relato de André du Rap talvez seja, entre todas as obras apresentadas nessa linha do tempo, a que mais se aproxima da obra escolhida como *corpus* dessa dissertação. Bruno Zeni, o organizador, é jornalista, assim como Nana Queiroz. Escreveu a parte do depoimento com base em entrevistas realizadas com André du Rap, assim como *Presos que menstruam* foi escrito. Essa comparação será aprofundada ainda mais no próximo capítulo, mas estamos levantando esses pontos para destacar que a violência policial/estatal existe em diversos momentos. Na narração de André du Rap ela aparece durante o Massacre, talvez seja o ápice dessa violência. Nas outras obras aparece muitas vezes em detalhes, nas formas como os carcereiros tratam os presos, como o sistema reduz essas vidas, na falta de infraestrutura.

Em *Presos que menstruam*, como veremos, a violência aparece em diversos momentos do livro, seja na forma de tortura direta, com agressões físicas ou verbais, ou na forma como o Estado lida com essas vidas, nas condições degradantes que os presídios se encontram, com goteiras, infiltrações, mofo, sujeiras, com a má qualidade das refeições, questões que afetam diariamente essas mulheres.

Após o *boom* da literatura prisional passar, por volta do ano de 2003 poderíamos dizer, a temática do cárcere diminui sua presença nas livrarias. Algumas outras obras foram produzidas e não foram citadas extensivamente aqui, como, por

---

<sup>48</sup> ENI. Bruno. *Sobrevivente André Du Rap* (Do Massacre do Carandiru). São Paulo: Labortexto Editorial, 2002. p. 24

exemplo: *Letras de liberdade* (2000)<sup>49</sup>, livro classificado como escrito por autores diversos e que traz em suas páginas textos selecionados no concurso Letras de Liberdade que contou com a participação de 345 textos escritos por presos e presas do Carandiru. A obra conta com uma pequena ficha biográfica do escritor do texto, na maioria dos casos incluindo uma foto do autor, o texto em si e por fim um comentário feito por pessoas convidadas (como Fernando Bonassi e Lobão, por exemplo).

Alguns pontos do texto parecem-nos problemáticos, como, por exemplo, a escolha de indicar o número do Prontuário dos autores dos textos vencedores, assim como a data de entrada no presídio, os crimes pelos quais respondem e o tempo a que foram condenados. Tais informações acabam por se tornarem irrelevantes no livro, uma vez que o leitor já tem conhecimento que essas pessoas estão privadas de liberdade. Além disso, os posfácios escritos por convidados às vezes são deslocados. Entre eles podemos citar o de Marcelo Rezende, jornalista que ficou famoso por um programa sensacionalista, que explorava situações como perseguições policiais e tragédias que muitas vezes envolviam crimes. Seu discurso era repleto do senso comum de “bandido bom é bandido morto” e isso transparece em seu texto. Ele afirma “O Prontuário 164.703 começou aos 14 anos de idade, se é que ele se lembra mesmo da idade. E os outros 7 mil? São culpados, criminosos, escória, bandidos, vagabundos, são, sempre foram, se bobear desde que nasceram”<sup>50</sup>.

Entre os quinze textos apresentados, quatro pertencem a mulheres. O primeiro é escrito por Claudelaine Dias da Silva, onde narra brevemente a sua vida – antes e durante a prisão. Fala principalmente sobre a sua família, a mãe falecida, o pai que a perdoou pelas escolhas feitas, as suas filhas e a sua irmã, que ajuda na criação das meninas. O segundo é escrito por Paloma Gomes, e a autora fala de si e narra a sua história na terceira pessoa. O terceiro é escrito por Valdelice Duarte Torres, e assim como no texto de Paloma, a escrita é na terceira pessoa. O último texto foi escrito por Eliana Pereira da Silva e se distancia um pouco dos três anteriores, apresentando uma narrativa sobre a prisão, não sobre a vida antes dela.

---

<sup>49</sup> BRUNO, Emílio; COSTA, Wagner Veneziani (Ed.). *Letras de Liberdade*. São Paulo: Wb Editores, 2000.

<sup>50</sup> BRUNO, Emílio; COSTA, Wagner Veneziani (Ed.). *Letras de Liberdade*. São Paulo: Wb Editores, 2000. p. 38

Ainda em 2003, o jornalista Antonio Carlos Prado publica *Cela forte mulher*<sup>51</sup>, a partir de sua experiência como voluntário dentro do sistema penitenciário feminino de São Paulo. Mesmo tendo sido escrito na mesma época que as obras citadas anteriormente – sendo publicado inclusive pela mesma editora que o livro de Jocenir e do André du Rap (Labortexto Editorial) – possui um estilo editorial completamente diferente. Antonio Carlos Prado, que inclusive é o convidado que escreve o “posfácio” (nome que a obra dá para os comentários dos convidados) de Eliana Pereira da Silva no livro citado acima, apresenta a sua visão sobre a vida das mulheres em situação prisional. O livro gira em torno de uma visão machista e objetificadora das vidas dessas mulheres.

Logo no início do primeiro capítulo já é possível notarmos o tom que Antonio Carlos Prado irá assumir pelo resto da obra. Ele afirma “acendo-lhes o cigarro, dou a elas uma flor ou um livro, e vejo nas criminosas desabrochar feminilidade e uma réstia de caráter bom que elas próprias têm medo de descobrir.”<sup>52</sup> E segue “elas têm a feminilidade cozida em porcelana e ferro e é assim que me fazem mais amoroso e delicado. Elas são as mulheres dos meus olhos”<sup>53</sup>. Essas são apenas as primeiras frases do texto. Ao longo de todo o livro o autor utiliza-se da sexualização exacerbada dessas mulheres, objetificando-as e transformando-as em meras personagens da sua história como voluntário no presídio. Em meio ao *boom* da literatura prisional dos anos 2000, *Cela forte mulher* perde a oportunidade de ser uma obra capaz de mostrar que, já naquela época, mulheres estavam presas também e transforma-se em um texto que destoa completamente da visão apresentada nas obras citadas anteriormente.

Entre as questões bases dessa dissertação apresentamos o silenciamento das mulheres presas, a ausência de livros escritos por elas e também a presença desse silenciamento em obras escritas sobre elas. *Cela forte* é um exemplo dessa situação. Apesar de ser um livro que pretende mostrar aos leitores a vida dessas mulheres em situação prisional, acaba por aprofundar ainda mais a ausência das vozes de presas. São páginas repletas de uma visão masculinizada – e machista – sobre essas presas,

---

<sup>51</sup> PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.

<sup>52</sup> PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003. p. 15

<sup>53</sup> PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003. p. 15

sem que em nenhum momento possamos ouvir o que elas realmente têm a dizer, o que chega até nós é apenas o que Prado enxerga dessas vidas.

A diferença na escrita de Antonio Carlos Prado com relação a outras obras escritas sobre a vida nas prisões femininas é latente, inclusive em comparação com *Presos que menstruam*. As escolhas do autor se distanciam desses outros livros, principalmente pela forte sexualização das personagens, sempre vistas por um olhar masculino, que quer enxergar nessas mulheres o que a sociedade criou como um padrão feminino (a sensualidade, a delicadeza, a pureza). Enquanto em *Preso que menstruam* as escolhas da autora parecem se voltar para a humanização dessas presas e não a sua sexualização.

Ambas as obras possuem escolhas, uma vez que são terceiros falando sobre essas mulheres, mas o que queremos apontar aqui são as escolhas voltadas para a repetição de um padrão feminino feitas por Prado, que não correspondem à realidade de muitas mulheres. O que acaba por apagar a existência de diversas mulheres que se desviam desses padrões, mais ainda quando elas já se encontram em um sistema de exclusão, como é o caso de mulheres em situação prisional. Ele não as apresenta como pessoas em si, mas como objetos.

Ainda mais contrastante com a escrita de Prado é a escrita de Vera Tereza de Jesus, que conseguiu escrever a sua própria história, podendo escolher como quer ser apresentada ao leitor, como quer narrar sua trajetória de vida. Enquanto Prado escreveu quase de forma mística sobre essas mulheres – com frases como “a feminilidade cozida em porcelana e ferro” – a escrita de uma mulher que já passou pelo cárcere busca mostrar o quão dura é essa realidade, aponta as dificuldades que foram vividas, não tem como intenção chamar a atenção do leitor por meio da sexualidade.

Após apresentar as obras que fizeram parte do *boom* da literatura prisional no início dos anos 2000, a nossa linha do tempo dá um salto para o meio da década de 2010, onde em 2015 foi lançado o livro *Presos que menstruam*, objeto dessa dissertação. Nesse momento parece voltar à tona, pelo menos um pouco, a temática do cárcere e dessa vez com destaque para as mulheres em situação de privação de

liberdade. Como veremos a seguir, a população prisional feminina no Brasil não é pequena, então a ausência de livros escritos por essas mulheres ou sobre essas mulheres chama a atenção.

Ainda em 2015, Débora Diniz, antropóloga e professora universitária lançou *Cadeia: relatos sobre mulheres*<sup>54</sup>. Débora Diniz ficou ainda mais conhecida no ano de 2019 quando defendeu a legalização do aborto em discussão sobre o tema no Supremo Tribunal Federal – STF. Esse posicionamento rendeu duras críticas e forte repressão à professora, que acabou por deixar o país após diversas ameaças de morte. Enquanto ainda morava no país, Diniz trabalhava como pesquisadora na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, onde, segundo a autora, ouviu diversas histórias que a incentivaram a escrever *Cadeia*.

A obra conta com 223 páginas e é dividida em pequenos capítulos que narram diferentes histórias. Para escrever o livro Diniz deixou de lado o trabalho como pesquisadora e passou a ter contato com as presas somente como ouvinte, tendo como seu principal lugar de escuta uma sala no Núcleo de Saúde, onde junto com pelo menos um responsável pela segurança e um profissional da saúde – “tudo o que ouvi foi na companhia do colete preto e do jaleco branco”<sup>55</sup> – passou a ouvir os relatos de dores (do corpo e da alma) das presas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, por cerca de 6 meses.

As histórias narradas não são somente sobre a vida no presídio, envolvem também a vida fora da Penitenciária, amigos, familiares. Também narram algumas das histórias os funcionários da Penitenciária, seu Lenilton, d. Jamila e dra. Paloma. Segundo a autora, em 2014 havia quase setecentas mulheres presas na instituição, mas havia cama para pouco mais de quatrocentas, apenas. Para os leitores, Diniz adverte: “exceto pelos nomes, *é tudo verdade*”.<sup>56</sup>

Pouco depois do lançamento de *Presos que menstruam e Cadeia*, no ano de 2017, é lançado o último livro da trilogia que envolve o cárcere escrita por Drauzio

---

<sup>54</sup> DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

<sup>55</sup> DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 11. Grifo da autora.

<sup>56</sup> DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 12

Varella. O médico oncologista, já foi citado anteriormente nessa linha do tempo, uma vez que é também autor de *Carandiru*, a primeira obra que apresentamos ao falar do *boom* da literatura carcerária. Em *Prisioneiras*<sup>57</sup>, Varella volta a narrar histórias vividas e ouvidas na prisão, mas dessa vez com mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital (SP), local onde realiza o mesmo trabalho voluntário de prevenção à AIDS que realizava no *Carandiru*. *Prisioneiras* conta com 277 páginas e é dividido em capítulos curtos. Na introdução Drauzio Varella afirma “este livro é uma espécie de *Estação Carandiru* de uma prisão com mais de 2 mil mulheres. Nele procura apresentar um pouco do que vi, escutei e pude aprender nestes onze anos na Penitenciária Feminina da Capital”.<sup>58</sup>

A narrativa de *Prisioneiras* realmente se assemelha a *Estação Carandiru*, e assim como o primeiro livro da trilogia a obra conta com fotografias que mostram um pouco da realidade na Penitenciária. Drauzio não narra apenas histórias de presas, mas explica também um pouco da rotina no presídio, como, por exemplo, os julgamentos realizados pelo Primeiro Comando dentro da prisão. Além disso, a obra de Drauzio Varella torna-se ainda mais singular devido à experiência que o médico escritor teve durante os anos de trabalho no *Carandiru*. Assim, o autor consegue em diversos momentos apontar detalhes que se diferenciam entre as prisões masculinas e femininas, entre os presos e as presas.

Entre as diferenças apontadas temos as questões de saúde – enquanto os homens reclamavam em sua grande maioria de feridas mal cicatrizadas, tuberculose, infecções respiratórias, as mulheres reclamavam de dores na coluna, depressão, crises de pânico e problemas relacionados ao ciclo menstrual. Ademais, na Penitenciária Feminina, o médico foi capaz de perceber a questão da solidão da mulher presa – tema que ainda será explorado por esse trabalho – e como essa solidão afeta os relacionamentos dentro da prisão. Enquanto muitas mulheres se descobrem lésbicas ou bissexuais na cadeia e o relacionamento entre mulheres não é tão reprovado entre as detentas, e até mesmo a equipe carcerária – com exceção

---

<sup>57</sup> VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>58</sup> VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 9

de alguns grupos, como, por exemplo, as mulheres de religião evangélica – no presídio masculino o relacionamento entre homens é extremamente reprovado.

A apresentação dessas obras – de *Memórias do Cárcere* até *Prisioneiras* – serve como contextualização da literatura prisional brasileira – que parece ter sido um pouco esquecida após esse *boom* do início dos anos 2000 e que volta à tona a partir de 2015 – mas serve também como introdução a um debate que deve ocorrer nas páginas desse trabalho: a ausência da escrita das mulheres presas no mercado editorial brasileiro. De fato, apesar de serem poucas as obras escritas por homens em situação prisional, elas existem, foram publicadas e vendidas em grandes livrarias do país, influenciaram a música e o cinema nacional. Mas e a voz das mulheres em situação de privação de liberdade? Quais livros, além de *Ela e a reclusão*, podemos apontar como escritos por mulheres que sobreviveram ao sistema prisional brasileiro? Acreditamos que nenhuma.

O *corpus* dessa dissertação é uma obra escrita sobre mulheres em situação prisional, mas não escrita por essas mulheres. É fato que pessoas em situação prisional são excluídas da sociedade, deixadas a margem, mas o que a literatura existente, assim como os relatos presentes nas obras aqui estudadas mostram é que o gênero importa muito na opressão sofrida por essas pessoas. Ser mulher, ser mulher e negra, ser mulher, negra, pobre, ser mulher, negra, pobre e presa apresentam diferentes níveis de opressão e violência vivenciados no cotidiano, amplificado pela situação de privação de liberdade.

Assim, é com essa consciência sobre o vazio nas prateleiras das livrarias com relação a livros escritos por mulheres em situação prisional que esse trabalho é escrito, estudando a obra *Presos que menstruam* como forma de dar destaque para o tema relativo às prisões femininas, buscando enriquecer o debate sobre o assunto e dar destaque para essas histórias, não esquecendo que estão sendo narradas por uma jornalista, o que com certeza contribuiu para uma maior aceitação dessas obras pela sociedade, mas também auxilia no silenciamento das mulheres presas, mesmo que essa não tenha sido a intenção da autora. Afinal, a obra não é escrita em primeira pessoa, com cada uma das presas contando a sua própria história, mas sim é feita em terceira pessoa, com um narrador externo.

Contudo, em tempos de retrocesso é importante destacarmos que a própria presença de livros como esse nas livrarias já é um avanço. E lembrar que em um sistema penal que não oferece para as mulheres em situação prisional o básico para sua saúde física e mental é compreensível a dificuldade em ter-se mulheres presas escrevendo. O papel da jornalista Nana Queiroz aqui é de mediação, de permitir que essas mulheres tenham suas histórias lidas, pois de outra forma talvez ainda não seja possível.

Tendo finalizado nossa linha do tempo em que buscamos apresentar algumas obras nacionais que possuem relação com o cárcere e antes de aprofundarmos o estudo sobre a obra do *corpus* dessa dissertação, acreditamos ser necessário aprofundar a compreensão sobre o sistema prisional brasileiro, de forma a auxiliar certas questões e debates que serão apresentados ao longo do segundo e do terceiro capítulo, como, por exemplo, a precarização das prisões, a superlotação e a ausência de direitos básicos que são negados diariamente para a população carcerária nacional. Conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que no ano de 2018 lançou uma edição voltada para a análise das prisões femininas chamado de INFOPEN MULHERES, a população carcerária feminina cresceu de 5,6 mil em 2000 para 42,4 mil mulheres presas em 2016<sup>59</sup>. É um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000.

Contudo, enquanto os dados indicam um crescimento a cada ano de mulheres em situação prisional, o sistema não se mostra preparado para lidar com as peculiaridades dessa população feminina. Ainda conforme dados do INFOPEN MULHERES, 74% das prisões foram projetadas para o público masculino, enquanto apenas 7% foi projetada para o público feminino e 17% são caracterizadas como mistas<sup>60</sup>. Esses dados impactam a vida das mulheres presas diariamente, afetando situações de saúde e higiene básicas, assim como as relações interpessoais com seus familiares, como, por exemplo, a permanência dos filhos em período de

---

<sup>59</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 15

<sup>60</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 22

amamentação, e até mesmo a situação de superlotação das celas, uma vez que em presídios mistos (sejam eles criados ou não para essa finalidade), a quantidade de presos homens é sempre maior que a de presas, o que reduz o número de celas para a população feminina, aumentando a concentração de pessoas em uma mesma cela.

Além disso, as questões relativas às visitas (do(a) cônjuge/companheiro(a), familiares, amigos) também são influenciados por esses dados referentes as prisões femininas, masculinas e mistas e estão diretamente relacionadas com a solidão dessas mulheres presas, tema frequentemente debatido ao longo das obras do corpus dessa dissertação. Para a realização da visita é necessário que o estabelecimento prisional conte com a devida estrutura e segundo dados do INFOPEN MULHERES, 1 em cada 2 unidades femininas não contam com espaços nestas condições e, no caso das unidades mistas, apenas 3 a cada 10 estabelecimentos contam com infraestrutura adequada ao exercício do direito à visita social da pessoa presa.<sup>61</sup>

O crescimento da população feminina nos presídios brasileiros entre os anos 2000 a 2016 também pode explicar o porquê do recente destaque desse tema na literatura, enquanto nos anos 2000 a 2003 essas mulheres foram esquecidas. Em 16 anos a população carcerária feminina aumentou em 455%, número alarmante. Além disso, esse aumento ocorreu em maior escala a partir do ano de 2006, quando os números eram de 17,2 mil mulheres presas no país.

Se esse aumento populacional prisional das mulheres não passou despercebido por Nana Queiroz e Drauzio Varella, que sentiram a necessidade de escrever as histórias dessas mulheres, tampouco passou despercebido por estudiosos da antropologia e do direito. Para uma compreensão mais aprofundada desse aumento populacional é preciso apontarmos o que mudou no ano de 2006 no sistema penal brasileiro: a criação da Lei 11.343/2006, conhecida popularmente como “Lei de Drogas”.

---

<sup>61</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 24

Em *O que é encarceramento em massa?*<sup>62</sup>, a pesquisadora em antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP Juliana Borges debate essa lei para explicar ao leitor um pouco mais sobre o sistema prisional brasileiro. Segundo a autora, “a Lei 11.343 de 2006, chamada Lei de Drogas, é um dos principais argumentos no qual se baseia e legitima o superencarceramento”<sup>63</sup>

De fato, a Lei 11.343/2006 estabelece normas para repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas e a sua criação é responsável por boa parte da superlotação que assola hoje os mais diversos presídios do país. Com artigos que definem o que é crime com núcleos penais diversos<sup>64</sup> a lei acaba por enquadrar diversos atos como crime de tráfico de drogas, com reclusão de 5 a 15 anos.

Além disso, aliado a grande variedade de núcleos penais, passíveis de confundir qualquer pessoa sobre o que é e o que não é crime, a lei ainda atribuiu ao juiz a possibilidade de definir quem é usuário e quem é traficante, uma vez que os critérios de diferenciação são subjetivos. Ao usuário é destinado tratamento diferenciado pela lei, não sendo possível a prisão em flagrante e sendo aplicadas penas alternativas. O traficante é punido com a pena de 5 a 15 anos, como já citado anteriormente. O fato é que questões subjetivas não devem andar com o direito, e essa subjetividade acaba por escolher as vítimas do sistema prisional.

Com relação a essa questão, Juliana Borges afirma

abolida a escravidão no país como prática legalizada de hierarquização racial e social, outros foram os mecanismos e aparatos que se constituíram e se reorganizaram, ou até mesmo fundado, caso que veremos da instituição criminal, como forma de garantir controle social, tendo como foco os grupos subalternizados estruturalmente<sup>65</sup>

As prisões brasileiras, num todo, são um reflexo dessa política de controle dos corpos. A Lei de Drogas, é um dos institutos que mais reflete as escolhas feitas pelo

---

<sup>62</sup> BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018

<sup>63</sup> BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. p. 19

<sup>64</sup> Ao todo, no artigo 33 temos 18 núcleos penais, quais sejam: importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas.

<sup>65</sup> BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. p. 37

legislativo e pelo judiciário sobre quem é o público alvo do controle estatal. Essa distinção trazida pela lei sobre “usuário” e “traficante” deveria ser o funil que limita o envio em massa de preso para as nossas prisões já lotadas, mas o que acontece na prática é que essa distinção serve como filtro e não como funil.

Em 2016, 62% da população carcerária feminina estava em situação de privação de liberdade por causa do tráfico<sup>66</sup>. Do total de 42,4 mil mulheres presas, 62% são negras, enquanto 37% são brancas<sup>67</sup>. Esses dados são relevantes para a compreensão de que gênero e raça estão fortemente conectados no sistema prisional feminino, e que a lei de drogas escolhe suas vítimas, na grande maioria mulheres negras e pobres.

Na maioria dos casos o tráfico está ligado a situações de vulnerabilidade social e situações de violência contra a mulher. Além disso, não são raros os casos em que mulheres são presas em situação de tráfico ao visitar o companheiro (ou algum outro familiar homem) na prisão, ou para manter o sustento da família após este ser preso. Em rápida pesquisa no *Google*, utilizando a combinação de termos como “mulher presa”, “drogas” “presídio” e “marido” são encontradas notícias que relatam casos assim<sup>68</sup>. Entre os relatos nas obras estudadas por essa dissertação também são encontrados casos semelhantes.

A escrita aqui estudada conta a história de mulheres em situação prisional no Brasil, mas não é só isso. Essa história está inserida em um sistema de opressão

---

<sup>66</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 54

<sup>67</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 40

<sup>68</sup> Exemplos: “*Mulher é presa levando droga para o marido em presídio de Cachoeiro*” Fonte: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/07/mulher-e-presa-levando-droga-para-o-marido-em-presidio-de-cachoeiro-1014189751.html>. Acesso em: 8 de agosto de 2019;

“*Mulher é presa ao tentar entrar em presídio com drogas dentro de barras de sabão*”, fonte: <https://globoplay.globo.com/v/7828314/#GLOBOPLAY-LATERAL-NOTICIAS-item-sel-9,rec-coldstart-section,6bba70e0-624f-45b9-bc9a-80280f8e12ea>. Acesso em: 8 de agosto de 2019;

“*Mulher é presa tentando entrar em presídio com drogas e até cartas nas partes íntimas*”, fonte: <https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/07/2019/mulher-e-presa-tentando-entrar-em-presidio-com-drogas-e-ate-cartas-nas-partes-intimas>. Acesso em: 8 de agosto de 2019

“*Mulher é presa ao tentar entrar com droga em presídio de Tubarão*”, fonte: <http://diariodosul.com.br/SITE2015/noticia/41161/Mulher-e-presa-ao-tentar-entrar-com-droga-em-presidio-de-Tubarao.html>. Acesso em: 8 de agosto de 2019

muito antigo, e ao falarmos sobre mulheres presas o aspecto do gênero reverbera nesse sistema de opressão. Contar essas histórias é uma forma de resistência e enfrentamento dessa opressão, é enfrentar as políticas de Estado que buscam controlar esses corpos, silenciar essas vozes.

Assim, no próximo capítulo buscamos apresentar a obra *Presos que menstruam* com maior riqueza de detalhes ao leitor. E para estudarmos esse livro apresentamos também a teoria do *testimonio* como forma de compreendermos essa obra dentro da literatura nacional, trabalhando com os autores do *testimonio* latino americano, como Hugo Achugar, John Beverley e Margaret Randall e também com autores brasileiros como Marcio Seligmann-Silva e João Camillo Penna.

## 2. PRESOS QUE MENSTRUAM E O *TESTIMONIO* LATINO-AMERICANO

O primeiro capítulo desse trabalho foi dedicado a uma breve recuperação histórico-literária das obras nacionais que possuem o cárcere entre seus temas principais e que possuem traços de testemunho em suas escritas. Também apresentamos dados relativos à população carcerária feminina nacional, buscando trazer a questão do encarceramento em massa, visto que desde 2006, com a Lei de Drogas, o número de mulheres presas cresceu muito, o que chama a atenção quando pensamos sobre a ausência de obras com a temática do cárcere feminino. Mesmo existindo livros escritos por mulheres que vivenciaram o cárcere – como *Ela e a reclusão* – ou, ao menos sobre esse cárcere, como *Presos que menstruam*, *Cadeia e Prisioneiras*, é uma pequena quantidade comparada com os dados de aprisionamento feminino.

Com a retomada das obras com a temática do cárcere ao longo da primeira parte do primeiro capítulo, foi possível perceber que o cárcere encontra espaço entre os temas da literatura nacional, mas que muitas vezes é um cárcere relativo às prisões políticas – que aconteceram em grande escala em um país como o Brasil, com mais de um golpe ditatorial na história – e poucas vezes é referente ao cárcere judicial. Assim, o *boom* da literatura prisional agregou à literatura nacional algumas obras muito importantes sobre o tema, principalmente livros escritos pelos próprios presos, como no caso de Jocenir e Luiz Alberto Mendes, mas não foi capaz de compreender nesse momento a temática do cárcere feminino.

Neste segundo capítulo, pretendemos apresentar a obra que compõe o *corpus* dessa dissertação e relacioná-la com a teoria escolhida como base para a realização da análise do livro aqui apresentado. Assim, esse segundo capítulo tem como temas centrais a obra *Presos que menstruam*, da jornalista e ativista Nana Queiroz e as obras que tratam sobre a teoria do *testimonio*, escritas principalmente por Hugo Achugar, John Beverley, Margaret Randall, Marcio Seligmann-Silva e João Camillo Penna.

A obra *Presos que menstruam* foi lançada em 2015, escrita por Nana Queiroz e publicada pela editora Record. Nana Queiroz, formou-se jornalista em 2010 na Universidade de São Paulo – USP e é especialista em Relações Internacionais, com

ênfase em direitos humanos, pela UnB. Trabalhou nas revistas *Época* e *Galileu* e como repórter da editoria internacional no site da revista *Veja*. No *Jornal Correio Braziliense* foi repórter de variedades.

Além de jornalista, Nana Queiroz é ativista feminista. Ajudou a criar o instituto AzMina, onde hoje atua como repórter especial. O instituto AzMina reúne jornalismo, tecnologia e informação voltados para assuntos femininos – e feministas, visando combater os diversos tipos de violência sofridos por mulheres – e ganhou ainda mais destaque quando em setembro de 2019 lançou uma matéria explicando aos leitores como é feito um aborto seguro. Até 2016 a jornalista também publicava textos no site *Huffpost*, tendo inclusive publicado um capítulo da obra *Presos que menstruam* nesse site.

Fica claro desde o início que Nana Queiroz tem interesse em assuntos sobre o universo das mulheres, principalmente sobre a proteção e valorização das mulheres em um mundo machista. Além de *Presos que menstruam* Nana Queiroz também publicou a obra *Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac*, em parceria com Luísa Marilac, *youtuber*, comunicadora, escritora e ativista dos direitos LGBT. Juntas, constroem um relato sobre a trajetória de Marilac, desde o início da sua vida, em que se assumiu travesti aos 17 anos, até o momento atual com os projetos que visam combater a transfobia. O livro foi lançado no início de 2019.

Em 2014 Nana Queiroz deu início a campanha “Eu não mereço ser estuprada”, quando tirou uma foto em frente ao Palácio do Planalto com os dizeres escritos nos braços, sem a blusa e tapando os seios. Segundo a autora, a ideia surgiu após uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) que indicava um alto índice de entrevistados que acreditavam que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros e que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. A campanha foi lançada na rede social *facebook* e contou com mais de 40 mil adesões, tendo sido apoiado inclusive pela presidenta Dilma. Além do apoio e das diversas denúncias de estupro recebidas pela autora, Nana Queiroz sofreu ameaças e agressões virtuais pela campanha, demonstrando a fúria machista perante os atos de libertação femininos.

*Presos que menstruam* não surgiu como livro. Antes de ser publicado pela editora Record, Queiroz postava os textos – que futuramente se tornariam capítulos da obra – no *blog* homônimo ao livro<sup>69</sup>, surgido em 2011. Hoje o *blog* contém poucos textos, dezoito ao todo, e entre eles apenas sete fazem parte da publicação final. Segundo a autora, foi necessário apagar o conteúdo do *blog* em razão do contrato com a editora, que não permitia que grandes trechos da obra fossem publicados online. Os outros textos que ficaram no *blog* e não são parte do livro tratam também sobre as questões prisionais e políticas do país.

Em entrevista para o site *herself* Queiroz afirma que o contrato com a editora Record surgiu apenas depois do trabalho estar pronto, sendo todo o trabalho de pesquisa, viagens e hospedagem bancado pela própria Nana Queiroz<sup>70</sup>. Na época do *blog*, a autora mantinha contato apenas com presas em penitenciárias paulistas, começando por cartas, para depois ter acesso aos presídios como familiar/amiga dessas mulheres, uma vez que encontrava grande resistência de acesso como jornalista. Já o livro conta com histórias de mulheres das cinco regiões do país, ouvidas ao longo de 4 anos de trabalho.

*Presos que menstruam* possui ao todo 292 páginas, sendo dividido em 59 capítulos, cada um com cerca de quatro a cinco páginas, variando para mais e para menos. Lançada inicialmente no ano de 2015 pela editora Record, já conta com mais de 7 edições. Na capa aparecem o título e logo em seguida um subtítulo/comentário dizendo “A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras”. Também conta com o nome da autora e o selo da editora. As orelhas do livro possuem uma breve síntese sobre o conteúdo e uma rápida biografia da autora, com foto.

A foto da capa mostra uma mão feminina, com unhas pintadas de azul segurando uma grade. A escolha da foto faz um contraste com a presença da palavra “presos” no título, juntando-se com a expressão “que menstruam”, participando do jogo de palavras que envolve o título, em que a autora procura mostrar o apagamento

---

<sup>69</sup> Para quem possa interessar, apesar de hoje já possuir pouca coisa para ser explorada, o link do *blog* é esse: <http://presosquemenstruam.blogspot.com/>

<sup>70</sup> HERSELF, Equipe. *Nana Queiroz e os presos que menstruam*. 2018. Disponível em: <<https://herself.com.br/blog/nana-queiroz-e-os-presos-que-menstruam/>>. Acesso em: 10 jan. 2020

da existência de mulheres presas. Ademais, as unhas pintadas indicam traços da feminilidade e vaidade que é esperada das mulheres pela nossa sociedade (em contraste com o cometimento de crimes, o que se espera dos homens, mas não das mulheres), mas também mostra que essa vaidade existe inclusive em espaços de confinamento. O que ficamos sabendo ao longo das páginas de *Presos que menstruam* é que muitas mulheres possuem como forma de ganhar dinheiro no presídio o trabalho de manicure – Gardênia (uma das presas que narra sua história para Queiroz) afirma que quem pagou o seu advogado foi ela mesma, fazendo a unha das outras presas e também de algumas funcionárias<sup>71</sup>.

O desejo de permanecerem bem arrumadas mesmo estando presas também aparece em outro momento da obra, quando no capítulo “Seu Juiz”, o juiz de execução penal – responsável por inspecionar, mensalmente, presídios e penitenciárias para verificar as condições em que as condenadas estão cumprindo pena – Sidnei Brzuska ouviu como pedido das presas a liberação do uso de “chapinha” no presídio<sup>72</sup>.

Nas primeiras páginas encontramos o sumário, os agradecimentos e um índice de personagens por capítulos. Apesar da obra contar a história de diversas mulheres (tanto presas quanto seus familiares, assim como de funcionárias dos presídios), ela possui um enfoque em sete mulheres: Safira, Gardênia, Júlia, Vera, Camila, Glicéria e Marcela. Pelo que é possível entender dos *posts* que restaram no *blog* a maioria dessas mulheres já apareciam no blog, com quem Nana Queiroz primeiro teve contato, sendo as outras histórias escritas com base nas entrevistas realizadas durante os quatro anos de viagens pelo país.

Os títulos dos capítulos muitas vezes fazem referência a elementos das histórias dessas sete mulheres, como, por exemplo, “Leite, fraldas e potes de açúcar”, “Gardênia”, “Júlia gosta do tipo errado”, “Os filhos de Camila” “Encantados” e “Eru”. Em alguns casos Nana Queiroz faz referência a literatura (“Amor em espaços de cólera” e “A hora da estrela de Vânia”), e em apenas um caso repete o mesmo título – “Inocente” e “Inocente II”.

---

<sup>71</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 197

<sup>72</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 63

O título da obra surgiu após um artigo publicado na revista *Veredas do Direito*, em 2009, de autoria de Heidi Ann Cerneka, estadunidense que veio para o Brasil em 1997 para trabalhar com mulheres em situação de vulnerabilidade social e até 2014 atuou junto com a Pastoral Carcerária. O artigo é intitulado *Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher*<sup>73</sup> e segundo Queiroz serviu de inspiração para o título e o tom do livro aqui estudado.

No artigo citado, Cerneka afirma que parece que, para o Estado e a Sociedade, existem 440 mil homens presos e nenhuma mulher, só que todos os meses cerca de 28 mil desses presos menstruam.<sup>74</sup> Lembramos que esses dados são de 2009, conforme já foi apresentado no primeiro capítulo a população carcerária feminina era de 42,4 mil em 2016. Em 2009 a Lei de Drogas possuía apenas 3 anos. Muita coisa mudou de 2009 para os dias atuais, mas muito pouco mudou em relação a como as mulheres são tratadas no sistema prisional nacional.

Cerneka, que já visitou prisões na Bolívia, Argentina, Peru, Estados Unidos, Tailândia e Nigéria e passou um ano no Quênia onde realizou por um ano o trabalho de assistência jurídica às presas do país, apresenta em seu artigo a realidade encontrada nos presídios femininos brasileiros. Uma estrutura toda pensada para os homens, tendo que ser adaptada para o acolhimento dessas mulheres. Mas o que fica claro, tanto no artigo de Cerneka quanto na obra de Nana Queiroz é que essas adaptações não são suficientes para contemplar as mais diversas necessidades femininas, que em muito se diferenciam das necessidades masculinas.

A estrutura prisional que recebe mulheres deve ir muito além de um prédio, são necessários espaços que garantam o pré-natal, um parto seguro, escoltas ao hospital, locais propícios para a amamentação dos recém-nascido – que possuem o direito de permanecer com as mães até os seis meses de idade – além da garantia de que essas mulheres não serão prejudicadas em seus processos por estarem amamentando seus filhos e em vista disto acabem perdendo audiências processuais (afinal, hoje, a

---

<sup>73</sup> CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.61-78, jan - jun. 2009.

<sup>74</sup> CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.61-78, jan - jun. 2009. p. 62

maioria das comarcas judiciárias do país já contam com sistemas de videoconferência que poderiam ser utilizados para não precisas levar as mulheres aos fóruns).

Ainda conforme o artigo de Cerneka, em 2008 na lista dos pertences pessoais que podiam entrar para os presos através de suas famílias no Estado do Rio Grande do Sul constava apenas “cuecas” como roupa íntima, nada dizendo sobre calcinhas e sutiãs, muito menos absorventes e itens de higiene pessoal voltados para as necessidades das mulheres presas<sup>75</sup>. Essa informação pode chocar o leitor, visto que estamos falando sobre 2008 e não os anos 50 ou 60 do século passado, mas deve chocar ainda mais ao saber que a Penitenciária Madre Pelletier, situada em Porto Alegre (capital do Estado que não previa itens femininos básicos em 2008) foi a primeira penitenciária feminina do país, fundada no ano de 1937 por freiras da Igreja Católica. Setenta e um anos separam a criação do primeiro presídio feminino (um dos poucos do país na verdade) da lista aqui citada. Talvez o leitor pense que entre 2008 e 2020, data dessa dissertação, muito mudou, mas infelizmente não mudou o suficiente.

A lista mais atual de itens que a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul permite é de 2014, definida por uma Portaria (PORTARIA Nº. 160/2014) que pode ser encontrada no *site* da SUSEPE. Segundo a Portaria, cada preso tem direito a receber cinco itens permitidos (divididos entre “alimentos em geral”, “papeleria e diversos” “roupas e calçados”, “eletrônicos”, e, surpreendentemente “itens para as mulheres e população LGBT”) e mais um kit de higiene e limpeza que pode conter todos os itens – na quantidade prevista pela Portaria – da lista. Esses kits podem ser entregues a cada visitação, mas apenas um por dia, independentemente do número de visitantes.

A quantidade de absorventes previstas na Portaria é de apenas dois pacotes. As leitoras e leitores desse trabalho que menstruam já devem ter feito contas de cabeça e perceberam que isso muitas vezes pode ser insuficiente. Aos que não menstruam um auxílio na reflexão: um pacote simples de absorvente possui 8

---

<sup>75</sup> CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considera es acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.61-78, jan - jun. 2009. p. 63

unidades, ou seja, é direito da mulher presa receber 16 absorventes por kit. Para uma mulher que menstrua seis dias são apenas dois absorventes por dia. A recomendação médica é que o tempo máximo de uso de um absorvente descartável deve ser de 4h, ou seja, para cada dia do período menstrual é recomendado o uso de seis absorventes. A conta não fecha.

Essa situação acima descrita é ainda mais agravada quando descobrimos que a solidão da mulher presa é um dos maiores diferenciadores entre as prisões femininas e masculinas – tema que pretendemos analisar no próximo capítulo – e assim, ao falarmos sobre o direito ao kit de higiene é necessário pensarmos ainda que as mulheres que receberão esse kit são aquelas poucas privilegiadas que ainda recebem a visita de algum familiar ou amigo. Em muitos os casos essas mulheres não possuem alguém que possa oferecer esses produtos.

Esse exemplo é apenas um dos vários fatores que diferenciam as prisões masculinas e femininas e que ainda serão expostos ao longo dessa dissertação. Como será visto, as condições e higiene nos presídios não são as melhores possíveis – longe disso – e há muita falta de respeito às necessidades básicas das mulheres presas. Esse momento foi apenas para introduzir ao leitor as dificuldades enfrentadas por mulheres em um sistema prisional pensado por homens e para homens.

Retornando à obra estudada nessa dissertação, *Presos que menstruam*, Nana Queiroz explica no Prefácio os motivos que a levaram a escrever o livro. Segundo a autora, além da inspiração no texto de Cerneka, o começo da pesquisa para a escrita dos textos “foi uma coleção de silêncios. As prateleiras das bibliotecas se calavam sobre as prisões femininas brasileiras”<sup>76</sup>. Assim, perante o silêncio da sociedade sobre mais de 42 mil mulheres a autora decidiu ir atrás dessas histórias. Queiroz explica que foi necessário paciência e perseverança. Os primeiros contatos com as Secretarias de Segurança Pública foram quase nulos, algumas nem mesmo respondiam aos pedidos de acesso aos presídios. Assim, Queiroz precisou encontrar outras formas de entrar nesses espaços de confinamento. Foi quando começou contato com familiares de mulheres em situação prisional para que pudesse entrar como visitante,

---

<sup>76</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 17

enfrentando então as filas, e a indiferença por parte dos funcionários, que essas famílias enfrentavam.

Em algumas visitas Queiroz não podia ter consigo o gravador, o que fez com que a autora saísse do presídio muitas vezes repetindo frases em sussurro, ou que anotasse nas mãos ou em pequenos pedaços de papel aquilo que não poderia esquecer<sup>77</sup>. Queiroz não deixa claro quais capítulos foram escritos com base em gravações e quais foram criados a partir da sua memória de como as conversas haviam ocorrido, o que poderia ter sido feito como uma forma de esclarecer melhor a metodologia utilizada. Quando apresenta Gardênia, logo no início da obra, a autora afirma que esta havia ficado encantada com o gravador que a jornalista tinha consigo, e confessou para Queiroz que seria uma maravilha ter um aparelho desses para ouvir o que dizia enquanto dormia<sup>78</sup>. Assim, a autora informa que utilizava o gravador, mas não confirma em nenhum momento em que casos utilizou ou não.

Depender da própria memória para escrever os relatos pode ser problemático, pois não há mais como delimitar até que ponto o que está sendo contado foi ouvido por Nana Queiroz e o que foi inventado pela autora para cobrir as lacunas que surgem quando precisamos lembrar determinadas coisas, mesmo que essa invenção tenha se dado de forma não intencional. Assim, se a autora tivesse deixado claro em quais momentos usou e em quais não usou o gravador, estaria sendo mais honesta com os seus leitores e também com as mulheres que confiaram suas histórias a jornalista.

Segundo Queiroz, *Presos que menstruam* é uma colcha de retalhos costurada ao longo de quatro anos, em que o tecido é composto por trechos da vida de sete mulheres com quem se encontrou diversas vezes e de outras detentas que cruzaram seu caminho ao longo desses anos. A linha e a agulha, ainda segundo a autora, são entrevistas, visitas aos presídios, livros, artigos, estudos e processos judiciais dessas mulheres. Entendemos ser necessário, a partir desse momento, também fazer uso de linha e agulha para costurar essa dissertação. Assim, apresentaremos a partir de

---

<sup>77</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 17

<sup>78</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 34

agora a teoria aqui utilizada, assim como seguiremos com a apresentação da obra, como forma de enxergar, ao final do capítulo, as duas coisas unidas.

Em um primeiro momento pensamos em trabalhar com o conceito de testemunho como forma de estudar a obra que constitui o *corpus* dessa dissertação, por meio das teorias formuladas e debatidas principalmente na Europa, que possuem a Segunda Guerra e, principalmente, a *Shoah* como centro da discussão. Contudo, com o aprofundamento das leituras foi possível perceber que o conceito de *testimonio* possui mais relação com a temática aqui discutida. Ao trabalhar com a diferenciação do testemunho (*Zeugnis*) e do *testimonio* Márcio Seligmann-Silva explica que o conceito de *testimonio* tem sido pensado a partir da experiência histórica e literária da América Latina e complementa afirmando que

o ponto de partida é constituído pelas experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada<sup>79</sup>.

Assim, estudar uma obra que traz histórias de mulheres presas no Brasil, nos anos 2010 como uma forma de *testimonio* parece-nos uma forma de dar voz ao subalterno e debater política por meio da literatura. Entendemos que obras como *Presos que menstruam* chegam as prateleiras das livrarias e são lidas e dessa forma denunciam um sistema penal falho, defasado, demonstrando as falhas desse sistema para pessoas que talvez nunca tenham pensado nessas situações vividas por mulheres em situação prisional.

Ao tratar sobre as diferenças entre o testemunho e o *testimonio*, Seligmann-Silva recorre a pensadores hispano-americanos para tratar sobre o *testimonio*, uma vez que é com esses pensadores que esse termo e o debate sobre o seu uso no contexto latino-americano acontece. Em seu texto intitulado "*Zeugnis*" e '*Testimonio*': um caso de intraduzibilidade entre conceitos<sup>80</sup>, Seligmann-Silva explica que a teoria latino-americana teve início nos países de língua espanhola da América Latina a partir

---

<sup>79</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, p.71-98, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255>>. Acesso em: 10 ago. 2019. p. 86

<sup>80</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p.67-83, jun. 2002.

do início dos anos 60, tendo o *testimonio* um aspecto mais partidário do que o testemunho, convergindo política e literatura como forma de representar os esforços revolucionários dos oprimidos.

Além disso, Seligmann-Silva afirma que o debate na América Latina deixa de ser sobre “a função testemunhal da literatura” (como ocorre na reflexão sobre o testemunho na Europa/Estados Unidos) para dar início a conceitualização de um novo gênero literário: a literatura de *testimonio*<sup>81</sup>. Entre os países hispano-americanos, Cuba possui um papel fundamental no estabelecimento do conceito de *testimonio*. Em 1959, ano da Revolução Cubana, o centro cultural Casa de las Américas foi fundado, sendo este responsável pela publicação da “Revista Casa de las Américas” e pelo prêmio “Casa de las Américas”, oferecido anualmente para escritores latino-americanos e caribenhos, e que possuía uma categoria voltada para o *testimonio*, gerando um maior conhecimento sobre esse estilo de escrita.

Em seu texto intitulado *The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative)*<sup>82</sup>, Beverley vai relacionar os movimentos sociais em ascensão – como o movimento dos trabalhadores contra a exploração, os movimentos feministas, os movimentos por direitos das pessoas LGBT, assim como tantos outros – com a necessidade de novas formas de movimentos culturais e de literatura, que atendam às necessidades desses movimentos e da sociedade como um todo, que vem passando por modificações<sup>83</sup>. No já referido texto, Beverley apresenta para os leitores as suas visões sobre o *testimonio*, considerando-o uma expressão desses novos movimentos culturais e de literatura que buscam compreender as mudanças e necessidades sociais do fim do último século e do início do século XXI.

No texto, Beverley assinala que o início do *testimonio* como novo gênero narrativo remete aos anos 60, relacionando-se com os movimentos de liberação nacional (uma vez que a partir dos anos 60 as ditaduras vão ganhando força no contexto da América do Sul). Entre os incentivadores do *testimonio* como gênero

---

<sup>81</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p.67-83, jun. 2002. p. 74

<sup>82</sup> BEVERLEY, John. *The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative)*. *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989.

<sup>83</sup> BEVERLEY, John. *The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative)*. *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 12

narrativo e que contribuiu para um maior conhecimento do tema tem-se o Prêmio Casa de las Américas, como já citado anteriormente, que passou a ter uma categoria destinada para o gênero. Para Beverley “a narração no *testimonio* deve envolver uma urgência em comunicar um problema de repressão, pobreza, subalternidade, encarceramento, luta pela sobrevivência e assim por diante, implicados no próprio ato de narrar”<sup>84</sup>.

A obra organizada por Hugo Achugar e John Beverley intitulada *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa* (2002)<sup>85</sup> é muito importante para a literatura de *testimonio*, e seus textos foram publicados originalmente em 1992 na Revista de Crítica Literaria Latinoamericana, momento muito propício em que o interesse pelo fenômeno do *testimonio* estava em alta e o texto se esgotou rapidamente (foi em 1992 que a ativista política indígena quiché guatemalteca Rigoberta Menchú recebeu o Nobel da Paz pelo seu testemunho *Meu nome é Rigoberta Menchú e assim me nasceu a consciência*). Alguns anos depois os textos publicados foram organizados em um livro e publicados novamente, sendo uma das principais fontes sobre o *testimonio*.

Ao longo de *Presos que Menstruam* denúncias podem ser encontradas em meio aos relatos, desde os relatos das mulheres em situação de restrição de liberdade até os relatos/entrevistas dos funcionários do sistema penal. Não são raros, ao longo da obra, os relatos de tortura, por exemplo. Entendemos que a obra pode possuir traços de ficção em determinados pontos – afinal quem não trocaria alguns detalhes da sua própria história de vida se pudesse conta-la para uma jornalista? – mas adotamos uma posição de não julgamento, ou de buscar não definir/separar o que é ficção e o que é realidade. Entendemos, principalmente, que as denúncias contidas nessa obra são a realidade enfrentada por essas 42 mil mulheres presas. Uma realidade de abandono e descaso por parte do Estado que deveria garantir condições mínimas de vida em espaços de controle como são as penitenciárias, presídios e delegacias desse país. Além disso, a existência de uma mediadora, como é o caso de

---

<sup>84</sup> BEVERLEY, John. The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 14. Tradução nossa

<sup>85</sup> BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002.

Nana Queiroz, acaba por exigir que algumas lacunas que possam aparecer ao longo das histórias contadas pelas mulheres sejam preenchidas, o que faz com que Nana Queiroz escolha como melhor preencher esses espaços, e não as mulheres que narram<sup>86</sup> suas histórias para jornalista.

O *testimonio* parece indicar uma crescente necessidade de escrita que foge dos padrões já definidos de literatura, sendo constituído por uma negociação entre a oralidade e a escrita, a narração e a transcrição, processo realizado a quatro mãos, ou melhor, uma boca e quatro mãos. Além disso, para Beverley o *testimonio* apresenta entre seus aspectos um desafio à perda da autoridade da oralidade à medida que a alfabetização e a escrita ganham destaque na modernização cultural.<sup>87</sup> De fato, vive-se uma cultura em que a história oral perdeu sua força, inclusive no Brasil, onde muitas lendas e mitos estão sendo perdidos pois não há mais a passagem de pai para filho dessas histórias. Esse esquecimento das raízes apresenta outros aspectos, como a tendência a desvalorizar aqueles que não sabem (ou possuem dificuldades para) ler ou escrever.

Segundo João Camillo Penna, no capítulo “Fala Rigoberta!” na obra *Escritos da Sobrevivência*, “a importância do *testimonio* na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito, e uma existência quase que exclusivamente oral”<sup>88</sup>. Assim, o *testimonio* é capaz de possibilitar a expressão de culturas e subjetividades emergentes, que acabam por serem deixadas de lado pelos processos de aculturação que valorizam a escrita acima da oralidade.

---

<sup>86</sup> Esse parece ser o momento em que precisamos explicar uma questão que surgirá ao longo da escrita: escolhemos classificar as mulheres presas que tem suas histórias contadas, ao final, por Nana Queiroz como “narradoras” – não no sentido literário do termo, afinal a obra é escrita na maioria das vezes em terceira pessoa, e quando a primeira pessoa do singular aparece é relativa à própria Queiroz, e não a nenhuma das presas, por exemplo no capítulo em que a jornalista narra como foi visitar um presídio se passando por uma amiga de uma das presas – pois entendemos que as histórias constantes na obra partem das presas, e Nana Queiroz está ali apenas como um meio de transcrever esses relatos e transformá-los em um produto final, ou seja, o livro aqui estudado. Todas as vezes em que falamos sobre “narrar” ou “narradoras”, referimo-nos ao fato de que entendemos que, mesmo com a mediação de Nana Queiroz durante toda a obra, essas histórias foram apenas ouvidas pela autora, não tendo sido criadas por ela, mas sim sendo experiências vividas pelas mulheres presas que encontram em Queiroz uma forma de serem lidas.

<sup>87</sup> BEVERLEY, John. Introducción In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 17-29. p. 23

<sup>88</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 100

Quando tratamos de histórias de pessoas presas enfrentamos não apenas a pouca escolaridade e os índices de analfabetismo, como também o silenciamento dessas vozes. Muitas vezes as pessoas presas não têm para quem contar seus relatos – inclusive denúncias – além dos próprios familiares, que na maioria dos casos não possuem capacidade para ajudar nessas questões. Além disso, como a experiência de Queiroz demonstra, o acesso de jornalistas (e outros acadêmicos interessados) aos presídios é muito restrito, controlado, restando poucas oportunidades de gravação – escrita ou em forma de áudios – dessas narrativas. Assim, o *testimonio* se apresenta como uma forma de transformar a oralidade desses relatos em textos escritos, mais acessíveis a população em geral.

O que chama a atenção na questão da desvalorização da oralidade – e no caso do *testimonio* a sua valorização – é o fato de que, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, realizada em 2018 no país todo, a taxa de analfabetismo a partir de 15 anos é de 6,8%<sup>89</sup>. Para uma sociedade que valoriza tanto a escrita e a língua formal é um número bastante alto. Além disso, entre as mulheres presas a porcentagem de analfabetismo é de 2% conforme dados do INFOPEN – Mulheres, sendo que a quantidade de mulheres em situação prisional que não concluiu o ensino fundamental é de 45%<sup>90</sup>.

Além de respeitar a oralidade e a narração, Beverley explica que o *testimonio* nasce em meio a uma crise de representatividade dos partidos políticos na América Latina, inclusive os que eram de esquerda, sendo muito utilizado pelos movimentos sociais que surgiram nas décadas de 1970 e 1980 que buscavam compreender e explicar os momentos de ditadura e repressão vividos no século passado pelos povos da América Latina, como as ditaduras na Argentina, Uruguai e Chile, por exemplo. Entre os movimentos citados por Beverley temos as Mães da Praça de Maio, grupo muito importante e com bastante força na Argentina, composto por mães que tiveram seus filhos desaparecidos e/ou assassinados durante a ditadura argentina<sup>91</sup>. Essa

---

<sup>89</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018*. p. 1

<sup>90</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 43

<sup>91</sup> BEVERLEY, John. Introducción In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 17-29. p. 26

citação aos movimentos sociais mostra que o *testimonio* possui como um de seus objetivos a resistência e a luta contra as desigualdades sociais.

Em 1979 Margaret Randall, escritora e ativista, nascida em Nova York e que viveu no México, Havana, Espanha, Nicarágua, entre outros lugares, publicou um manual para o workshop de história oral do Ministério da Cultura Sandinista, originalmente publicado pelo *Centro de Estudios Alforja* (San José, 1983). Em 1992 é republicado na Revista de Crítica Literaria Latinoamericana e depois na obra *La voz del otro*. Em seu texto Randall busca explicar o *testimonio*, fenômeno literário que ganhava força na época. A palavra testemunho (e sua correspondente em espanhol *testimonio*) tem origem com o judiciário. Aquele que testemunha é quem narra um fato verídico presenciado por ele e que é importante para resolver o caso. A autora ao explicar quem pode ser o autor do *testimonio* afirma:

las obras literarias que en los últimos años denominamos "de testimonio" — que han crecido al tiempo que se intensifica la acción revolucionaria — excluyen toda posible confusión con el ensayo, la narrativa histórica o autobiografía. Sí poseen evidentes relaciones con el periodismo — impreso, radiado o televisado —, con el reportaje y la crónica. Pero su autor puede ser periodista o escritor, puede ser el participante, el actor principal o secundario en el hecho real que se relata, o simplemente un intermediario, para que el *testimonialista* (démosle este nombre) haga llegar sus palabras al público oyente o lector. Puede ser definido, expone Graziela Pogolotti, como "un escritor heredero de una tradición literaria que escoge su informante selecciona, monta, ordena los materiales recogidos y, todo ello, de acuerdo con un plan bien definido"<sup>92</sup>

Assim, a obra de Nana Queiroz parece estar de acordo com a visão de Randall sobre o *testimonio*, a autora da obra é jornalista e exerce o papel de gestora, fazendo com que o testemunho das presas chegue ao público leitor. A jornalista passa a ser o que Seligmann-Silva chama de "*um porta-voz do testemunho*"<sup>93</sup>, coletando o relato dessas mulheres aprisionadas, seja por gravação – na maioria dos casos – ou seja anotando em pedaços de papel quando a gravação não foi possível, e transformando-os em um texto coeso, capaz de relatar suas histórias e denunciar as violências sofridas.

<sup>92</sup> RANDALL, Margaret. ¿QUE ES, Y COMO SE HACE UN TESTIMONIO? In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 33-57. p. 33-34

<sup>93</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p.67-83, jun. 2002. p. 77-78

Para Randall, existem cinco aspectos que devem estar presentes para que o *testimonio* como gênero em si esteja caracterizado, são estes: o uso das fontes diretas; a entrega de uma história com as particularidades da voz da pessoa ou das pessoas que a protagonizam; a imediatez; o uso de material secundário que complementa a obra, como material gráfico, entrevistas de apoio, materiais capazes de complementar a visão sobre o que está sendo narrado; e por fim uma alta qualidade estética<sup>94</sup>. Esses pontos nos parecem estar presentes em *Presos que menstruam*. A autora apresenta os casos relacionando-os com cada uma das mulheres apresentadas ao leitor, ou seja, cada relato pertence a uma mulher – mesmo que o relato possa se confundir com o de outra presa, ou seja transpassado por outros relatos.

Com relação ao uso de material secundário esse ponto é muito perceptível aos leitores de *Presos que menstruam*, pois Nana Queiroz traz junto dos relatos diversos dados sobre o sistema carcerário e entrevistas feitas com pessoas que tratam sobre o tema ou que trabalham no sistema penitenciário. Dos cinquenta e nove capítulos da obra, apenas quatorze não narram as histórias/relatos das presas, sendo preenchidos por esse material de apoio. Capítulos como “As histórias de Heidi”, “Romance de Cadeia” e “Os guardas” trazem a perspectiva da vida nas prisões femininas pelos olhos de Heidi Ann Cerneka, citada no início desse capítulo, que acompanha a vida diária dessas mulheres.

Além das entrevistas, Queiroz traz como capítulo do livro, intitulado “Skyline”, um conto escrito por um homem transexual e publicado na obra “O direito do olhar: publicar para replicar” do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (o texto foi premiado em um concurso realizado na Penitenciária Feminina de Tatuapé). Sobre esse conto, Nana Queiroz explica que a edição do livro não considerou o nome social do autor do conto – tão pouco Nana o inclui na obra – e o chamou pelo do registro de nascimento, além de tratá-lo pelo sexo do registro de nascimento, e não com pronomes masculinos. É necessário ressaltar que Nana Queiroz também age assim, com o que não concordamos, uma vez que escrevendo uma obra com a que escreveu é de se

---

<sup>94</sup> RANDALL, Margaret. ¿Qué Es, Y Como Se Hace Un Testimonio? In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 33-57. p. 35

esperar que compreendesse a importância de não chamar esse homem pelo nome de registro. Mas além da crítica e do conto, Nana Queiroz também traz em outro capítulo intitulado “Maria Sofrida” um poema escrito por uma das presas (Gardênia) durante o castigo.

Ao tratar sobre o aspecto do testemunho (como o relato em si, o texto escrito e não como conceito) Seligmann-Silva afirma que no *testimonio* “o testemunho é exemplar, não *fictício* (nesse ponto, coincidindo com o testemunho da Shoah) e é profundamente *marcado* pela oralidade”<sup>95</sup>. Essa visão de Seligmann-Silva sobre a oralidade e o *testimonio* está em consonância com a posição de Hugo Achugar, que entende que a oralidade é um traço fundamental do *testimonio*, sendo um dos fatores que o diferencia da biografia e da autobiografia.

Hugo Achugar começa seu artigo intitulado *Historias paralelas / ejemplares: la historia y la voz del otro*<sup>96</sup> explicando a característica de porosidade do *testimonio*, ou seja, a sua capacidade de incorporar características atribuídas a determinados gêneros, mas ser um gênero próprio, logo, não é autobiografia ou novela, como já foi comentado anteriormente, mas possui traços desses estilos, e nem por isso deixa de ser um estilo próprio. Assim, o *testimonio* relaciona-se com a modernidade e as novas formas de escrita proporcionadas por esse momento histórico, porém não pode ser completamente compreendido dentro do mesmo, uma vez que quebra barreiras estabelecidas pela própria modernidade.

O *testimonio* visa questionar situações de hegemonia e poder presentes na modernidade pós revolução industrial, contudo, ele parece só existir graças aos processos que ocorreram pelo avanço da modernidade, ou seja, os movimentos sociais vão ganhando força ao longo da história mundial e o *testimonio* vai ganhando força também, fazendo parte das lutas que ocorreram durante os períodos de revolução popular. Se a história é contada pelos vencedores, o *testimonio* surge para

---

<sup>95</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p.67-83, jun. 2002. p. 77 (grifo do autor)

<sup>96</sup> <sup>96</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83.

mostrar o outro lado, muitas vezes o lado daqueles que foram silenciados pela história, nas palavras de Achugar “*precisamente, el carácter de 'historia otra' o de 'historia alternativa' que tiene el testimonio sólo parece posible cuando los 'silenciados' o 'excluidos' de la historia oficial intentan acceder a la memoria o al espacio letrado*”<sup>97</sup>.

Para Achugar o *testimonio* possui dois elementos fundamentais: primeiro é a função exemplarizante/denunciadora de um fato ou de uma vida, e segundo a afirmação/validação que esses fatos ganham por estarem escritos, principalmente por serem escritos por uma pessoa-mediadora, muitas vezes com formação e reconhecimento no meio acadêmico, por exemplo no caso de *Presos que menstruan* a escrita acontece por meio de uma jornalista, já envolvida com ativismo feminista e que escreve casos e histórias relatadas por mulheres em situação prisional, que não possuem o acesso devido para escrever e publicar suas histórias, que Achugar chama de “*autorización letrada del testimonio de circunstancias, vidas o hechos que no son patrimonio de la historia oficial o que han sido ignorados por la historia o la tradición vigente y hegemónica en tiempos anteriores*”<sup>98</sup>. Já com relação a função denunciadora do *testimonio*, Achugar afirma:

el testimonio en la mayoría de las veces es también una denuncia, precisamente por lo que antes señaláramos acerca de su atención al Otro y a la historia Otra. Denuncia de excesos del poder, denuncia de la marginación, denuncia del silencio oficial, denuncia en definitiva que va de la mano con el comportamiento extraordinario de que da cuenta el testimonio. El yo y el Otro, sin embargo, no necesariamente son siempre excepcionales o extraordinarios. Pero el caso de los testimonios sobre vidas no extraordinarias siempre conlleva un rasgo de excepción.<sup>99</sup>

A função denunciadora, apontada pelo autor, claramente ocorre em *Presos que menstruan*, uma vez que a autora traz, além das histórias daquelas mulheres (que por si só já denunciam o sistema penal falho existente no Brasil), dados que comprovam a situação degradante vivenciada por essa população carcerária e a sua

<sup>97</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 66

<sup>98</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 70

<sup>99</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 72

própria experiência dentro desse sistema – mesmo como visitante – em que diversas vezes pode perceber que até mesmo aqueles que não estão cumprindo pena são castigados, como é o caso dos visitantes que precisam esperar horas embaixo do sol ou da chuva, passam por revistas vexatórias e são tratados com indiferença pelos funcionários do sistema penal para terem a oportunidade de visitar seus familiares.

Ao longo das obras que tratam sobre o *testimonio* várias características desse gênero vão sendo apresentadas e entre elas uma é central para o debate: todos os autores defendem que o *testimonio*, diferentemente de outros gêneros, é essencialmente verídico. O que isso quer dizer? Que aquele que narra sua história, conta uma verdade e aquele que a transcreve mantém essa história. No campo do *testimonio* a leitura deve ser feita aceitando essa realidade da narrativa, o leitor do *testimonio* deve aceitar o que lê como uma verdade e não como se fosse verdade<sup>100</sup>. Essa característica é denominada por Achugar de “efecto de realidad”<sup>101</sup>, e conforme o autor esse efeito existe graças a característica da oralidade presente na confecção do *testimonio* (*efecto de oralidad/verdad*). Achugar defende que o leitor do *testimonio* deve possuir uma “natural confianza”<sup>102</sup>, que não precisa existir em outros tipos de textos, como, por exemplo, obras documentais sobre fatos históricos. Como já afirmamos antes, a escolha nesse trabalho é de acreditar no que é narrado, principalmente em todas as denúncias feitas ao longo da obra.

Ademais, um ponto que nos parece relevante ser destacado para não deixar dúvidas é a afirmação de Achugar sobre a impossibilidade de *testimonio* apócrifo<sup>103</sup>, uma vez que o autor entende que em casos assim o texto passa a ser ficcional. Entendemos que não há que se falar em testemunhos apócrifos na obra aqui trabalhada. Em um grande plano, Nana Queiroz é a gestora que assina a obra, ou

---

<sup>100</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 76

<sup>101</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 75

<sup>102</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 76

<sup>103</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 76

seja, é ela quem atesta a veracidade daquilo que está ali relatado, ela é quem atesta essas histórias e decide transcrevê-las. Em um plano mais específico, cada um desses relatos pertence a uma mulher individualizada por Nana Queiroz, com nome, com localidade – na maioria das vezes é dito em qual presídio ou albergue está a presa que narra a história.

Além disso, é possível encontrarmos informações sobre essas mulheres em outros espaços além da obra, como a história de Júlia, que virou notícia por ser uma estudante de direito que foi presa por envolvimento com um sequestro, a história de Fabrícia e Fabiana e o seu casamento homoafetivo que aconteceu na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, assim como a história de Glicéria Tupinambá, que foi presa em 2010 com o filho que na época tinha apenas 2 meses de idade e que conta para Nana Queiroz não apenas a sua experiência na prisão, mas fragmentos da história do povo Tupinambá.

Alguns dos nomes utilizados na obra não são os nomes verdadeiros das mulheres que contam suas histórias para Queiroz, outros são, como é o caso de Glicéria e das presas que ficaram famosas na mídia, como Suzane Von Richthofen e Ana Carolina Jatobá, assim como o de Vera, que segundo Nana Queiroz – no capítulo intitulado “Esposa?” em que Queiroz transcreve uma entrevista com Vera e outra presa chamada Marcela – após ser perguntada se gostaria de ser chamada por um pseudônimo afirmou “Quero chamar Vera! Eu sou eu. Em qualquer lugar que eu vou, eu sou eu!”<sup>104</sup>. Outros são pseudônimos, como a própria autora admitiu ofertar como opção para as mulheres que aqui contam suas histórias. Safira, por exemplo, decidiu ser chamada por esse nome que segundo ela é seu nome de presa.

O fato é que entendemos que a alteração do nome por um pseudônimo não deslegitima os relatos e as denúncias, uma vez que essas mulheres se encontram em uma situação muito peculiar onde revelar seus nomes poderia trazer consequências futuras, como retaliação dentro do sistema prisional ou fora dele. Exigir os nomes verdadeiros para entender a obra como testemunho – ou como um testemunho não apócrifo – parece-nos uma forma muito cruel e egoísta de aceitação desses relatos,

---

<sup>104</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 275

com o que não compactuamos. Essas mulheres já sofrem violências diversas, não precisam sofrer mais uma ao não poder escolher se querem ou não ter seus nomes verdadeiros relacionados, principalmente, a diversas denúncias realizadas na obra, quando em uma rápida busca pela internet – se desejável, mas não necessário para a leitura da obra – é possível relacionarmos as histórias aos nomes verdadeiros.

O que Queiroz poderia ter feito é explicitar em que casos ocorreu a utilização de pseudônimo e justificar ao leitor de *Presos que menstruam* essa escolha, afinal, no caso de obras como *Ela e a reclusão*, *Diário de um detento* e *Memórias de um sobrevivente*, textos escritos pelos próprios presos, a utilização de pseudônimo como forma de proteção não aconteceu. Assim como na obra de André du Rap, que mesmo tendo sido escrito por Bruno Zeni apresenta o nome de du Rap na capa. Então é possível questionarmos essa escolha de Nana Queiroz de não explicitar em quais momentos utilizou pseudônimo e em quais não usou, assim como não deixar claro ao leitor o motivo dessas escolhas.

Para Beverley essa questão da verdade no *testimonio* também é importante. Conforme o autor, a falta de habilidade de escrita por parte do narrador do *testimonio* contribui para o “truth-effect”<sup>105</sup> presente no gênero, assim, é esperado do leitor que respeite essa relação de confiança na verdade do que é narrado. Aliás, não apenas do que é narrado, mas também a veracidade da existência do narrador. O que parece auxiliar nessa questão também é o fato de que as experiências narradas no *testimonio* apesar de estarem centradas em uma pessoa apenas, ou seja, o narrador (ou no caso de *Presos que menstruam* as mulheres que contaram para Nana Queiroz suas histórias), buscam também narrar um quadro maior, de exploração, violência, silenciamento, ou seja, uma situação coletiva em que o narrador faz parte junto com outras pessoas.

Os relatos trazidos por *Presos que Menstruam* são divididos por personagens, mas suas histórias possuem diversos pontos em comum, o que ao final permite que a obra consiga mostrar ao leitor a realidade nas prisões brasileiras, mesmo que as mulheres que narram suas histórias não estejam todas na mesma prisão (a colcha de

---

<sup>105</sup> BEVERLEY, John. The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 15

retalhos referenciada por Nana Queiroz no Prefácio). Ou seja, diferentes histórias trazem os mesmos casos de violência e tratamento desumano, e ao costurar essas histórias, trazendo também dados e relatos de pessoas que trabalham no sistema prisional brasileiro, a obra acaba por ser um *testimonio* da situação prisional brasileira, com diferentes narradoras que conseguem demonstrar que a desumanização acontece em todo o país. Em consonância com isso, no índice por personagens é possível percebermos que alguns capítulos são relacionados com mais de uma presa, por exemplo: “Dia das mães” está relacionado com seis das sete mulheres, “Esposa” está ligado com duas dessas mulheres, assim como “Ser lésbica x estar lésbica na cadeia”.

Beverley destaca que o *testimonio* é capaz de criar um laço de cumplicidade da obra com seus leitores<sup>106</sup>, essa relação acontece pois os leitores desse tipo de obra são atraídos pelos seus próprios ideais de ética e justiça, relacionando-os com causas que costumam estar distantes das suas realidades, como, por exemplo, leitores que têm acesso a obras como *Presos que menstruam* chegam a essas obras por algum motivo, seja o título que chama a atenção, a capa do livro, o local onde se encontra na livraria ou até mesmo a temática em si e muitas vezes essa conexão acontece por causa do estranhamento sobre o tema.

Ao escrever o prólogo de *Testimonio y Literatura* (1986)<sup>107</sup>, René Jara trata sobre a questão de como o *testimonio* expõe situações e/ou condições que são vivenciadas por determinadas camadas da sociedade e que são ignorados pelas classes mais altas. De fato, é comum aparecerem na mídia situações de revolta em presídios, muitas vezes essas matérias ocupam diversos noticiários ao longo do(s) dia(s), contudo, essas matérias – que visam o sensacionalismo e não a crítica – não costumam mostrar o porquê das revoltas, mostrando apenas as consequências das atitudes dos presos e a repressão sofrida logo em seguida.

Assim, obras que tratam sobre o cotidiano nas prisões são capazes de mostrar o que muitas vezes gera essas revoltas: condições desumanas no tratamento dessas

---

<sup>106</sup> BEVERLEY, John. The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 19

<sup>107</sup> JARA, René; VIDAL, Hernán (Org.). *Testimonio y Literatura*. Mineápolis: Society For The Study Of Contemporary Hispanic And Lusophone Revolutionary Literatures, 1986

peessoas em situação prisional, superlotação, falta de alimentos, alimentos vencidos, falta de produtos básicos para higiene pessoal, condições precárias na manutenção e limpeza dos prédios, entre tantos outros fatores. Nas palavras de René Jara “el testimonio produce una deconstrucción brutal de las versiones tranquilizadoras que emanan de los departamentos de estado y de las democracias cauteladas”<sup>108</sup>. Essa frase é impactante, pois reforça a ideia de que a história oficial é sempre contada pelos vencedores e que o *testimonio* vem questionar e mostrar as falhas dessa história.

Por fim, cabe salientar a questão da “autoridade” do *testimonio*. Fica claro ao longo das obras que estudam o gênero que o *testimonio* existe como forma de contestar determinadas coisas, desde os padrões literários – com uma escrita diferenciada, a presença do narrador e do mediador – até mesmo momentos políticos, formas de sociedade e a forma como problemas sociais são lidados. De fato, o que é muitas vezes ressaltado é que a oralidade das narrativas não teria a mesma aceitação que a obra escrita tem e nesse ponto a presença do escritor-gestor é essencial para o *testimonio*.

A autoridade do *testimonio* tem forte relação com quem assume o papel de gestor, pois é esse um dos principais fatores de autenticidade do que está sendo escrito e com relação a isso Achugar afirma

la autorización del testimonio se realiza de distintos modos, a saber: por medio de la institución editorial (casa editora, grupo cultural, político o de interés) o del letrado (novelista, cientista social, periodista, etc.) que lo edita. Pero también por medio de la invocación paratextual, la mayoría de las veces, a autoridades institucionales tanto letradas como políticas.<sup>109</sup>

No caso de *Presos que menstruan* a figura gestora é a jornalista Nana Queiroz. Formada em uma faculdade renomada, com participação em diversos movimentos e projetos sociais, principalmente relacionados a mulheres, Nana Queiroz teve espaço na mídia para lançar *Presos que menstruan*, ou seja, ela conseguiu trazer o relato dessas mulheres marginalizadas para o espaço letrado.

<sup>108</sup> JARA, RENÉ. Prólogo. In: JARA, René; VIDAL, Hernán (Org.). *Testimonio y Literatura*. Mineápolis: Society For The Study Of Contemporary Hispanic And Lusophone Revolutionary Literatures, 1986. p. 3

<sup>109</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 77

Outro fato apontado por Achugar como algo capaz de dar autoridade ao *testimonio* é a casa editorial que lança o livro, ou seja, o texto além de passar por um processo de deixar de ser narrativa oral para tornar-se uma narrativa escrita ainda precisa passar por um processo editorial, garantindo assim a sua entrada no espaço letrado e a sua aceitação. No caso da obra do *corpus* dessa dissertação temos a editora Record, já conhecida no meio literário.

Em *Escritos da sobrevivência*, João Camillo Penna aborda o *testimonio* em mais de um capítulo. Além do já citado “Fala Rigoberta!” o autor escreveu um extenso capítulo intitulado “O sujeito carcerário”, em que vai analisar as obras que trataram sobre o Massacre do Carandiru, texto já citado no capítulo anterior dessa dissertação. Diversas considerações do autor sobre essas obras nos parecem importantes no estudo de *Presos que menstruam*. Entre os livros analisados por Camillo Penna temos *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, obra também já apresentada no primeiro capítulo desse trabalho.

Entre os lançamentos do *boom* da literatura prisional, esse parece ser o que mais se aproxima do trabalho realizado por Nana Queiroz junto às presas em *Presos que menstruam*. O livro conta com Bruno Zeni como gestor, mesmo papel de Nana Queiroz, e que reuniu o depoimento de André du Rap, transcrito de uma gravação de quatro horas ao todo, além de materiais de apoio – cartas e entrevistas com amigos de André du Rap, assim como o *freestyle* do artista. É claro que cada obra guarda suas particularidades, mas a estrutura de *testimonio* se encontra em ambas, principalmente ligada aos pontos de denúncia de um sistema penal falho e violento.

Em *Sobrevivente André du Rap* a escuta se deu durante 4h que resultou na gravação utilizada por Bruno Zeni, já em *Presos que menstruam* os processos de escuta duraram anos, permitindo uma conexão entre Queiroz e algumas presas e até mesmo seus familiares – por exemplo a presa Carolina e a sua mãe Socorro, que inclusive recebeu a autora na sua própria casa para que ela não precisasse pagar hotel. A escuta é o ponto central do *testimonio*, é ela que permite o ato de testemunhar. Basta lembrarmos do sonho/pesadelo recorrente narrado por Primo Levi, em que ao

sair dos campos de concentração ele tentaria narrar para os familiares e amigos os horrores vividos, mas é ignorado por todos<sup>110</sup>. Para Camillo Penna

é enquanto tradução de uma escuta ativa que o testemunho deve ser, antes de mais nada, entendido. O que torna possível o ato de prestar testemunho, em cada caso, é a presença de um ouvinte ou auditor, aquele que aceita abrigar a voz da testemunha e encarna o espaço ocupado pela tradução desta voz, repercutida no próprio silêncio<sup>111</sup>

Essa existência de alguém que narra e alguém que transcreve é o que Camillo Penna chama de “bipolaridade interna” do *testimonio*, presente em *Sobrevivente André du Rap* e *Presos que menstruam*, mas ausente em *Diário de um detento* e *Memórias de um sobrevivente*. Por isso entendemos que o livro organizado por Bruno Zeni em parceria com André du Rap aproxima-se mais de *Presos que menstruam* do que as outras obras do *boom*.

Enquanto *Presos que menstruam* se aproxima de *Sobrevivente André du Rap*, ele se distancia das duas outras obras lançadas recentemente sobre o cárcere feminino: *Cadeia* e *Prisioneiras*. Apesar de Nana Queiroz visitar tanto a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, local em que Débora Diniz presenciou os fatos relatados em *Cadeia*, quanto a Penitenciária Feminina da Capital, local onde Drauzio Varella realiza o trabalho voluntário com as mulheres da instituição e que permitiu a escrita de *Prisioneiras*, a forma como cada um escreve seu texto é diferente.

Enquanto Diniz e Varella narram os acontecimentos nas prisões partindo das suas experiências com o trabalho já realizado nessas instituições, Nana Queiroz apresenta as histórias que ouviu visando a criação desse livro. As histórias em *Prisioneiras* e *Cadeia* não são tão individualizadas quanto na obra de Nana Queiroz, tratando-se mais de breves contos e histórias sobre a população prisional feminina.

Ademais, é possível notarmos que Nana Queiroz encontrou maiores dificuldades para ter acesso ao sistema e foi pior tratada pelos órgãos de segurança pública e os funcionários dos locais por onde passou – em alguns casos, não todos – já que Débora Diniz e Drauzio Varella já realizavam trabalhos nessas instituições, parecendo menos estranhos aos olhos do sistema penal (o que pode ter influenciado

---

<sup>110</sup> LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 60

<sup>111</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 150

nas críticas e denúncias apontadas por esses dois escritores, que necessitam manter o vínculo com as instituições, enquanto Nana Queiroz pode ter se permitido apresentar maiores denúncias e reclamações vindas das presas por não possuir vínculo algum).

À medida que a teoria do *testimonio* avançou, os teóricos foram aprofundando alguns tópicos com o passar dos anos. Em seu texto intitulado *Fala Rigoberta!*, João Camillo Penna apresenta algumas das questões relacionados ao gestor que acabaram surgindo com a evolução da teoria. O artigo de Camillo Penna retoma ao início dos estudos do *testimonio* e vai lentamente avançando para os dias atuais. Apresenta ao leitor alguns autores como Doris Sommer, professora de estudos africanos e afro-americanos na Universidade de Harvard que trabalhou com *Meu Nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha Consciência*, escrevendo um artigo intitulado “Rigoberta’s Secrets”, em que trabalha sobre as escolhas de Rigoberta Menchú em deixar de fora do seu relato algumas coisas, como, por exemplo, o seu *nahuatl* – ou nome ritual – como explicado por Camillo Penna.<sup>112</sup> O autor também retoma os teóricos Hugo Achugar e John Beverley.

Uma das problematizações de Camillo Penna à teoria do *testimonio* apresentada ao leitor é relacionada com os conflitos que essa forma de escrita encontra com relação “a voz do outro”. Como já foi explicitado ao longo desse capítulo, o *testimonio* nasce, na maioria das vezes, da narração oral de uma história/um fato/uma denúncia (muitas vezes todos esses pontos intercalados) feita por alguém iletrado, ou que, se não iletrado sem acesso aos meios de publicação, que passa por um processo de transcrição feita por um gestor – um jornalista, antropólogo, professor. Dessa forma, esses letrados perpetuam o silenciamento imposto sobre esses (supostos) iletrados, falando por esses que não podem falar. Em termos práticos, mesmo que Nana Queiroz esteja escrevendo uma obra sobre mulheres em situação prisional, algo que ainda não existe em grande quantidade, o fato da obra necessitar da presença de Queiroz para ser legitimada – ou indo mais fundo, a autoria final pertencer à jornalista, e não às diversas mulheres que contam suas histórias para

---

<sup>112</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 110

Nana Queiroz - é uma questão complexa, pois ao final, essas mulheres mais uma vez não puderam ser as autoras de suas histórias.

Para tratar sobre essa questão, Camillo Penna apresenta o trabalho de Alberto Moreiras, professor no departamento de Estudos Hispânicos da Texas A&M University. O pesquisador cunhou o termo “latino-americanismo” (baseando-se na noção de “orientalismo” de Edward Said) para estudar a teoria do testemunho enquanto construção disciplinar discursiva da América Latina<sup>113</sup>. Camillo Penna explica que, conforme Moreiras, o latino-americanismo segue realizando aquilo que em sua teoria se opõe: falar pelos que não falam. Para entender essa afirmação é necessário nos aprofundarmos sobre um ponto que Camillo Penna trata um pouco antes no seu texto: o autor apresenta ao leitor o poema “Alturas de Machu Picchu”, do poeta chileno Pablo Neruda, explicando que esse poema é “o paradigma fundacional desta relação vertical, nacional de representação”<sup>114</sup>.

A relação vertical da representação é aquela presente na literatura, em que o intelectual é concebido como um porta-voz do povo – como no poema de Neruda em que o poeta escreve “Eu venho falar por vossa boca morta... / Acudi a minhas veias e à minha boca / Falai pelas minhas palavras e meu sangue.”<sup>115</sup> É o poeta que fala pelos mortos, enquanto os mortos falam por meio do poeta. O *testimonio* se apresentou, inicialmente, como uma forma de quebrar essa representação vertical, em que nasceria uma relação horizontal entre o subalterno que narra sua história e o gestor que a transcreve. Acontece que no processo de transformação da fala oral para o texto escrito, e até mesmo nas escolhas feitas por aqueles que narram, diversas decisões acabam por serem verticais, e não horizontais. A própria necessidade de transcrição da fala oral para que ela possua algum valor literário já é uma escolha que exclui os que podem apenas falar e não escrever. Assim, passou-se a ter o *testimonio* como uma forma legítima de fala daqueles que estão impedidos de falar, mas somente podendo falar se alguém autorizado fizer por eles.

---

<sup>113</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 117

<sup>114</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 108

<sup>115</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 108

Isso pode ser comprovado em diferentes momentos da obra *Presos que menstruam*, alguns pontos serão analisados no terceiro capítulo mais profundamente, mas podemos citar como exemplo o fato de que a autora em nenhum momento da obra apresenta o seu método de produção textual. O que isso significa? Significa que, apesar de Queiroz indicar que algumas histórias são transcrições de conversas gravadas entre ela e as presas e outras são um exercício de lembrar o que foi contado (nos casos em que não foi permitido o uso de gravador), não existe uma lista de quais histórias são transcrições e quais não. Também não existe um momento em que Nana Queiroz explica um pouco melhor sobre como a maioria das conversas ocorreu. Em pontos esparsos da obra a autora traz algumas dessas informações - por exemplo ao contar sobre a visita feita junto com Socorro à Carolina, em que Nana Queiroz explica que para ter acesso ao Presídio Feminino do Distrito Federal precisou entrar como familiar de Carolina. Nas outras histórias narradas por Queiroz não ficamos sabendo como o contato inicial aconteceu.

Ademais, Camillo Penna afirma, na esteira do pensamento de outros críticos do *testimonio* que

“o transcritor (o autor) deve portanto se apagar, chegando a uma 'despersonalização' quase que absoluta, só subsistindo de forma residual, como veículo para o sujeito testemunhal, que em última análise se confunde com a coletividade como um todo e a própria história, o sujeito popular como sujeito da história”<sup>116</sup>

Essa afirmação possui dois pontos que entendemos merecer destaque: o primeiro é a escolha de Camillo Penna em apresentar o transcritor como autor. Em outros momentos do texto ele também opta por usar essa classificação, por exemplo ao apresentar as obras que surgiram na América Latina ligadas ao *testimonio*, em que ao citar *Hasta no verte Jesús mio* (1969) (obra que narra a história de Jesusa Palancares, que quando jovem se juntou às tropas da Revolução Mexicana e conheceu o país todo por meio do movimento, contado em primeira pessoa) apresenta-o como de autoria de Elena Poniatowska. Assim o faz também com “*Si me permiten hablar...*” *Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia* (1977),

---

<sup>116</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 102

em que apresenta como autora a educadora brasileira Moema Viezzer<sup>117</sup>. A lista segue com alguns outros títulos, mas o que nos interessa nesse momento é a escolha de Camillo Penna de apresentar o gestor como autor, e não o sujeito testemunhal.

Em todos esses casos o sujeito testemunhal é apenas um – diferentemente de *Presos que menstruam* em que diferentes mulheres narram suas histórias – e mesmo assim a escolha do gestor foi de manter seu nome como autor. Em alguns casos o nome do sujeito testemunhal até aparece no título, como o de Domitila, em outros não, como o de Jesusa Palancares. Assim, é possível perceber que não existe um consenso de quem deve ser referenciado como autor nessas obras, uma vez que no caso de *Sobrevivente André du Rap*, Bruno Zeni aparece na capa, mas é apresentado como coordenador editorial. Essas questões não alteram o conteúdo das obras, ou sua relevância, mas são interessantes para pensarmos a forma como acontece a representação desses sujeitos que testemunham, que ao final deixam de ser autores de suas próprias histórias.

O segundo ponto que nos parece importante na afirmação de João Camillo Penna é a necessidade do autor – gestor – de se apagar da transcrição do *testimonio*. Isso é o que a teoria do testemunho latino americano propõe: a figura do gestor está ali apenas como auxiliar do sujeito testemunhal, uma ferramenta para que esse possa narrar sua história. Mas a prática se mostrou mais complicada do que a teoria, e na sequência do texto o próprio autor admite que esse suposto desaparecimento é problemático<sup>118</sup>. Afinal, toda escolha por parte do gestor ao transcrever os relatos e ao editar a obra carrega suas experiências, suas vivências. Não é possível que ele se apague totalmente. O que parece necessário é a transparência e a ética nas escolhas feitas, para que se possa evitar, ao máximo (apesar de sabermos que não há como evitar completamente), a repetição daquilo que o *testimonio* se propõe a combater: roubar a voz dos que já não podem falar.

Uma questão que nos parece fundamental para a obra *Presos que menstruam* é como a autora busca humanizar – ou relembrar o leitor dessa humanização – as

---

<sup>117</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 101

<sup>118</sup> PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013. p. 102

mulheres em situação prisional que narram as histórias. Essa forma de escrita transparece a presença da gestão de Nana Queiroz na obra. Ao escolher as narrativas que estão presentes no livro, Queiroz escolhe o que o leitor deve ou não saber sobre essas mulheres.

O sistema penal como é pensado hoje é feito para a desumanização dessas pessoas que estão sob custódia do Estado. A utilização de uniformes (que em alguns de presídios femininos são uniformes também feitos para homens, tirando ainda a característica feminina da roupa), a ausência de espelhos, a concentração dessas pessoas em espaços apertados, são todas ferramentas do sistema para transformar essas pessoas – não só as mulheres, os homens também – em um rebanho, em que a individualização torna-se cada vez mais difícil, dificultando também a simpatia e a empatia da sociedade com essas pessoas, que deixa de vê-los como pessoas, sujeitos de direitos e passa a vê-los como “bandidos”, “criminosos”, não passíveis de compaixão.

Nana Queiroz vai na contracorrente dessa desumanização, e traz ao longo das páginas relatos que mostram o quão humanas essas mulheres são. Até mesmo os relatos sobre o crime, com diversos detalhes narrados são capazes de fazer o leitor simpatizar mais com a mulher que está narrando, mesmo que seja quem cometeu o crime, do que com o sistema prisional. Ao final de muitos relatos – acreditamos que todos até – o leitor pode encontrar-se torcendo para que haja um final feliz (mesmo sabendo que as estatísticas nos indicam ser muitas vezes difícil um final feliz para quem esteve preso no Brasil).

Segundo a autora, em entrevista, não foi automático o processo de empatia dela mesma com as mulheres presas. O fato de nunca ter cometido crimes, aliado com já ter sido vítima de alguns, assim como os amigos e familiares foi um desafio para a empatia da autora. Mas Queiroz afirma que o contato com as presas, uma em especial, ajudou a entender que no final muitas coisas levam ao crime, o que fica claro nas histórias narradas no livro, principalmente a pobreza e a violência, fatores que estão muito aquém do controle das pessoas que acabam cometendo crimes. Foi conversando com Safira que Queiroz percebeu que havia muito em comum entre elas. Segundo a autora

Eu me identificava muito com ela. Safira era uma moleca crescida, como eu, muito sonhadora, guerreira, tinha muita vontade de ter um grande amor, mas ao mesmo tempo, era muito dona de si, achava que a condição de mulher não a diminuía e queria desbravar terrenos masculinos. Eu me vejo assim. E também, como ela, nasci em uma família grande na periferia e era a filha mais velha, com responsabilidades pelos 5 menores. Sonhava em crescer na vida e me tornar uma grande mulher e profissional, como ela.

Pequenas diferenças na nossa história, porém, me fizeram aluna da USP, jornalista, escritora, casada com um homem bom e generoso, enquanto ela acabou se casando com um homem agressivo, engravidando cedo e sendo obrigada a deixar a escola. Percebi que éramos tão parecidas que, se eu tivesse vivido a vida dela, e ela a minha, era possível que a gente estivesse ali naquela mesma mesa, mas de lugares trocados.<sup>119</sup>

A autora não deve ter sido a única a se identificar com uma das presas, provavelmente os leitores da obra tenham se identificado com uma ou mais dessas mulheres, uma vez que o trabalho de Queiroz para lembrar o leitor de que essas mulheres também são humanas, dignas de respeito e direitos, mesmo que cumprindo pena, parece ter funcionado. Entre as reações ao lançamento da obra – em meio a muitas críticas por parte daqueles que não tem interesse em entender o sistema prisional ou suas falhas, apenas acreditam que “bandido bom é bandido morto” – tiveram diversas campanhas visando recolher materiais de higiene básica por todo o Brasil para realização de doações.

A recepção do livro foi tão positiva, que além das diversas novas edições já lançadas, foi lançado em 2018 um curta-metragem inspirado pela obra. No curta é encenada a história de uma das presas, Gardênia, tendo algumas alterações com relação a obra original (sendo inclusive não uma jornalista que acessa o presídio, mas uma estudante de direito). Em entrevista para o programa Conexão, do canal Futura, a produtora-executiva do curta, Liana Farias, indica que quem escolheu qual história entre tantas da obra a ser narrada foi a própria Nana Queiroz<sup>120</sup>. Até o final da escrita dessa dissertação ainda não havia um meio de assistir a obra na internet. O curta foi lançado em diversos festivais, tendo estreado na “Mostra Brasília” do “Festival de Cinema de Brasília” em 2018. ganhando prêmios inclusive, contudo ainda não foi

---

<sup>119</sup> BRAVO, Taís. *NANA QUEIROZ E OS PRESOS QUE MENSTRUAM*. 2015. Disponível em: <<http://ovelhamag.com/entrevista-nana-queiroz/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>120</sup> A entrevista pode ser conferida aqui: <http://www.futuraplay.org/video/presos-que-menstruam/455693/>

disponibilizado em nenhuma mídia digital, sendo apresentado apenas nesses eventos e em alguns outros que visavam o debate sobre o cárcere.

Enquanto o curta não é disponibilizado, existe um outro filme, esse com fácil acesso na internet<sup>121</sup>, que relata a história de três mulheres reais que estão em situação prisional. O documentário é intitulado “O Cárcere e a Rua” e foi lançado em 2004, com direção da gaúcha Liliana Sulzbach. O filme ganhou o prêmio de melhor documentário no Festival de Cinema de Gramado e, como já dito, narra a história de três mulheres que passaram pela Penitenciária Madre Pelletier (aquela citada anteriormente, a primeira prisão construída para abrigar mulheres no país), Cláudia, presidiária mais antiga e respeitada da Penitenciária que estava prestes a deixar o cárcere; Betânia, que vai para o regime semiaberto e Daniela, que recém chegou na prisão e aguarda julgamento.

Os leitores de *Presos que menstruam* e telespectadores de “O Cárcere e a Rua” poderão perceber que diversos pontos se conectam entre as obras, mesmo que mais de 10 anos separem o lançamento delas. Além das críticas ao sistema penal e as denúncias que ambas as obras apresentam, o que chama a atenção são os medos, as angústias, as dores, as dúvidas que as mulheres em situação prisional possuem. As duas obras são capazes de mostrar que no fim do dia – ou da pena – essas mulheres presas são apenas mulheres, seres humanos que vão além do seus crimes e suas condenações, mas que diferentemente do resto das outras pessoas, que corriqueiramente cometem erros e são perdoadas, precisam carregar a culpa para além do cumprimento da pena. Cumprir pena no Brasil, hoje, é só um dos castigos que aqueles que cometem crimes precisam enfrentar. O ostracismo moderno é capaz de impedir que essas mulheres vivam suas vidas após a prisão, dificultando para conquistar um novo emprego e reunir a família separada em abrigos e lares temporários.

Essas questões serão mais aprofundadas no próximo capítulo, em conjunto com a análise dos relatos presentes em *Presos que menstruam*. Até aqui, buscamos apresentar como a literatura de cárcere aparece na história da literatura nacional,

---

<sup>121</sup> Para quem tiver interesse em assistir o documentário, segue o link: <https://www.youtube.com/watch?v=fr3bIY9FIOo>

através dos anos e dos séculos. Também buscamos apresentar um pouco dos dados do sistema prisional brasileiro, para explicar, pelo menos um pouco, algumas das causas do caos do sistema penal nacional. Nesse capítulo apresentamos um panorama geral da obra escrita por Nana Queiroz e costuramos as suas narrativas com a teoria latino americano do *testimonio*, relacionando-a com algumas das obras citadas no capítulo anterior.

### 3. TESTEMUNHOS SOB ANÁLISE: UMA LEITURA DE *PRESOS QUE MENSTRUAM*

Ao longo dos dois capítulos anteriores falamos sobre o cárcere na literatura nacional, o encarceramento em massa no Brasil, as teorias do *testimonio* e a obra *Presos que menstruam*. Todos esses temas estão interligados e foram trazidos nas páginas que antecederam esse momento para auxiliar a análise dos relatos presentes no livro aqui trabalhado.

Entre os vários assuntos que pretendemos debater, um nos parece ser central para o diálogo sobre *Presos que menstruam*: o silêncio das mulheres em situação de privação de liberdade. Essa questão apareceu de forma espaçada nos capítulos anteriores, presente nos dados de encarceramento, na linha do tempo, na apresentação da obra aqui estudada. Nesse momento, pretendemos dar um maior destaque para essa questão que nos parece essencial para estudarmos o livro escrito por Nana Queiroz.

O fim do parágrafo anterior pode ser o nosso ponto de partida nesse debate: “livro escrito por Nana Queiroz”. A obra, que conta a história de diversas mulheres presas pertence, afinal, a uma mulher livre. Antes de mais nada, gostaríamos de esclarecer que isso não é um ataque direto à Nana Queiroz, nem mesmo desmerecimento ao trabalho realizado por ela – como gestora, principalmente – que entendemos ser importante e muito necessário. *Presos que menstruam*, então, é um livro da jornalista Queiroz, não da Safira, da Glicéria Tupinambá, da Carolina, da Gardênia ou nenhuma outra presa que relatou para Queiroz a sua história, a sua e de várias outras mulheres. Quem esteve presente no lançamento da obra em todo o país foi Nana Queiroz, quem dá entrevista sobre a obra até hoje é a autora.

Assim, parece-nos ficar claro que *Presos que menstruam* é, antes de mais nada, um livro repleto de silêncios. O silêncio daquelas mulheres que não podem falar, pois são apagadas pelo Estado e pela sociedade. Colocadas em prédios superlotados, com péssimas condições, onde o acesso é difícil para qualquer pessoa, inclusive para jornalistas e ativistas sociais. Mulheres que desejam narrar suas histórias, mas que precisam da presença de uma gestora que esteja disposta a ouvi-las e também, muito importante, autenticar a veracidade dessas histórias com a

presença do seu nome relacionado aos casos. Precisamos nos perguntar enquanto sociedade: por quê? Por que ainda é preciso que alguém de fora se interesse por essas histórias para que elas cheguem ao público em geral? Por que essas mulheres não podem ser ouvidas individualmente e ter suas reclamações, mágoas, dores e reivindicações reconhecidas?

Em *A ordem do discurso* (1971)<sup>122</sup> Foucault apresenta aos seus ouvintes - e posteriormente aos seus leitores – algumas das formas de controle do discurso. Entre os procedimentos que permitem esse controle o teórico aponta o ato de “determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles.”<sup>123</sup> Esse parece ser um dos motivos para o silenciamento dessas mulheres, o controle do discurso acaba por colocar empecilhos para que essas histórias, e conseqüentemente as denúncias contidas nelas, sejam levadas em consideração, apenas por serem contadas por mulheres que se encontram em situação prisional. Assim, não há um interesse em reproduzir essas histórias, pois já existe uma lógica que as considera não passíveis de confiança, não sendo dignas de crédito. O que leva à necessidade de uma gestora, como Nana Queiroz, para validar esses discursos para a população, uma vez que, diferentemente dessas mulheres presas, a jornalista satisfaz as exigências<sup>124</sup> para ter seu discurso aceito.

Ainda sobre a ausência de obras escritas por essas mulheres, sem mediação, podemos lembrar de Vera Tereza de Jesus, autora de *Ela e a reclusão*, já apresentada anteriormente. A obra que parece ser tão pouco conhecida ainda hoje, foi lançada em 1965, ficou nas prateleiras das livrarias nacionais durante a Ditadura Militar. Alguém – que não sabemos quem, pois o editor da obra não é apresentado nas páginas do livro – teve interesse pela história de Vera Tereza e decidiu apoiar a publicação. Assim, na década de 60 tivemos uma mulher, presa comum, narrando as suas histórias na página de um livro.

---

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

<sup>123</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. P. 35

<sup>124</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. P. 35

Vera Tereza de Jesus conseguiu no século passado a proeza de lançar uma obra sobre a sua vida, não apenas sobre os momentos de prisão, mas também sobre os caminhos que a levaram ao cárcere. De fato, a história de Vera Tereza muito se aproxima da história de várias mulheres presentes em *Presos que menstruam*, infância sofrida, rejeição dos pais, abusos diversos e o crime como uma rota de fuga. Se essa obra foi lançada em 1965, por que nos anos 2000 essas vidas ainda são silenciadas? É possível que entre os anos 60 e os dias atuais o controle do discurso tenha se intensificado, após um período de Ditadura Militar muito grande, redemocratização e nos últimos anos uma intensificação da intolerância e do preconceito por parte da sociedade brasileira, impedindo mais uma vez que determinadas áreas do discurso sejam acessadas por aqueles que já são excluídos da sociedade.

É possível pensar que a ausência de obras escritas por mulheres presas seja fruto do desinteresse da sociedade sobre esse tema. De fato, as mulheres em situação prisional são diversas vezes ignoradas pela sociedade, recebem menos doações, menos atenção de projetos sociais, menos políticas públicas. Mas diversas vezes aparecem como personagens de novelas, por exemplo. Em rápida pesquisa na internet é possível encontrarmos uma matéria que reúne as personagens da atriz Glória Pires que já foram presas nas suas histórias.

Além de mostrar que existe um interesse da sociedade por essa situação prisional, é possível percebermos que muitas vezes a prisão é motivo de felicidade, o telespectador torce pela prisão da vilã e espera por ver cenas que retratam a sua prisão como sinônimo de sofrimento. Isso não é exclusivo do público brasileiro e das novelas nacionais. Os seriados norte-americanos muito lucram com programas que envolvem a temática policial – como o nicho infinito de *CSI* e *Law and Order*, por exemplo. A prisão nesses casos é sinônimo não apenas de punição, mas vai além, é tortura, é sofrimento. É a vida real sendo mostrada como entretenimento.

É possível, então, que o interesse apresentado pelo público que consome novelas/seriados/filmes que apresentam de alguma forma o cárcere seja interpretado, principalmente, como um desejo de punição e sofrimento. Não parece existir um interesse de compreender essas mais de 800 mil pessoas em situação prisional como

seres humanos dignos de contarem suas histórias. Esse é um dos motivos para acharmos *Presos que menstruam* uma obra importante. As histórias narradas são capazes de conquistar o leitor, mostram que, em muitos casos, o crime é a única saída para diversas mulheres. O leitor simpatiza com as mulheres que narram suas vidas, e talvez consiga até mesmo torcer para que essas mulheres tenham vidas melhores, encontrem um emprego no semiaberto, não voltem a cometer crimes após o cumprimento de pena – mesmo que no fundo saibamos que no Brasil não há muito como escapar do crime depois que já se esteve preso.

Falar sobre reincidência é complexo, pois não existem muitas pesquisas no Brasil sobre o caso, contudo, parece-nos necessário abordar o tema aqui, uma vez que apesar da ausência de dados muito se escuta sobre o tema na mídia em geral, assim como em espaços de estudos acadêmicos. Primeiramente cabe explicar o que é a tão citada reincidência: conforme estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2015<sup>125</sup>, o termo refere-se

aos casos em que há condenações de um indivíduo em diferentes ações penais, ocasionadas por fatos diversos, desde que a diferença entre o cumprimento de uma pena e a determinação de uma nova sentença seja inferior a cinco anos<sup>126</sup>

Assim, reincidente é aquela pessoa que em um período de no máximo cinco anos foi condenado em ao menos dois processos penais diversos. Passado esse período não há que se falar em reincidência. O estudo citado utilizou-se de dados de cinco estados: Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro, e o resultado da pesquisa indicou um índice de 24,4% de reincidência, em um universo de 817 processos (199 tiveram casos de reincidência).<sup>127</sup> Parece-nos claro, com base

---

<sup>125</sup> IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>126</sup> IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020. P. 7

<sup>127</sup> IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020. P. 22-23

nessas informações, que a reincidência não é apenas uma hipótese, mas sim um fato na vida dos milhares de presos brasileiros.

Entre os relatos de *Presos que menstruam*, quando analisadas as sete mulheres que possuem destaque na obra – Safira, Gardênia, Júlia, Vera, Camila, Glicéria e Marcela – a reincidência é comentada por apenas uma delas, Gardênia. Os outros relatos parecem indicar que não houve ainda saída do sistema penal (com exceção de Glicéria Tupinambá, que narrou sua história para Nana Queiroz em liberdade, na sua aldeia), o que impede o cometimento de novos crimes. No primeiro capítulo que narra a história de Gardênia (o que corresponde ao segundo capítulo da obra) podemos encontrar a reincidência explicada como a única saída: “uma vez liberta, voltava a traficar. Era o que sabia fazer.”<sup>128</sup> Essa situação não é exclusiva de Gardênia, pelo contrário, muitas são as mulheres que ao final do cumprimento da pena precisam voltar para a realidade do “mundo exterior”, em que os anos passados na prisão refletem uma ausência de preparo profissional, tecnológico e pessoal. O mundo muda em uma velocidade cada vez maior, mas essa mudança muitas vezes não consegue ultrapassar as paredes e as grades do presídio.

Nos minutos iniciais do documentário “O cárcere e a rua”, citado no final do capítulo anterior, acompanhamos Cláudia Rullian (54 anos), mulher em situação prisional que está para ser solta em breve, no centro de Porto Alegre. Ao final das compras, Cláudia necessitou perguntar para, no mínimo, sete pessoas no entorno do Mercado Público onde ela poderia embarcar no ônibus que a levasse para o bairro Teresópolis. A última pessoa para quem perguntou sobre o local de embarque questionou o motivo da pergunta ao perceber que estava sendo filmado pela equipe do documentário e Cláudia respondeu “não, mas eu não sei mesmo. Sabe por que eu não sei? Porque eu tô saindo da cadeia”<sup>129</sup>.

Encontrar o terminal correto não é o único desafio, nem mesmo o mais complicado. Ex-presidiárias precisam lidar diariamente com o preconceito por parte da sociedade, o que prejudica, por exemplo, em entrevistas de emprego. Mesmo

---

<sup>128</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 33

<sup>129</sup> O CÁRCERE e a Rua. Direção de Liliana Sulzbach. Porto Alegre: Zeppelin Filmes, 2004 (80 minutos).

quando outros fatores não estão presentes – a baixa escolaridade ou a ausência de experiência, por exemplo – o comum é a negativa de emprego em casos de histórico penal. Assim, a falácia da ressocialização do preso durante o cumprimento de pena vai por água abaixo, desmascarando uma sociedade fundada em preconceitos e discriminação. Mesmo aquelas presas que trabalham em oficinas durante o cumprimento de pena encontram dificuldades para trabalhar após a soltura.

Como esperar que mulheres desamparadas pelo sistema e pela sociedade não reincidam logo após o cumprimento da pena? As estatísticas apontam que o crime que mais leva a reclusão é o tráfico, e sabemos que na maioria dos casos é cometido como forma de sustentar a família - o que não envolve apenas o tráfico, mas crimes de patrimônio como furto e roubo – como é possível acreditar que após o período de reclusão essas pessoas teriam novas oportunidades de emprego quando são tão poucos os programas de reabilitação dentro dos presídios e penitenciárias? É, na melhor das hipóteses ingenuidade, acreditar que existam formas de escapar do crime em um país com tantas desigualdades quanto o Brasil.

O caminho que leva à reincidência é, na maioria dos casos, o mesmo que levou à primeira condenação: a pobreza e a falta de oportunidade. No início do relato de Safira, ela narra o momento em que decidiu assaltar: após se separar do companheiro, precisou achar um novo lugar para morar e uma pessoa que cuidasse dos filhos pequenos, tudo isso com um salário mínimo de 300 reais pelo serviço no supermercado. Para o aluguel pagava 120 reais e para a própria irmã pagava 100 reais por cuidar dos filhos, condição imposta pela irmã. Como sobreviver com apenas 80 reais, tendo dois filhos pequenos? Impossível.

Após acordar diariamente as 5 horas da manhã para trabalhar como empacotadora e voltar para casa cansada e com fome e não encontrar nem mesmo açúcar no pote, ademais “as fraldas haviam acabado, o leite também. Ela ia buscar seu bebê em minutos na casa da irmã. Imaginou o choro de fome dele. Ficou nervosa”.<sup>130</sup> Pensou nos convites já recebidos para assaltar e decidiu aceitar. Foi pensando no leite para os filhos que optou por arriscar a sua liberdade. Pode parecer

---

<sup>130</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 28

que essa foi a escolha mais fácil, mas é necessário desprendermo-nos dos nossos preconceitos para compreender que a situação é muito mais complexa que isso e encarar o Brasil como o país de grandes desigualdades que ele é. É com essa compreensão que essas páginas - assim como as páginas de *Presos que menstruam* - devem ser lidas. O local de julgador não nos cabe, visto que essas mulheres já foram julgadas e é por isso que estamos lendo suas histórias, estão cumprindo suas penas como foi imposto – e em condições muito mais degradantes do que deveriam.

O salário baixo e a dificuldade de sobreviver com esse valor também são os motivos dados por Vera para recorrer ao crime. Após a separação - assim como foi com Safira – decidiu viver em São Paulo, para ter outras oportunidades de emprego. Deixou para trás o mercadinho que havia construído, a casa e os móveis e foi com a filha pequena para a casa da irmã na cidade grande. Lá descobriu que teria que começar a vida do zero, o que não a agradou. Como oportunidades de emprego achava apenas vagas que pagavam uma miséria, 12 reais a hora. Vera fez as contas e percebeu que esse valor não era suficiente para sobreviver, manter a filha, nem mesmo chegar ao trabalho todos os dias. Assim, ela, a irmã e o cunhado decidiram sequestrar.<sup>131</sup>

Entre as mulheres que narram seus relatos para Queiroz, e que não se encontram entre aquelas sete já citadas anteriormente, temos Ieda, mãe de família, com 52 anos. Foi presa junto do marido, do filho, da filha e de uma visita que dormia no sofá da sala quando a polícia arrombou a porta da casa. Sua prisão ocorreu após o comércio da família ter sido convertido em ponto de tráfico. Na época, Ieda percebeu o aumento da clientela, mas não quis falar nada. A renda da família aumentou e Ieda sabia que um dia seriam presos, mas não tinha coragem de denunciar o próprio filho<sup>132</sup>. Presa no Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua no Pará, divide a cela com a filha.

É no primeiro capítulo da história de Ieda que Nana Queiroz realiza uma reflexão sobre a prisão “ser uma experiência em família para muitas mulheres no

---

<sup>131</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 48

<sup>132</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 61

Brasil”<sup>133</sup>. A autora então aponta que essas mulheres presas são em grande parte, “gente esmagada pela penúria, de áreas urbanas, que buscam o tráfico como sustento. São na maioria negras e pardas, mães abandonadas pelo companheiro e com ensino fundamental incompleto”<sup>134</sup>.

Ainda segundo Queiroz, a tese em voga entre as ativistas da área com relação ao aumento da criminalidade por mulheres, e conseqüentemente o aumento no número de presas nos últimos anos, é o fato de que as mulheres estão cada vez mais tornando-se chefe de casa, mas os salários masculinos ainda são superiores, o que prejudica a manutenção do lar quando a única fonte de renda é a da mulher – o que acontece não somente em caso de mães solteiras, mas também quando a família é desmanchada pela prisão do homem, por exemplo. Assim, a junção desse déficit salarial com a criação da nova Lei de Drogas em 2006 e a sua executoriedade (como já comentado) resultam em um grande número de prisões de mulheres que encontram no tráfico a única forma de sustento de suas famílias.

Ademais, achamos importante destacar que a afirmação de Nana Queiroz sobre a maioria das mulheres presas serem negras e pardas encontra respaldo nos dados oficiais apresentados pelo INFOPEN. Segundo a pesquisa, 48,04% das mulheres em situação prisional no Brasil são pardas e 15,51% são negras<sup>135</sup>. Esses dados também são reflexo da Lei de Drogas, que encontra na subjetividade do juiz para definir se o portador da droga é usuário ou traficante uma forma de aprisionar a população parda e negra brasileira. A lei, e a forma de julgamento que deveria funcionar como funil – afinal, a subjetividade do juiz deveria servir como forma diminuir as prisões relacionadas ao tráfico levando em consideração a questão do usuário, diminuindo assim a superlotação dos presídios – acaba por funcionar como peneira, prendendo pessoas que já são marginalizadas socialmente.

A falta de empregos, os baixos salários e a pobreza não são a única constante na vida da maioria das mulheres em situação prisional, a violência também está

---

<sup>133</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 62

<sup>134</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 63

<sup>135</sup> <sup>135</sup> BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN Mulheres 2018. Disponível em <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acesso em julho 2019. p. 31

presente, nos seus mais diferentes níveis. Na verdade, a violência é um dos pontos centrais dessa obra, alinhada ao silenciamento e a solidão dessas mulheres. Em diversos pontos dos textos de *Presos que menstruam* poderemos notar a presença desse fator na vida dessas mulheres. A infância sofrida, com a ausência ou a rejeição dos pais é cenário de fundo de vários relatos na obra. Entre eles o de Vera, que conta que quando ela ou os irmãos aprontavam o pai os amarrava em uma tora ou algum móvel da casa e batia com o que houvesse por perto. A mãe não agredia, mas tampouco tinha poder suficiente para impedir o pai de agredir os filhos. Para Vera, contudo, as agressões não foram suficientes para domarem seu gênio ou seus desejos e foi por meio de um casamento de fachada – uma vez que Vera é homossexual e o pai somente aceitaria um casamento heterossexual – que Vera encontrou a liberdade para sair da casa dos pais e dos abusos sofridos. Após um tempo de casada, deixou o marido e foi viver a vida como sempre quis, livre.

A infância de Safira também não foi fácil. Precisou amadurecer o mais cedo possível, pois a pobreza assolava a família. Com o pai só foi ter contato aos 13 anos, e a mãe e o padrasto não reconheciam o esforço que a jovem Safira fazia para ajudar nas despesas da casa. A dificuldade financeira e o trabalho constante acabaram por enrijecer as relações. Aos 14 anos Safira abandonou os estudos pois sentia necessidade de contribuir mais com a renda familiar. Foi também aos 14 anos que Safira conheceu o homem que futuramente seria pai de seus filhos. Josiel era 13 anos mais velho que Safira, e a mãe da menina ficou com medo que ela engravidasse sem estar casada, obrigando-a morar com Josiel. Apesar da resistência de Safira, que sabia ser jovem demais para casar, e principalmente, ter filhos, acabou por ceder a obrigação imposta pela mãe.

Três meses após a mudança Josiel a agrediu com um tapa no rosto. A violência novamente aparecia na vida de Safira, mais uma vez proveniente de alguém que deveria protegê-la e amá-la. A partir desse momento a relação só piorou, mas Safira, muito nova ainda, perdoou diversas vezes. Aos 16 anos engravidou do primeiro filho e o instinto materno surgiu, amadurecendo precocemente, mais uma vez, a jovem Safira. Foi graças ao filho que teve forças para abandonar o marido violento. Contudo, aos 18 anos e um bebê no colo Safira vivenciou o desemprego e a precarização do

trabalho, a ausência de suporte familiar e de uma renda estável a levaram a buscar a companhia de Josiel novamente. Decidiram ir juntos a igreja e tiveram mais um filho. Mas pouco tempo depois Safira descobriu que estava sendo traída e a revolta juntou-se à vontade já existente de abandonar Josiel novamente e foi embora com os filhos no colo. A partir desse ponto a história de Safira já é nossa conhecida, o emprego com salário irrisório e as dificuldades financeiras não deram outra alternativa senão o crime.

Parece-nos cada vez mais ingênuo o pensamento comum que vê no preso o maior inimigo da sociedade, aquele que mais ameaça à segurança social. Podemos perceber que muitos dos crimes cometidos são fruto de situações muito mais perigosas para a sociedade: a desigualdade, o preconceito, a falta de estrutura estatal voltada para a educação e a saúde, a ausência de políticas públicas que garantam às mulheres condições de equidade com os homens e também que garantam locais seguros para que elas possam deixar seus filhos durante as jornadas de trabalhos – como creches, por exemplo.

Nos anos 80 e 90, Silvia Federici, ativista feminista ítalo-estadunidense já tratava sobre essas questões. A fala de Federici não é voltada para as mulheres em situação prisional – como foi o trabalho de Angela Davis, por exemplo – mas atinge todas as mulheres. A escritora defendia a ideia de um salário para as mulheres donas de casa pelo trabalho reprodutivo realizado, por meio da campanha internacional *Wages For Housework* (WFH). A obra *O ponto zero da revolução* (2019)<sup>136</sup>, lançado pela editora Elefante no Brasil graças ao trabalho de tradução do grupo feminista Coletivo Sycorax, reúne alguns textos que Federici escreveu ao longo dos anos sobre o trabalho reprodutivo e a sua relação como uma das principais bases de sustento do capitalismo.

A autora defende que o trabalho doméstico é a “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe

---

<sup>136</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em: <[http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao\\_WEB.pdf](http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

trabalhadora.”<sup>137</sup> O trabalho de cuidar o lar transformou-se em uma obrigação feminina e ao mesmo tempo um atributo do sexo feminino, logo, aquelas que não desejam realizá-lo acabam sendo encaradas como desviantes. Dessa forma, impondo uma lógica de inerência do trabalho doméstico ao sexo feminino, o capitalismo conseguiu (e consegue) lucrar muito mais, sem qualquer gasto com relação a essas mulheres. Ademais, a não remuneração do trabalho doméstico contribuiu para a ideia generalizada na sociedade de que o trabalho doméstico não é trabalho.

Os estudos de Federici são importantes para a nossa discussão em diferentes pontos: primeiramente, o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho e, conseqüentemente, com um salário teria, provavelmente, impedido que diversas mulheres precisassem recorrer ao tráfico como forma de sustento familiar. Mas não é somente nisso que a ausência de salário influencia na vida dessas mulheres: a desvalorização do trabalho doméstico é utilizada pelas empresas como forma de pagar salários mais baixos para as mulheres que estão entrando no mercado de trabalho, pois o desejo de não ficar em casa realizando o trabalho doméstico e a necessidade dessa renda acabam por serem fatores determinantes na hora de aceitar a vaga, mesmo com valor de remuneração inferior ao masculino.<sup>138</sup>

Ademais ao longo dos textos de *O ponto zero da revolução* a autora aponta a importância das políticas públicas de assistência, que ao longo dos anos foram sendo desimplantadas nos Estados Unidos. As creches subsidiadas foram consideravelmente reduzidas nos anos 70 nos EUA<sup>139</sup>, o que afetou ainda mais as mulheres e a busca por empregos fora do trabalho doméstico.

Apesar da obra de Federici falar principalmente da realidade norte-americana e muitos textos terem sido escritos entre os anos 70 e 90 (o texto que dá início a obra é de 1975), muito do que a autora escreve pode ser visto no Brasil dos anos 2000 em diante. Assim, a ausência de um interesse estatal – fruto de políticas capitalistas – de apoio às mulheres, com salários justos, creches funcionais e escolas públicas de

---

<sup>137</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 42

<sup>138</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 74

<sup>139</sup> FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. P. 121

qualidade, por exemplo, prejudicam as jovens mulheres que precisam, cada vez mais, cuidar das suas famílias. Essas questões são exemplos de uma violência estatal que fecha os olhos para as populações carentes e as minorias, permitindo a exploração dessas mulheres até a exaustão completa, em que a jornada dupla – trabalho externo e trabalho doméstico - passa a não ser mais uma opção viável, pois não garante nem mesmo o suficiente para sobreviver.

A violência estatal que assola essas mulheres possui outras faces, entre elas uma é amplamente denunciada pelos testemunhos de *Presos que menstruam*: a tortura, psicológica e física. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5<sup>a</sup>, inciso III prevê “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”<sup>140</sup>, e vai além, definindo a tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia no inciso XLIII do mesmo artigo. Mas a verdade é que, contrariando a Carta Magna, nas prisões brasileiras a tortura e o tratamento desumano e/ou degradante é diário.

Podemos começar falando sobre a tortura em sua forma mais conhecida: a violência física. Para além de prisões superlotadas, em que celas que deveriam abrigar dez presas abrigam vinte ou trinta, temos agressões em que as destinatárias não são discriminadas: jovens, idosas, grávidas, não importa. Em *Presos que menstruam* um capítulo recebe o título “Tortura”, mas em mais de um relato ela aparece, como um soco no estômago do leitor. Nesse capítulo em específico mais uma vez temos a história de Vera sendo narrada. Ela afirma que ao ser presa pelo sequestro de uma jovem estudante de jornalismo e chegar à delegacia apanhou “muuuuuuuuuuito”<sup>141</sup>, tinha sua cabeça colocada no vaso sanitário cheio de urina e teve os dentes da frente quebrados; a irmã levou choque no bico do peito, como forma de obrigar a responder as perguntas. Segundo Vera ela, a irmã e o cunhado passaram dois dias no Departamento Estadual de Investigações Criminais sem água ou comida, apenas apanhando.

---

<sup>140</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

<sup>141</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 121

Durante esse relato há uma intervenção de Nana Queiroz, que questiona se os policiais “não deixaram marcas para você fazer queixa depois?” e Vera responde

a gente faz, mas a polícia tende a ficar com a polícia, não adianta. Fui no IML pra fazer corpo de delito quando eu fui pro presídio, mas eles nunca põem lá no papel o que você tem mesmo. Eu tinha bastante hematoma pra todo lado, não tava conseguindo andar de tanto chute que tomei na perna, ela tava toda roxa, não sei como não quebraram. Esse negócio de apanhar depende de quem pega. O Deic bate muito. Batem sem dó, não importa se é homi ou se é muié. A militar, às vezes, já é mais ponderada, ao menos sabe não deixar marca.<sup>142</sup>

Como acreditar que vivemos em um Estado de Direito quando uma das bases do nosso constitucionalismo, a proteção contra tortura, conquistada após anos da sua prática durante a Ditadura Militar e uma luta incansável de movimentos sociais para impedir que isso voltasse a acontecer, ocorre com pessoas que estão sob tutela do Estado? Em locais como delegacias e penitenciárias, onde o máximo que deveria ocorrer é o cumprimento da pena imposta pelo Estado, inclusive havendo vedação expressa de penas cruéis<sup>143</sup>, o Estado opta, por meio de seus agentes, por torturar essas mulheres.

Safira também narra a tortura sofrida: em um de seus assaltos teve como vítima um policial à paisana e após a troca de tiros o policial ficou paraplégico. Um ano depois desse incidente, Safira foi presa e os policiais a reconheceram do retrato falado feito pelo colega que foi assaltado. Com raiva e desejo de vingança pelo colega, os policiais cometeram diversos atos de violência contra Safira, desde tortura psicológica, em que a deixaram na cela durante uma semana após receber a ameaça do delegado que disse “eu vou derrubar sua casa, loira, você vai ver”<sup>144</sup>, até a violência física, que durou dias. Na delegacia apanhou por não querer assinar o papel que, segundo os policiais, continha os crimes cometidos por Safira. Ela afirmava que muitas coisas que estavam ali não foram cometidas por ela, e por isso negava-se a assinar.

A tortura não terminou, e Safira denuncia ainda a violência cometida em outra delegacia, para onde foi levada somente com esse fim. Era o local onde trabalhava o policial que foi atingido pela troca de tiros e o relato de Safira sobre esse momento

---

<sup>142</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 122

<sup>143</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Artigo 5º, inciso XLVII, alínea e.

<sup>144</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 138

beira a violência que vemos em filmes – e mesmo assim não duvidamos de uma vírgula narrada por ela, pois a violência policial brasileira não é desconhecida, ela acontece abertamente em protestos e contra a população carente, o que será que não acontece entre quatro paredes? Um pouco podemos saber graça aos relatos dessas mulheres: o que acontece é algemar uma mulher em uma cadeira de rodas e durante 12 horas de um dia a agredir. Socos no estômago, saco plástico preso no rosto e abuso sexual. Segundo Safira não houve estupro, porém rasgaram sua blusa e deixaram os seios de fora. A tortura psicológica acontecia junto com a tortura física, pois enquanto apanhava tinha certeza de que seria estuprada.<sup>145</sup>

E mais uma vez o silenciamento dessas mulheres perpetua mais uma violência. As denúncias não são ouvidas, ou se ouvidas não recebem crédito. É, na maioria dos casos, necessário que haja rebeliões para que a sociedade preste atenção nesses presos – mesmo que na maioria das vezes as rebeliões acabem sendo estigmatizadas e vistas não como a única forma de protesto possível, mas como confusão, bagunça. Entretanto, enquanto as rebeliões costumam funcionar nas prisões masculinas, elas não estão tão presentes na realidade das prisões femininas. Segundo Nana Queiroz as poucas rebeliões lideradas por mulheres não chamam tanto a atenção da mídia, que tem ânsia de violência e agressividade, enquanto esses movimentos em presídios femininos são mais passivos.<sup>146</sup>

A mídia, de fato, é uma das maiores inimigas das pessoas em situação prisional no Brasil: não há interesse em denúncias de violações de direito ou de cobranças de garantias judiciais, mas faz uso de prisões como forma de ganhar dinheiro. Um exemplo disso é o caso de Júlia, uma das mulheres que contam sua história para Queiroz. Júlia quando foi presa estudava Direito em uma faculdade particular onde a mãe trabalhava como faxineira. Os jornais da época abusaram de manchetes sensacionalistas e textos absurdos para contar o caso de Júlia, afinal, uma jovem estudante de Direito havia sido presa por suspeita de participação em sequestros.

---

<sup>145</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 139

<sup>146</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 184

O caso de Júlia é um dos mais fáceis de ser achado em uma pesquisa na internet. Ao procurarmos sabemos que Júlia foi um pseudônimo utilizado, provavelmente escolhido pela própria presa. Os outros nomes que aparecem em seu relato também foram alterados, mas por nomes similares aos verdadeiros, o que Queiroz afirma em determinada nota de rodapé ser uma questão de segurança para as pessoas que tiveram suas histórias compartilhadas por essas mulheres<sup>147</sup>. As matérias que relatam o caso de Júlia são o ápice do sensacionalismo, buscando apontar o quão boa a vida de Júlia era, questionando como seria possível uma jovem estudante cometer tais crimes. Um discurso que finge não haver criminalidade entre a classe média e alta, quando é de conhecimento comum que essas classes cometem diversos crimes, desde os famosos crimes de colarinho branco até o transporte de drogas em helicópteros particulares.

É importante percebermos a diferença do discurso midiático e do discurso contido em *Presos que menstruam*. A obra de Nana Queiroz com certeza também tem interesse de venda, assim como as notícias jornalísticas, mas enquanto o jornal opta por silenciar as presas, Queiroz dá a voz para suas versões. A matéria é sensacionalista nos detalhes que costumam interessar para o público geral: violência, sangue, agressões, tortura. O livro chama atenção para os traços de humanidade: os filhos, a família, a solidão, o medo, a vaidade, os sonhos e esperanças. Em *A ordem do discurso*, Foucault inicia sua fala com o questionamento “mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”<sup>148</sup>

Longe da pretensão de responder essa questão que apesar de parecer simples é tão complexa, parece-nos que *Presos que menstruam* traz algumas respostas para esse questionamento: o perigo do discurso é que ele revela aquilo que está submerso, escondido. Ele denuncia violências que quando expostas pelo discurso precisam ser ouvidas, lidas, reconhecidas. E com essas informações é necessário fazer algo. Quando passamos a ter conhecimento de que o Estado brasileiro permite a agressão

---

<sup>147</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 51

<sup>148</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. P. 8

policial contra pessoas que estão sob a sua custódia não podemos mais fingir que isso não acontece, pois se fizermos isso seremos cúmplices dessa tortura.

Ao mesmo tempo, o discurso é, na maioria das vezes, o que valida as práticas arbitrárias do sistema penal. O controle dos corpos realizado por meio das prisões é uma prática muito antiga. Não é à toa que diversas vezes já apontamos que a pobreza e a falta de oportunidade estão na base da maioria dos crimes cometidos por mulheres. Ao invés de dar oportunidades melhores o Estado opta por encarcerar. Não há necessidade de políticas públicas quando é possível prender mais pessoas em celas superlotadas. E assim o discurso de controle desses corpos funciona para a sociedade, que acaba aceitando que o certo é prender, e mais, é necessário sofrer durante a prisão. Tudo então passa a ser legitimado e aceito, visto que essas pessoas que cometeram crimes merecem sofrer as mais diversas atrocidades.

Mas como agir quando a pena ultrapassa a pessoa condenada? Ainda é possível justificarmos as atrocidades cometidas quando elas deixam de atingir uma mulher que furtou ou sequestrou alguém e passam a ser impostas aos filhos? Fica cada vez mais difícil tentarmos aceitar as práticas do sistema penal. Não devemos aceitar o tratamento degradante com as pessoas em situação prisional assim como não devemos aceitar a revista vexatória como requisito para visitas. Em prisões femininas as visitas, quando acontecem, costumam ser de mães, avós, irmãs e filhos. E em diversos presídios do país a revista vexatória é uma prática recorrente, onde os visitantes

têm que se abaixar, nus, para que seu orifício anal seja verificado e mulheres têm, por vezes, que colocar um espelho no chão enquanto abrem a vagina. Crianças não escapam da vergonha e nem bebês, que têm a roupa tirada e as fraldas trocadas por uma fornecida pela penitenciária<sup>149</sup>

Não há o que justifique essa prática nos dias atuais. Alguns presídios brasileiros, como a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) já possuem a radiografia corporal, o que garante a dignidade da visita. O que falta para o sistema penal incorporar esse aparelho na rotina de todos os presídios? Mais uma vez os

---

<sup>149</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 88

testemunhos das presas cumprem com a proposta do *testimonio* de ser denúncia e narram a violação aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

Ao falarmos sobre a teoria do *testimonio* ao longo do capítulo anterior apontamos que Hugo Achugar afirma que o *testimonio* possui uma função denunciadora<sup>150</sup>, ele denuncia a marginalização, o silêncio oficial, os excessos de poder. O que nos parece central em *Presos que menstruam* e os relatos que as páginas desse livro contêm são as denúncias que essas mulheres em situação prisional fazem e como isso reflete o silêncio imposto a elas, pois a maioria dos casos narrados na obra não chegam ao conhecimento da sociedade, que não é capaz nem mesmo de imaginar a forma desumana com que as pessoas que precisam lidar com o sistema penal – presas ou familiares, por exemplo – são tratadas.

No capítulo intitulado “Socorro”, nome da mãe de Carolina, uma das presas que conta sua história para Nana Queiroz, a autora apresenta a visita à Penitenciária Feminina do Distrito Federal da sua perspectiva, entrando no presídio não como jornalista, mas tendo o seu nome na lista de visitantes de Carolina. Queiroz explica que o primeiro contato com Socorro ocorreu porque, segundo a autora: “queria ser tratada como parente de presa. Queria passar pela revista vexatória se necessário, e me esquivar da simpatia e do olhar vigilante dos carcereiros”<sup>151</sup>. Apesar de não ter passado pela revista vexatória, visto que a Penitenciária de Brasília possui a radiografia corporal, Queiroz passou por situações complicadas, que são rotina na vida de visitantes da Penitenciária. O ônibus que sai da rodoviária e leva até a PFDF atrasou e a chuva acompanhou esses visitantes no percurso de 1,5 quilômetros que precisa ser feito a pé até a instituição. Isso tudo em uma quinta-feira, pois as visitas à PFDF acontecem nesse dia, durante a semana.

Esse capítulo, escrito em primeira pessoa do singular, possui diversas informações sobre como as visitas à Carolina aconteceram, ou seja, com Queiroz estando na lista de visitas da presa. A autora poderia ter explicado como esse contato aconteceu com as outras presas, especificando ao leitor em quais casos fora impedida

---

<sup>150</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 72

<sup>151</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 86

de entrar na prisão por ser jornalista e ter interesse em escrever um livro com a temática da prisão feminina, ou então em quais casos teve ser acesso permitido mas com restrições, como a ausência de gravador, por exemplo. Assim como poderia explicar em quais casos a escuta se deu durante os momentos de visita – assim como foi no caso de Carolina – o que permitiria ao leitor imaginar a forma como os relatos foram coletadas, já que durante os momentos de visita familiar o contato de Queiroz com as presas provavelmente foi menor, resultando numa fala mais fragmentada.

A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XLV institui que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”<sup>152</sup>, mas diversos relatos de *Presos que menstruam* nos mostram que mais uma vez a nossa Lei Maior é descumprida diariamente pelo sistema prisional brasileiro. Os visitantes da PFDF precisam seguir um código de vestimenta que se descumprido impede a visita. Por que o visitante precisa utilizar roupas de uma determinada cor? Não há uma explicação para isso, mas é uma regra que se descumprida impede que essas pessoas que já passaram por tanta coisa para chegar na visita – pegar ônibus na madrugada, perder um dia de trabalho, caminhar mais de um quilômetro para chegar à Penitenciária – possam ter contato com a familiar/amiga que se encontra presa. Como não entender isso como uma punição para essas pessoas?

Ainda no capítulo citado acima, Queiroz narra que ao fim da sua visita à Carolina ela precisa ir embora, pois precisava trabalhar. A saída era permitida ao meio-dia e depois às 15h. Queiroz precisava sair no primeiro horário e se dirigiu para a saída. Enquanto aguardava junto com outros visitantes a liberação, uma carcereira informou que ninguém mais seria liberado naquele horário, só podendo sair às 15h. A realidade de estar confinada durante três horas foi o suficiente para deixar Queiroz inquieta. Ao confrontar os carcereiros sobre estar presa junto com os outros visitantes recebeu como resposta que “desacato contra à autoridade não adiantará nada”. Em meio ao desespero da autora Socorro afirma “Agora sabe o que somos. Nada”<sup>153</sup>. E assim, durante uma visita na qual Queiroz desejava descobrir como é a realidade dessas pessoas que vão aos presídios e penitenciárias para visitar suas filhas, irmãs,

---

<sup>152</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

<sup>153</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 91

mães, a autora descobriu a falácia contida no dispositivo constitucional sobre a pena não passar da pessoa do condenado.

Os filhos dessas mulheres presas também acabam por cumprir pena junto com as suas mães, mesmo que não literalmente. O estigma social de ter um familiar preso é muito grande em nossa sociedade e essas crianças que já precisam lidar com a falta de uma mãe ou de um pai que está em situação prisional, ainda precisam lidar com o preconceito das outras pessoas. No capítulo intitulado “Os filhos de Camila” é possível percebermos essa situação. Daniel, filho de Camila, tinha apenas 12 anos quando a mãe foi presa e na escola precisou lidar com o deboche dos colegas e a fofoca por parte dos pais. Um dia quando a sua tia, irmã de Camila, foi buscá-lo na escola ela pode ouvir duas mães cochichando entre si e dizendo “é esse aí ó, o que a mãe mandou matar o pai”<sup>154</sup>. Além do peso do preconceito, muitas vezes essas crianças – filhos de mães presas – sentem uma obrigação de cuidar dos irmãos mais novos, nos casos em que todos ainda estão juntos. Pois a verdade é que hoje, no Brasil, o sistema de guarda dessas crianças é um castigo tanto para as mães, quanto para os filhos.

Quando a família não pode ficar com a guarda das crianças, ou quando não há família para solicitar a guarda (é necessário lembrar que em muitos casos as mulheres são presas após a prisão dos companheiros, ou seja, já não há outro familiar capaz de ficar com os filhos) essas crianças ficam sob a tutela do Estado, em lares temporários e abrigos. E muitas vezes os irmãos são separados. Segundo os dados apontados por Nana Queiroz em *Presos que menstruam* a estimativa é que 85% das mulheres encarceradas sejam mães, e quando detidas apenas 19,5% dos pais assumem a guarda das crianças, enquanto 39,9% dos casos são os avós maternos que assumem a guarda – o caso dos filhos de Camila, por exemplo.<sup>155</sup>

Para as crianças que não se encontram nessas estatísticas resta serem recebidas por outros familiares, como tios, primos ou irmãos mais velhos, ou o mais comum, serem enviados para orfanatos. Nesses casos é necessário que seja instaurado um processo de guarda, em que muitas vezes as mães que estão em situação de privação de liberdade perdem a guarda por não comparecerem às

---

<sup>154</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 98

<sup>155</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 94

audiências, uma vez que estão presas e o próprio Estado (titular da ação de guarda) não garante que sejam levadas aos fóruns. Ou seja, mais uma vez essas crianças são penalizadas por um sistema prisional falho, que acaba por castigar todos aqueles que orbitam essas mulheres em situação prisional.

Entre as denúncias de violência apresentadas ao longo do livro, outras duas formas são muito presentes e se relacionam com a violência sofrida pelos filhos de mulheres presas: a violência contra as gestantes e a violência obstétrica. Optamos por trazer os dois termos (“contra a gestante” e “obstétrica”), pois é preciso compreendermos que a violência contra a mulher é gênero, possuindo diversas espécies que precisam ser entendidas ao mesmo tempo como únicas em si mesmas e interligadas. A violência contra a mulher é uma das mais complexas na nossa sociedade, principalmente por ela, muitas vezes, residir em detalhes. Assim, para combatê-la é necessário compreendê-la em sua complexidade, para que nada fique para trás. Inclusive, essa é uma das questões centrais em *Presos que menstruam* e que esperamos que esteja ficando claro ao leitor desse trabalho: os testemunhos apresentados na obra são repletos de violência - sutis ou não - e isso acontece porque essa é a realidade dessas mulheres: a violência é constante em suas vidas, o que muitas vezes acaba por abafar a violência perpetuada por elas em seus crimes, uma vez que essa aparece como resposta às violências impostas pela vida.

A violência contra as gestantes aparece na obra, por exemplo, no capítulo “Filhos do Cárcere”, em que Nana Queiroz relembra quando visitou a Unidade Materno-Infantil de Ananindeua e pode conversar com cerca de vinte mulheres que estavam acompanhadas por seus bebês. Ao perguntar quantas delas haviam sido presas grávidas e sofrido algum tipo de tortura metade delas levantou a mão. O primeiro relato apresentado é o de Aline, que afirmou “Bater em grávida é algo normal para a polícia [...] Eu apanhei horrores e tava grávida de seis meses. Um polícia pegou uma ripa e ficou batendo na minha barriga.”<sup>156</sup>

Na mesma visita Queiroz ainda ouviu de outra presa, chamada Michelle que esta apanhou de uma escrivã quando já estava com a barriga protuberante e Mônica

---

<sup>156</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 118

narrou ter recebido socos de um policial que afirmou “filho de bandida tinha de morrer ante de nascer.”<sup>157</sup> Afirmações de ódio contra crianças que ainda nem nasceram não parecem ser raras, Gardênia também conta que quando foi detida estava grávida e após reclamar ao ter tido uma bolsa pesada atirada contra a sua barriga ouviu de um policial “tá reclamando do quê? Isso é só outro vagabundinho que vem vindo no mundo aí.”<sup>158</sup>

A história de Michelle é detalhada algumas páginas à frente, no capítulo intitulado “Fuga”, onde ficamos sabendo que após a agressão por parte da escrivã a gestante começou a sangrar, e o medo de perder seu bebê a fez gritar desesperada por ajuda, porém ninguém a socorreu. Como medida desesperada pegou um pedaço de papel higiênico, limpou o sangue que escorria e jogou pelas grades para fora da cela, como forma de provar a situação. Foi assim que foi encaminhada para a Unidade Materno-Infantil em que se encontrava quando narrou sua história para Queiroz. Quando as duas se conheceram Michelle ainda estava grávida de seis meses.

A violência obstétrica, por sua vez, é um tema que recentemente tem ganhado destaque nas discussões sobre saúde no Brasil. O tema, em si, não é novidade, uma vez que a violência no momento do pré-parto, do parto e/ou do pós-parto acontece há anos, no Brasil e no mundo. Em 2012 foi realizada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que buscou apurar as Violências contra a mulher e nesse momento foi entregue um Dossiê intitulado “Parirás com dor” elaborado pela Rede Parto do Princípio com quase 200 páginas de informações sobre a violência obstétrica.

Na maioria dos casos a violência obstétrica é realizada por profissionais da área da saúde, e alguns exemplos dessa prática são: proibir que a gestante seja acompanhada por uma pessoa de sua escolha durante o pré-parto, o parto ou o pós parto; agressões físicas; a utilização de técnicas como a episiotomia sem o consentimento da gestante; e a prática mais recorrente: as agressões verbais, desde a forma escolhida para tratar a gestante (como, por exemplo, chamar de “mãezinha”

---

<sup>157</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 118

<sup>158</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 71

como forma de diminuir essas mulheres), ou afirmações como “na hora de fazer não doeu” como forma de silenciar os gritos de dor na hora do parto.

No caso de mulheres gestantes em situação de prisional essas violências já citadas também estão presentes, e muitas vezes são ainda mais violentas sob a justificativa de que as presas merecem esse tratamento por terem cometido crimes. Mas em casos de gestantes presas, surge ainda uma nova violência, que não costuma ser vista com relação a outras mulheres gestantes: o parto geralmente acontece com as gestantes acorrentadas ou algemadas, sob a justificativa de que poderia haver uma tentativa de fuga. Absurdo, uma vez que é claro que uma mulher em trabalho de parto não conseguiria fugir de uma sala com diversos profissionais da saúde e guardas que estão ali justamente para evitar essa situação.

Contudo, a lógica não é utilizada nessas situações e na própria obra aqui estudada existem relatos dessa violência obstétrica. No capítulo “Maria de Nazaré”, em que Queiroz apresenta a história da coordenadora da Unidade Materno-Infantil de Ananindeua, a própria coordenadora - Nazaré - narra que uma vez precisou argumentar com a agente carcerária que uma das presas que seria levada para o hospital para ter o bebê não precisava ir algemada com uma aljava de três pontas que seria utilizada (um objeto que se fixa à barriga, aos pés e aos punhos).<sup>159</sup>

O nascimento de Ketelyn, filha de Gardênia, também teve a presença de algemas. Segundo Gardênia ela não teve nem mesmo o direito de segurar a filha após o parto, pois assim que deu à luz foi algemada. Ela pode apenas ver a filha sendo segurada por outra pessoa e mesmo assim foi de relance. Ao narrar esse momento para Nana Queiroz ela afirmou “até nisso é diferente a gente presa do que a gente solta. Solta, você pega seu filho, vê. E eu nem consegui olhar os dedos da mão e do pé, pra ver se não tava faltando nenhum”<sup>160</sup>

Outra violência obstétrica, dessa vez mais sutil, é narrada por Carolina, que conta a Nana Queiroz que foi presa grávida, mas só descobriu a gravidez dentro do presídio. O sonho de Carolina era ter uma menina e após ter tido seus dois primeiros

---

<sup>159</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 84

<sup>160</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 73

filhos homens esperava que essa gravidez trouxesse a tão sonhada filha. Assim, aos três meses solicitou para a mãe, Socorro, que ela custeasse um ultrassom para saber se o bebê que Carolina carregava no ventre estava saudável e se seria um menino ou uma menina. Após Socorro batalhar para juntar o dinheiro e conseguir pagar pelo ultrassom da filha o exame nunca foi feito<sup>161</sup>.

O pré-natal, tão importante para a saúde das gestantes e dos bebês, muitas vezes não é realizado com as mulheres em situação prisional. Os argumentos são diversos, desde a falta de estrutura, até a dificuldade para a locomoção dessas mulheres até hospitais e clínicas onde os exames possam ser realizados. Assim, a violência obstétrica se perpetua nos presídios brasileiros, em que milhares de mulheres passam por suas gestações sem os cuidados básicos recomendados por qualquer médico obstetra e que, em regra, são ofertados no Sistema Público de Saúde do Brasil, sistema que não deveria excluir as mulheres em situação prisional, mas que exclui mesmo assim.

De fato, a gestação de mulheres presas não é algo que o Estado tem interesse, o que influencia na forma como o a visita íntima é oferecida para as mulheres (o que, por sua vez, influencia numa questão muito importante ao falarmos sobre mulheres presas: a solidão). Queiroz explora a questão das visitas íntimas ao longo do capítulo intitulado “Romance de Cadeia”. A Lei de Execuções Penais prevê, desde 1984, a visita íntima, contudo, apenas em 1991 esse direito foi estendido às mulheres, quando o Ministério da Justiça publicou uma resolução que recomendava que o direito fosse assegurado a ambos os sexos. Acontece que mesmo com o direito adquirido as visitas íntimas em presídios femininos são em um número muito menor do que nos presídios masculinos. Entre os motivos para isso está o fato de que os homens não se dispõem a passar por revista íntima para ter o direito da visita. Ao contrário das mulheres, que se costuma pensar serem mais fiéis aos seus companheiros presos, o homem que está solto e a companheira está presa tende a achar uma nova companheira e abandonar àquela mulher.

---

<sup>161</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 112

Quando a questão não é o abandono, o que tende a acontecer é a ausência de um local próprio para a visita íntima, ou em alguns casos, a exigência de casamento, ou ao menos uma união estável, para que a visita seja permitida. Segundo Queiroz, existem presídios em São Paulo em que a visita íntima não é autorizada oficialmente, mas mesmo assim acontece, com os guardas fazendo vista grossa<sup>162</sup>. Essa solução é problemática, pois itens de prevenção à gravidez e/ou doenças sexualmente transmissíveis, como camisinha e remédios, e informações sobre essas questões não são fornecidos pelo Estado, que se abstém da responsabilidade sobre esses casos. Ademais, Heidi Cerneka acredita que a resistência à visita íntima para as mulheres é uma questão de conveniência para o Estado, uma vez que quando a mulher visita o homem preso e engravida, ela terá esse bebê - provavelmente – fora do sistema prisional, enquanto engravidar durante a visita íntima no presídio feminino significa uma gestação sob a tutela do Estado.<sup>163</sup>

Ao longo do que já foi apresentado nesse capítulo tivemos diferentes momentos em que a fala das mulheres presas nos parece ter sido transcrita por Nana Queiroz na sua “literalidade”. Por exemplo, quando Vera conta para Queiroz sobre as agressões sofridas a sua fala é reproduzida com palavras que simulam a fala coloquial, como “tava”, “homi” ou “muié”. Na fala de Gardênia ao contar sobre o nascimento de Ketelyn temos “até nisso é diferente a gente presa do que a gente solta”. Apesar desses traços de oralidade não estarem presentes em todos os capítulos eles aparecem algumas vezes na obra, o que corrobora para entendermos essa obra como um exemplar de *testimonio*. Para Hugo Achugar

las huellas de la oralidad varían de testimonio a testimonio y mientras en algún caso pueden ser recogidas por medio de la permanencia del diálogo inicial (el tú marcado en el texto, referencias a lo dicho o vivido por el interlocutor), en otros, pueden ser registradas por la permanencia de registros propios del discurso oral y transcritos en el discurso escrito (recurso a onomatopeyas, visualización, etc.<sup>164</sup>

Parece-nos que Nana Queiroz optou por trazer esses traços de oralidade em determinados pontos da obra por meio de onomatopeias e recursos de linguagem que

<sup>162</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 233

<sup>163</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 234

<sup>164</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas / ejemplares: la historia y la voz del otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 75

não são comuns da escrita, por exemplo quando ao falar que apanhou muito, a fala de Vera sobre o “muito” contém ao todo dez letras “u”, dando ao leitor a sensação de demora na palavra, para marcar bem o quanto Vera apanhou. Assim como quando Gardênia narra que o policial jogou a bolsa pesada na sua barriga aparece a onomatopeia “Ai!”, indicando dor. Mas o fato é que não fica claro o que levou Queiroz a escolher quais palavras teriam mantidas a forma como foram faladas e quais seriam corrigidas. A autora apenas afirma no prefácio

optei por manter o sabor da gramática das cadeias e o idioma das periferias que lotam as prisões do Brasil. A informalidade, as gírias e a burla à norma culta da língua são informações importantes sobre as origens e a personalidade de cada mulher aqui retratada. Trazem um pouco também das cinco regiões do Brasil pelas quais viajam esses relatos.

Apesar dessa informação inicial dar a sensação ao leitor de *Presos que menstruam* de que nas páginas seguintes encontraria diversas gírias e palavras desconhecidas, isso não acontece. Em contrapartida, na obra *Cadeia*, de Débora Diniz, já citada anteriormente, a autora traz um capítulo intitulado “modos de falar” com palavras escritas ao longo do livro que são utilizadas pelas presas, como, por exemplo, “catatau”, “cabrita”, “parlatório” “nervosinho”, “laranjinha”. Em *Presos que menstruam* isso quase não acontece, o que dá ao leitor a sensação de que durante o trabalho de gestora Nana Queiroz optou por “limpar” o texto de certos hábitos da oralidade, uma escolha passível de crítica.

Nessa mesma seara de pontos que nos chamam a atenção nas escolhas de escrita de Nana Queiroz, nos parece pertinente aprofundar uma questão já citada no capítulo anterior e que afirmamos não concordar: ao trazer no capítulo “Skyline” um conto premiado no concurso “O direito do olhar” da Penitenciária Feminina de Tatuapé a autora opta por não utilizar o nome social do autor do conto. O conto foi escrito por um homem transexual que se encontrava preso no presídio feminino. A curadoria do livro onde o conto foi publicado optou por utilizar o seu nome de nascença (nome feminino) e não o seu nome social, como deveria ter sido feito. A situação dos homens e mulheres transexuais que estão hoje presos no Brasil é muito complexa. Essas pessoas estão sujeitas a uma dupla vulnerabilidade: a prisão em si e a escolha do Estado em prendê-las em instituições masculinas ou femininas levando em conta

apenas o órgão sexual, desconsiderando completamente a forma como essas pessoas se identificam.

Em uma obra como *Presos que menstruem*, que trata sobre questões tão delicadas que envolvem a prisão de mulheres (e todas as suas peculiaridades) é de se esperar que fosse dado um maior destaque para a questão da transexualidade e as prisões, mas a verdade é que o único momento em que essa questão aparece é no capítulo citado acima. E mesmo assim aparece de forma muito rasa, em apenas um parágrafo. Nana Queiroz dá um certo destaque para as relações lésbicas nas prisões, mas acaba deixando de lado outras questões importantes sobre gênero, sexualidade e representação.

Ao longo desse capítulo e do anterior, debatemos as dificuldades que envolvem a presença de um gestor em obras que se relacionam com o *testimonio*. Afinal, muitas vezes o gestor passa a figurar como autor da obra, fazendo desaparecer os nomes daqueles que narram suas histórias, como é o caso da obra aqui trabalhada. Em *Presos que menstruem*, Nana Queiroz torna-se a detentora do que é narrado no livro, perpetuando mais uma vez o silenciamento dessas mulheres em situação prisional. Nós sabemos seus nomes/pseudônimos (não sabendo, na maioria dos casos quem é apresentada com o nome verdadeiro e quem é apresentada com o pseudônimo), sabemos um pouco das suas vidas, mas no fim não sabemos a totalidade do que foi contado para Nana Queiroz. Tudo que chega ao leitor é o resultado do trabalho da autora em transcrever as conversas que teve com essas mulheres, o que envolve diversas escolhas, sem que haja esclarecimento sobre quais escolhas foram feitas e o porquê.

Ao ler livros que se encaixam na teoria do *testimonio* o leitor precisa aceitar o que é narrado como uma verdade, o que gera o já citado “efecto de realidad” como apresentado por Hugo Achugar<sup>165</sup>. Para tal, é necessário que o leitor firme um pacto de aceitar o que está sendo lido, mas também se faz necessário que o gestor seja transparente em suas escolhas e coerente com proposta do *testimonio*. Ao escrever

---

<sup>165</sup> ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas / ejemplares: la historia y la voz del otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 75

*Presos que menstruam*, Nana Queiroz precisou fazer determinadas escolhas, entre elas o uso – ou não – de pseudônimos para as mulheres que contam suas histórias, assim como para os familiares e amigos. Nas quase trezentas páginas que compõem o livro apenas em três momentos Nana Queiroz trata sobre essa questão: o primeiro é quando fala da vítima do sequestro realizado por Vera, no quarto capítulo, em que numa nota de rodapé informa que “Patricia” (o nome da vítima) é um “nome fictício”<sup>166</sup>. Em nenhum momento anterior a essa nota de rodapé a autora explica se fez uso ou não de pseudônimos, nem buscou explicar o método utilizado para a escolha dos nomes.

Logo em seguida, ao iniciar o quinto capítulo uma nova nota de rodapé surge, informando que “por questões de segurança, os nomes dos filhos de Camila, assim como dos parentes de todas as mulheres retratadas neste livro, também são fictícios”<sup>167</sup>. A informação esclarece a escolha da troca dos nomes dos parentes: uma questão de segurança, mas, mais uma vez, não explica a escolha dos pseudônimos das mulheres, ou até mesmo se faz uso desses, ou se são os seus nomes de nascimento.

Para entendermos que em alguns casos foi utilizado pseudônimo e em outros não, é necessário juntarmos algumas peças espalhadas pela obra. Inicialmente conecta-se a informação da nota de rodapé apresentada anteriormente com o que é explicado por Nana Queiroz no capítulo “Esposa?”, em que ao final do texto a autora afirma que perguntou para Vera se ela gostaria que sua história fosse contada usando um pseudônimo. Aliado a essa informação (de que Nana Queiroz perguntou isso a uma das mulheres, o que pode nos indicar que ela fez essa pergunta a todas), temos a questão do “também são fictícios” da nota de rodapé, ou seja, a autora dá indícios que os nomes contidos na obra, por uma questão de segurança, são fictícios, tanto os das presas quanto os de seus familiares.

Acontece que todas essas informações são presunções, uma vez que Nana Queiroz não deixa claro ao leitor, em momento algum, as escolhas feitas com relação

---

<sup>166</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 48

<sup>167</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 50

ao uso ou não de pseudônimo, com exceção de Vera. A presença de uma explicação da forma de escolha de alterar ou não os nomes, mesmo que fosse apenas para dizer “os nomes aqui utilizados são fictícios em sua grande maioria” parece-nos uma forma mais transparente sobre as escolhas da gestora.

Se por um lado Nana Queiroz opta por não informar ao leitor algumas de suas escolhas, em outro momento a autora acaba por ultrapassar o papel de gestora desses testemunhos e traz informações além do que essas mulheres narraram. Uma questão que é sempre muito citada pelos críticos que trabalham com a obra *Meu Nome é Rigoberta Menchú*: e assim nasceu minha Consciência é o fato que Rigoberta Menchú optou, em diferentes momentos da sua narração, por não contar todos os segredos, seus e de seu povo. Essa questão foi levantada no capítulo anterior, quando apontamos que Doris Sommer realizou um trabalho com relação a esses pontos que ficaram de fora do livro publicado em parceria com a antropóloga venezuelana Elisabeth Burgos-Debray. No prólogo de *Meu nome é Rigoberta Menchú* Burgos-Debray descreve a sua relação com Menchú, sendo esse um dos pontos centrais do texto inicial. John Beverley ao tratar sobre isso afirma que essa fala da antropóloga é “en cierto sentido un testimonio de la producción de un testimonio”<sup>168</sup>. É também no prólogo que Burgos-Debray explica as escolhas de corrigir ou não a fala de Menchú, que tem o espanhol – idioma em que narra – como segunda língua. É nesse sentido que entendemos que algumas coisas poderiam ter sido esclarecidas ao longo do prólogo da obra aqui estudada.

É possível encontrarmos, em mais de um texto de John Beverley a visão do autor de que a relação entre Menchú de Burgos-Debray é uma dupla exploração: a gestora faz certas escolhas na hora de transcrever e editar o material obtido com Menchú, afinal, é preciso lembrarmos que os *testimonios* são encontrados principalmente em um campo político, mais voltado para as lutas dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, assim, aqueles que narram são vozes importantes para esses movimentos – Achugar afirma que o espaço discursivo constituído pelo

---

<sup>168</sup> BEVERLEY, John. Anatomía del Testimonio. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, n. 25, p.7-16, jan. 1987. p. 14

*testimonio* é altamente retórico e ideológico<sup>169</sup>, afinal, como já vimos, essa teoria ganha força com os movimentos sociais nos anos 60 e 70 – e ao mesmo tempo, Beverley entende que Menchú também explora sua interlocutora, para fazer chegar seu relato a um público leitor internacional<sup>170</sup>.

Essa dupla exploração parece estar contida na maioria, senão em todos, as obras que possuem um sujeito testemunhal e um gestor, sendo inclusive o caso de *Presos que menstruam*. A jornalista Nana Queiroz ganhou bastante destaque com o lançamento do livro, e as mulheres que narram suas histórias foram, de certa forma, lidas. É claro que essa relação se diferencia da criada por Menchú e Burgos-Debray, afinal, Menchú é uma mulher livre, pode participar do lançamento da sua obra e pode falar em diversos espaços sobre a sua narrativa. Enquanto no livro do *corpus* dessa dissertação as mulheres que narraram suas histórias não puderam fazer parte dos lançamentos e eventos que a obra deu origem.

Voltando ao fato de que Menchú optou por deixar determinados assuntos sem serem comentados, e que Burgos-Debray parece ter respeitado esse posicionamento, em *Presos que menstruam* encontramos uma situação diferente. No capítulo intitulado “Quanto menos virem grades” um pouco da história de Gardênia é narrado, com foco no fato de que estava grávida de uma de suas filhas. Durante a sua narração ela fala para Queiroz que foi presa “num um-dois-um e no tráfico de drogas”<sup>171</sup>. O artigo 121 do Código Penal, que Gardênia faz referência é o que define o crime de homicídio. No capítulo intitulado “O um-dois-um de Gardênia” Nana Queiroz explica que Gardênia sempre se negou a falar sobre o crime cometido, por mais que a jornalista insistisse<sup>172</sup>. E é nesse capítulo que a autora decidiu contar sobre o crime cometido por Gardênia. Assim, após dizer para o leitor que ela não teve acesso a detalhes do crime por parte da presa (diferentemente de Vera, Safira, Camila, entre outras, que contam a Nana

---

<sup>169</sup> ACHUGAR, Hugo. *Historias Paralelas / Ejemplares: La Historia Y La Voz Del Otro*. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 61-83. p. 69

<sup>170</sup> BEVERLEY, John. *Anatomía del Testimonio*. Revista de Critica Literaria Latinoamericana, Lima, n. 25, p.7-16, jan. 1987. p. 15

<sup>171</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 197

<sup>172</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 222

Queiroz detalhes sobre os crimes que resultaram em suas prisões) a jornalista expõe aos leitores os detalhes do homicídio cometido por Gardênia.

Ao longo do capítulo acima citado Queiroz faz uma pequena retrospectiva do crime, e mistura a essa narrativa um pouco do que parece-nos a sua imaginação, além disso, afirma que “não podia acreditar que aquela mulher risonha que eu conhecera tinha sido capaz de algo tão torpe”<sup>173</sup>. Tal julgamento de valor com relação ao crime cometido por Gardênia não parece ter espaço em uma obra como *Presos que menstruam*, que se apresenta como um livro disposto a lidar com um tema já envolto em tabus. O capítulo traz trechos do processo judicial que resultou na condenação de Gardênia e busca recriar em forma de uma narrativa o crime cometido. Gardênia havia sido condenada por matar o seu próprio filho, que na época tinha quatro anos. Assim, em cinco páginas a autora narra ao leitor aquilo que Gardênia decidiu manter para si durante toda sua narrativa. Em poucas páginas a gestora silencia a voz de uma mulher em situação prisional, mais uma vez, como tantos outros já fizeram, possivelmente quebrando a relação de confiança com Gardênia.

E mais, escolhe um processo não de tráfico ou furto, como é o caso da maioria das mulheres que passam pelas páginas de *Presos que menstruam* e pelo sistema prisional brasileiro, mas sim um caso que envolve a morte de uma criança de quatro anos. Antes de mostrar ao leitor o processo de Gardênia, Queiroz faz questão de afirmar que só foi atrás dos processos que levaram a condenação das mulheres que contaram suas histórias meses após as entrevistas terminarem, para, segundo ela, não ir para as conversas com “nenhum viés”<sup>174</sup>.

A escolha de trazer o processo de Gardênia parece revelar ao leitor a questão problemática que pode surgir quando temos alguém falando por quem, em regra, não pode falar. Neste capítulo Queiroz não foi capaz de se despir do seu preconceito como fez ao longo dos outros capítulos e deixa transparecer ao leitor a sua dificuldade em

---

<sup>173</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 222

<sup>174</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 222

aceitar que alguém que ela conheceu e inclusive se afeiçãoou<sup>175</sup> fosse capaz de cometer infanticídio.

Assim como esse capítulo demonstra de forma mais clara a presença de Nana Queiroz na obra, o que deveria ser o menos presente possível, outro também nos chamou a atenção: em “Os guardas”, Queiroz traz mais alguns trechos de sua entrevista com Heidi Cerneka, e nesse momento a autora pergunta se a presença de guardas homens em presídios masculinos não aumenta as chances de estupro. Para esse questionamento Heidi afirma “forçar o sexo com violência física mesmo, não, eles não precisam disso porque existe a troca de regalias”<sup>176</sup>. Esta colocação leva a uma explicação de Cerneka no sentido de que as presas que se envolvem com policiais homens entendem não estarem sendo usadas, pois elas também recebem “regalias” em troca.

Tal constatação é extremamente problemática e parece-nos uma falha por parte de Nana Queiroz em trazê-la na obra sem a necessária problematização. Na ausência de um posicionamento de Nana Queiroz, cabe a nós apontar os problemas em tal afirmação: ao falarmos de prisões é necessário enxergarmos esses espaços (as penitenciárias e presídios) como instituições de controle dos corpos dessas mulheres que estão sob a tutela do Estado. Existe uma hierarquia clara dentro desses espaços e dessa hierarquia surge o poder. Assim, é clara a violência presente no ato de guardas se aproveitarem dessas relações de poder para terem relacionamentos com as presas.

Não podemos aceitar que a existência de “regalias” ou que as presas não enxerguem essas relações como abuso desqualifique essa situação. Não se enxergar na posição de vítima de um abuso não é suficiente para afirmar que ele não existe. Não é nosso objetivo colocar essas mulheres em situação de “vítimas”, mas sim mostrar que mesmo pessoas que lidam diariamente com o sistema penal e prisional de forma crítica, buscando a garantia dos direitos dessas mulheres são capazes de cair em armadilhas do próprio sistema. Parece-nos que falta uma crítica mais aprofundada por parte da autora de *Presos que menstruam* para a afirmação de Heide

---

<sup>175</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 222

<sup>176</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 243

Cerneka, uma vez que a própria autora criou uma campanha para conscientizar a sociedade contra o estupro, apontando que não há motivo algum que justifique um ato tão torpe. Mesmo que à primeira vista a relação entre presas e guardas parece uma relação equilibrada, é necessário visualizar que não há possibilidade de uma relação justa em um sistema de poder tão desigual.

Ademais, um dos motivos que pode influenciar nos relacionamentos entre mulheres presas e os guardas é algo que está presente em diversas páginas de *Presos que menstruam*: a solidão da mulher presa. Ao longo das páginas da obra aqui estudada (assim como nas obras *Prisioneiras*, do Drauzio Varella e *Cadeia*, de Debora Diniz) a solidão aparece como a maior companheira dessas mulheres. Entre os pontos que mais diferenciam as prisões femininas e masculinas a ausência de visita para as mulheres é um dos que mais chama a atenção. Enquanto o homem preso costuma receber a visita da companheira, geralmente acompanhada dos filhos, a mulher que está presa não se encontra na mesma situação. Diversas vezes o companheiro já se encontra preso em outra unidade prisional, e quando essa não é a realidade a tendência é que os companheiros abandonem a suas companheiras presas.

São diversas as passagens de *Presos que menstruam* que mostram a crueldade contida na ausência. Entre elas escolhemos uma para abrir o debate desse tópico: “Maria Aparecida tem 57 anos, vinte filhos, dezenove netos, cinco bisnetos e nenhuma visita — nem sequer um Sedex — nos últimos dois anos e oito meses. Parece ter se acostumado ao isolamento”<sup>177</sup>. Presa na Penitenciária Feminina da Capital (em São Paulo), Maria Aparecida está a mais de 350 quilômetros longe da sua família, formada por trabalhadores rurais que não possuem dias de folga para visitá-la, muito menos possuem dinheiro suficiente para o sustento de Maria Aparecida dentro da prisão.

Assim, além da ausência de afeto, ela precisa lidar com a ausência de itens básicos. No capítulo anterior falamos sobre os kits recebidos pelas presas e como na maioria das vezes eles são insuficientes, sendo necessário que a família os complemente (e mesmo assim seguem sendo insuficientes, como foi visto na questão

---

<sup>177</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 179

do absorvente). No caso de Maria Aparecida, e milhares de outras mulheres, os únicos itens recebidos são os provenientes do kit dado pela Penitenciária. Ao ser questionada por Queiroz se o kit era suficiente ela respondeu que “tem dia que até saio recolhendo papel de jornal do chão para limpar a bunda!”<sup>178</sup>

Em muitos casos, quando o homem é preso a sua companheira está em liberdade, cuida da casa e dos filhos. Nos dias de visita essas mulheres costumam pegar ônibus lotados e passar pelas mais diversas dificuldades para chegar aos presídios a tempo da visita, na maioria das vezes acompanhada dos filhos. Além das companheiras, os homens costumam ser visitados por outros parentes, como mães, irmãs, sobrinhas. Quando a mulher é presa essa situação muda por completo. Muitas vezes o companheiro já está preso, o que significa que essas mulheres não receberão essa visita, como já foi comentado com relação as visitas íntimas.

Quando essa não é a realidade, muitos homens acabam por abandonar suas companheiras e até mesmo os filhos. Além dessa ausência, essas mulheres ainda precisam lidar com a perda dos filhos, seja porque não há quem os leve para visitá-las, seja pela perda da guarda. As famílias também costumam se afastar mais de mulheres presas do que dos homens, o que provavelmente está relacionado com o estigma que ser uma mulher em situação prisional carrega.

Quando Drauzio Varella escreveu *Prisioneiras* o tema da solidão dessas mulheres também esteve muito presente, principalmente porque o médico é capaz de comparar a sua experiência no presídio masculino à sua experiência hoje no presídio feminino. Um capítulo da obra de Drauzio é dedicado para esse tema, apesar do assunto aparecer em diversos outros momentos da obra, assim como em *Presos que menstruam*. Ao iniciar o capítulo intitulado “Solidão”, Varella afirma que “a sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira.”<sup>179</sup> A experiência de Drauzio Varella é interessante para ilustrar esse tópico porque apesar de Nana Queiroz levantar esse debate, ela não possui a experiência com as prisões masculinas, ou seja, ela sabe da solidão dessas mulheres e que com os homens essa situação é diferente, mas Drauzio

---

<sup>178</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 181

<sup>179</sup> VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

Varella traz ao leitor mais informações, é capaz de mostrar essa desigualdade em exemplos. Ele explica que em 11 anos de trabalho na Penitenciária Feminina da Capital nunca viu nem soube de alguém que passasse a madrugada esperando o horário de visita, já em presídios masculinos essa é uma realidade. Segundo Varella:

Chova, faça frio ou calor, quem passa na frente de um presídio masculino nos fins de semana fica surpreso com o tamanho das filas, formadas basicamente por mulheres, crianças e um mar de sacolas plásticas abarrotadas de alimentos. Já na tarde do dia anterior chegam as que armam barracas de plástico para passar a noite nos primeiros lugares da fila, posição que lhes garantirá prioridade nos boxes de revista e mais tempo para desfrutar da companhia do ente querido.<sup>180</sup>

No caso das filas na Penitenciária Feminina, Varella afirma que predominam mulheres, assim como no caso dos presídios masculinos, mas em menor quantidade. Os homens presentes costumam ser mais velhos, geralmente pais ou avôs. Segundo o autor, na Penitenciária Feminina da Capital o número de visitas íntimas oscila entre 180 e 200 presas, o que não corresponde a 10% da população total da instituição. Muitas vezes a família opta por visitar o filho e não a filha, mesmo que a filha se encontre em um presídio mais próxima. Varella narra um caso de uma mãe que visitava o filho a 280 quilômetros de São Paulo, mas não visitava a filha na Penitenciária da Capital, próxima de casa. Quando a filha questionou a mãe o porquê dessa atitude ouviu como resposta "você tem juízo; ele precisa mais de mim"<sup>181</sup>.

Enquanto visitava Carolina junto de Socorro, Nana Queiroz pode perceber como as moças do Presídio Feminino do Distrito Federal buscavam o carinho e a atenção de Socorro, que ao visitar a filha acabava por ser uma visita para tantas outras jovens. Socorro conta para Nana Queiroz que após anos acolhendo as amigas da filha durante a infância e adolescência, nenhuma delas foi visitar Carolina no presídio. Segundo Queiroz, Socorro

é meio mãe de várias mocinhas abandonadas pela família. Escuta histórias, dá conselhos de senso comum, abraça e cobra atenção. Faz as amigas da filha se sentirem importantes e queridas. Senta, escuta e ri, como se tudo aquilo fosse um grande piquenique.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

<sup>181</sup> VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

<sup>182</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 89

Entre as mulheres que não recebiam nenhuma visita, temos Francisca, que na época da escrita do livro se encontrava na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. Quando detida estava grávida da sua filha Cássia, que vivia junto da mãe na Unidade Materno-Infantil da penitenciária. Durante 10 meses Francisca não teve contato algum com seus familiares, pois quando foi apreendida não pode avisar ninguém da prisão e onde a família morava não chegava o correio nem havia telefone. Foi só após esse longo período que a direção do presídio decidiu ajudar Francisca a entrar em contato com seus familiares. A partir desse contato, a filha pequena de Francisca que só conhecia o cárcere pode passar uma semana com a avó e os outros irmãos fora da penitenciária, o que, segundo a mãe, contribuiu muito no desenvolvimento da menina<sup>183</sup>.

A solidão dessas mulheres parece equivaler a uma pena adicional, um martírio. Enquanto Queiroz visitava o Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua, conheceu o local destinado ao confinamento (a solitária, como costumeiramente é conhecida). A autora descreve o espaço como um local com “quatro celas de tamanho minúsculo, munidas apenas de uma torneira de água fria e um buraco no chão”<sup>184</sup>. Em conversa com um dos guardas Queiroz afirmou que aquilo não era lugar de manter um ser humano. Quando o guarda pediu que a autora indicasse algum castigo alternativo ela sugeriu que as visitas fossem suspensas, sugestão que o guarda negou afirmando “aí é que está: esse castigo a vida já deu para elas. Quase nenhuma recebe visitas”.<sup>185</sup>

Em visita à outra Penitenciária, dessa vez na Madre Pelletier em Porto Alegre, Queiroz pede para ver como é o local onde as mulheres recebem a visita íntima. Ao chegar ao local encontrou um ninho de gatos, com filhotes de cerca de um mês. A carcereira então explica para a autora: “sabe o que é? Quase ninguém usa isso aqui... os homens não vêm visitar”.<sup>186</sup>

Em 2011, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo foi defendida a dissertação intitulada “Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma

---

<sup>183</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 116

<sup>184</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 190

<sup>185</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 191

<sup>186</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 239

prisão feminina”<sup>187</sup>, trabalho escrito por Fernanda Cazelli Buckeridge. A pesquisadora realizou trabalho voluntário em algumas instituições prisionais da cidade de São Paulo e baseou sua pesquisa em uma dessas instituições, que segundo ela se mostrou mais aberta ao trabalho voluntário.<sup>188</sup> A pesquisadora aponta que a solidão narrada pelas mulheres presas não é relacionada apenas aos familiares e amigos que se encontram fora do presídio, mas que essas mulheres sentem dificuldade em criar laços de amizade dentro dos presídios. Conforme Buckeridge as presas afirmaram que “na prisão a confiança em outras pessoas ou a demonstração de que se precisa delas de alguma forma pode torná-las vulneráveis, pois as expõe a cobranças de favores em retribuição, decepções e a traições.”<sup>189</sup> Sendo esse um dos motivos que impedem os relacionamentos de amizade nesses ambientes.

As relações conflituosas dentro do presídio aparecem em alguns relatos de *Presos que menstruam*, Júlia narra que ao ser presa precisou lidar com o desprezo e a impicância<sup>190</sup> que sofria por ser uma estudante de Direito em uma faculdade particular, por ter uma família que ajudava, enfim, por não estar na mesma situação que a maioria das mulheres em situação prisional. O medo e a hostilidade são alguns dos motivos que influenciam para uma situação presente nos presídios femininos (e geralmente ausente nos masculinos): os relacionamentos homoafetivos. É claro que esses são motivos secundários, na maioria dos casos o relacionamento evolui de uma forte amizade. Conforme Queiroz:

São, em sua maioria, mulheres que se consideravam heterossexuais antes da detenção e afirmam que, ligadas pelo companheirismo, o apoio na depressão e no medo, se envolveram com outras mulheres. Nessas parcerias

<sup>187</sup> BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. *Por entre as grades*: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge_me.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

<sup>188</sup> BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. *Por entre as grades*: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge_me.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020. p. 13

<sup>189</sup> BUCKERIDGE, Fernanda Cazelli. *Por entre as grades*: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge\\_me.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-104248/publico/buckeridge_me.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020. p. 64

<sup>190</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 145

descobrem novos desejos e, às vezes, o amor. Algumas chegam a dizer que não são, mas “estão lésbicas”.<sup>191</sup>

Nas prisões masculinas os relacionamentos homoafetivos não são aceitos. Essa questão é apontada tanto por Queiroz quanto por Drauzio Varella. Nos presídios femininos a aceitação não é total, mas acontece em maior escala do que nos presídios masculinos. A presença de uma forte corrente evangélica nos presídios acaba por reprimir muito desses relacionamentos, mas nem isso é suficiente para impedir o romance. Muitas vezes essas mulheres que mantêm relacionamentos pedem transferência para a mesma cela, o que às vezes as direções do presídio permitem, fazendo vista grossa para o relacionamento.

A questão de “estar lésbica”, como apontada na citação anterior é delicada. Heidi Cerneka acredita que a maioria das mulheres que vivenciam os relacionamentos homoafetivos nas prisões acabam por voltar às relações heterossexuais quando fora da instituição<sup>192</sup>, o que, segundo a ativista, já foi motivo de revolta entre as presas que possuem orientação sexual definida, tendo uma delas já afirmado “elas não são lésbicas, eu é que sou. Eu é que sei o que é ser lésbica. Elas não são e não podem usar o título!”<sup>193</sup>

O relacionamento entre mulheres dentro das prisões femininas aparece tanto em *Presos que menstruam* quanto em *Prisioneiras*. O capítulo intitulado “Amor em espaços de cólera” apresenta a história de Fabrícia e Fabiana, duas detentas da Penitenciária Madre Pelletier, que em 2014 se casaram em uma cerimônia realizada dentro da instituição, a primeira na história da Penitenciária. A cerimônia foi notícia nos jornais do estado, como o Diário Gaúcho, onde é possível vermos fotos da cerimônia. Fabiana vestia um vestido de noiva branco e Fabrícia optou por um terno. O casamento inclusive aproximou Fabrícia da mãe, que antes não aceitava a orientação sexual da filha, mas que após a notícia do casamento decidiu inclusive levar a filha ao altar, pois entendia que Fabiana fez a sua filha ser boa como nunca antes havia visto<sup>194</sup>.

---

<sup>191</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 251

<sup>192</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 254

<sup>193</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 255

<sup>194</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. P. 255

Outros temas são muito presentes na obra de Nana Queiroz, a maioria está relacionada com violações aos direitos dessas mulheres: más condições dos presídios, sujeira, alimentação ruim (alimentos vencidos e até mesmo com a presença de animais), más condições de higiene básica (um exemplo é o vaso sanitário ser um buraco no chão nas celas destinadas ao castigo das presas). Além disso, a falta de uma defesa qualificada afeta em muito a vida dessas mulheres, que em alguns casos não conseguem nem mesmo compreender o crime pelo qual foram presas (quando falamos sobre a Lei de Drogas no primeiro capítulo ressaltamos que é uma lei complexa, que tem diversos tipos penais).

O que pretendemos ao longo desse capítulo foi analisar o *testimonio* contido em *Presos que menstruam*, mesmo que nos pareça impossível esgotar todos os pequenos detalhes contidos nessa obra em um trabalho de dissertação. Esperamos ter conseguido apontar as questões que nos parecem basilares para entender a obra e que abraçam todas as questões aqui apresentadas: o silenciamento dessas mulheres – o que tem várias consequências, entre elas essa ser uma obra *sobre elas*, mas não escrita *por elas*, assim como a dificuldade em denunciar os abusos sofridos e, por consequência, a facilidade em sofrer esses abusos – desde a ausência de itens de higiene e limpeza, comidas estragadas, celas sujas, até mesmo casos de abuso por parte das autoridades, psicológico ou físico. Além do silenciamento, entendemos que a solidão é um ponto base da obra de Nana Queiroz, pois junto do silêncio vem o vazio. O abandono familiar e as dificuldades em criar laços nos presídios, a saudade dos filhos, dos companheiros, todas essas são questões que podem ser notadas nas falas dessas mulheres, mesmo que apenas de passagem em alguns casos.

Ao trabalharmos com a ideia de *Presos que menstruam* como uma obra de *testimonio* enfrentamos algumas questões que procuramos apontar ao longo desse capítulo e do anterior, sendo a maioria delas relacionadas com o papel da gestora - no caso dessa obra, Nana Queiroz. O *testimonio*, como já explicado, é um gênero narrativo que ganhou força na América Latina no início dos anos 60, e que, segundo John Beverley, é uma expressão dos novos movimentos culturais e de literatura, que

têm como objetivo comunicar um problema de repressão, pobreza, subalternidade, encarceramento, e assim por diante<sup>195</sup>.

A definição de *testimonio* utilizada pela Casa de Las Américas para a categoria da premiação anual que foi criada visando contemplar os textos que se encaixavam nessa teoria é mais ampla e diz

o *testimonio* deve documentar algum aspecto da realidade da América Latina ou do Caribe por uma fonte direta. Uma fonte direta pode ser entendida como o conhecimento dos fatos pelo autor ou seu ou sua compilação das narrativas ou evidências obtidas por meio dos indivíduos envolvidos ou testemunhas.<sup>196</sup>

Entendemos que em *Presos que menstruem*, Nana Queiroz realiza o papel necessário no *testimonio* de compilar as narrativas das presas com quem teve a oportunidade de conversar ao longo de quatro anos, como forma de explicitar um problema que envolve diversas categorias que o *testimonio* busca denunciar: a violência, a pobreza, o encarceramento como forma de controle da população. O papel do gestor é complexo, como já apontamos, afinal, seria desejável – ao menos essa era a ideia inicial da teoria do *testimonio* – um total desaparecimento deste para que a voz do sujeito testemunhal fosse a única a surgir no texto, contudo esperamos ter explicado ao longo dessas páginas o porquê desse desaparecimento não ser possível.

O que buscamos apontar ao longo desse trabalho, e principalmente com destaque nesse terceiro capítulo, é que, mesmo com a voz de Nana Queiroz não sendo totalmente apagada na obra – pelo contrário, a autora transparece muito em todos os capítulos, mais ainda nos momentos em que poderia ter explicado ao leitor determinadas escolhas mas não o faz – ela realiza o trabalho de transformar em um livro os relatos ouvidos nos Presídios e Penitenciárias femininos do Brasil, trazendo na obra diversas denúncias feitas pelas mulheres em situação de privação de liberdade que na maioria das vezes são silenciadas por um sistema penal falho, uma mídia sem interesse em apresentar a perspectiva dessas mulheres e uma sociedade

---

<sup>195</sup> BEVERLEY, John. The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 14. Tradução nossa

<sup>196</sup> BEVERLEY, John. The Margin at the Center: on testimonio (testimonial narrative). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. p. 13. Tradução nossa

que não possui interesse em enfrentar questões relativas ao encarceramento em massa. Assim, *Presos que menstruam* pode ser estudado como um exemplar do *testimonio* ao denunciar questões relativas à solidão e ao silenciamento das mulheres presas, problemas enfrentados por uma população de mais de 40 mil mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil.

## CONCLUSÃO

Chego ao final desse trabalho. Ao longo dos capítulos apresentados busquei trabalhar com a obra *Presos que menstruam* sob o viés do *testimonio* latino-americano, entendendo a obra como um texto de denúncia de diversas violações sofridas por milhares de mulheres em todo o Brasil. Para isso, percorri um caminho longo, em que passei por algumas outras obras da literatura nacional que tratam sobre o tema da literatura de cárcere, desde *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos, passando por Vera Tereza de Jesus, as obras do período da Ditadura Militar e chegando ao pequeno *boom* da literatura prisional. Ultrapassei esse *boom* e cheguei aos anos 2010, quando na metade da década surgiram outras obras envolvendo o cárcere, dessa vez dando destaque para o cárcere feminino.

Foi necessário, antes de me aprofundar mais na obra que compõe o *corpus* dessa dissertação, apresentar um pouco mais da realidade prisional brasileira. Para isso trouxe os dados do INFOPEN – Mulheres, documento produzido em 2018 com objetivo de coletar dados sobre as prisões femininas nacionais. Vimos que os índices indicam que mais de 60% das mulheres aprisionadas no Brasil foram condenadas – ou na maioria das vezes ainda estão sendo julgadas – pelo crime de tráfico de drogas. Busquei apontar os problemas que surgiram com a Nova Lei de Drogas, que hoje já não é tão nova, data de 2006, visto que os estudiosos da área penal entendem ser uma das responsáveis pelo aumento do número de pessoas presas no Brasil desde o seu lançamento.

O encarceramento em massa tem sido debatido nos últimos anos não apenas no âmbito do direito penal, mas também por ativistas, sociólogos, antropólogos e movimentos sociais, muitos deles envolvidos com questões raciais, pois o encarceramento em massa escolheu uma população específica para atacar: em geral os jovens da periferia brasileira, negros e negras. Assim, para compreendermos melhor diversas questões apontadas em *Presos que menstruam* foi necessário compreender que o encarceramento em massa é um projeto que tem um objetivo claro: o controle da população jovem e pobre. A ausência de políticas públicas, educação e saúde, por exemplo, são fatores que levaram diversas mulheres a

cometerem pequenos crimes, como o tráfico em pequena quantidade, ou furto e roubo de pequeno valor.

Quando avanço um pouco nesse trabalho, chego ao momento em que *Presos que menstruam* é apresentado. Apresento a autora, Nana Queiroz, e a estrutura da obra, dando um panorama geral do que seria tratado mais especificamente ao longo do terceiro capítulo. Em conjunto com essa análise mais aberta da obra, apresento a teoria base: a literatura do *testimonio* como estuada na América Latina a partir dos anos 70. E com essas duas questões fui costurando o segundo capítulo de forma a apontar os motivos pelos quais entendo que o *Presos que menstruam* pode ser interpretado como um dos exemplares de *testimonio*.

O terceiro capítulo foi dedicado a analisar o *testimonio* no livro aqui estudado e as denúncias apresentadas ao longo da obra. Como já foi afirmado ao longo dessa dissertação, entendo que duas questões são basilares para compreendermos *Presos que menstruam*: a solidão das mulheres presas e o silenciamento delas. Isso significa compreendermos que cada relato contido em *Presos que menstruam* não foi escrito por essas mulheres e sim, que foi ouvido por uma outra mulher, a jornalista Nana Queiroz, e transcrito no papel por ela, o que a faz ser uma gestora dessa obra. Significa também que essa ausência de escrita das mulheres é mais um dos silenciamentos dessas vozes. Porque além de não escreverem suas histórias, essas pessoas não são ouvidas. A sociedade as ignora, o Poder Judiciário as ignora, a família as ignora. Viver em uma prisão é ser constantemente silenciada, pelas grades, concretas ou imaginárias.

O silenciamento dessas mulheres é, assim como o encarceramento em massa, um controle desses corpos. Quem não tem direito de ser ouvida não tem direito de denunciar as mais diversas atrocidades sofridas sob a tutela do Estado. Não dar voz a mulheres em situação prisional é ter certeza de que, mesmo que algumas delas sejam ouvidas, esses discursos não terão credibilidade. É um projeto muito cruel esse, que se baseia principalmente no preconceito social, que tende a achar que “bandidos” não devem possuir direitos e que os Direitos Humanos são “coisa de bandido”. É com base em uma sociedade preconceituosa e, por que não, sádica, que o Estado age com relações aos presídios brasileiros. Sabendo que poucos se importam com

aqueles que estão presos, mesmo que o Brasil seja o país com a 4ª maior população carcerária, o Estado prefere intervir o menos possível nas condições dos presídios, nas violações de direitos realizadas diariamente, na criação de políticas públicas voltadas para essas pessoas já tão marginalizadas.

Junto do silêncio vem a solidão. Se para os homens presos essa questão já é importante, para as mulheres é ainda mais. Porque enquanto o preso homem recebe a visita da companheira e dos filhos, a presa mulher não costuma receber visita alguma. O companheiro muitas vezes já foi preso antes dela, e quando esse não é o caso tende a abandonar essa mulher. Os filhos quando não estão a quilômetros de distância com os familiares que puderam ficar com as suas guardas, estão espalhados entre abrigos e orfanatos, enquanto uma disputa judicial pela guarda dessas crianças acontece. Disputa essa que muitas vezes é perdida pelas mães porque o próprio Estado, que as está processando, não garante condições de que essas presas compareçam a audiências, ou que tenham uma defesa qualificada.

Aliás, a ausência de defesa qualificada é uma das maiores culpadas pelas prisões de diversas mulheres. Muitas presas narram ao longo da obra que não sabem nem mesmo o crime que as colocou ali. A população carcerária é repleta de mulheres que não foram nem mesmo julgadas ainda, se encontram em regime fechado por uma prisão provisória. Uma situação absurda, que serve apenas, na maioria dos casos, para superlotar as prisões.

Quando alguém se dispõe a ouvir essas milhares de mulheres em situação prisional elas são capazes de contar as suas histórias, e mostrar que a maioria delas não são monstros horríveis suscetíveis das piores penas possíveis, mas sim pessoas que não tiveram as melhores condições de vida, ou melhor, não tiveram nem mesmo condições básicas de vida. A violência percorre a vida dessas mulheres do início ao fim, infâncias violentas, companheiros agressivos, a violência estatal refletida na ausência de educação e saúde básica encaminham essas pessoas para outras diversas violências sofridas nos presídios. Tortura, sujeira, má alimentação, ausência de médicos e exames são apenas alguns dos exemplos de violações sofridas nas prisões.

A pretensão desse trabalho é mostrar àqueles que o lerão que as prisões femininas não estão repletas de criminosas merecedoras das piores coisas, mas sim de mulheres que já passaram por muita coisa em suas vidas e que ao fim, já foram julgadas por um sistema judiciário designado para isso. Ou pior, já estão submetidas a realidade prisional sem nem mesmo terem sido julgadas, como é o caso do relato que abre esse trabalho: uma moça é espancada após ter sido presa por supostamente dar drogas ao seu bebê. Após sofrer agressão no presídio e ficar com sequelas as companheiras de prisão descobrem que não havia drogas, não havia crime. Mas agora já é tarde, essa mulher já passou pelo inferno de estar numa prisão. As sequelas – físicas e psicológicas – não serão facilmente apagadas.

Assim, espero ter conseguido mostrar por meio dos relatos apresentados por Nana Queiroz, e das presas que decidiram contar as suas histórias – principalmente Júlia, Gardênia, Glicéria, Vera, Marcela, Safira e Camila – um pouco da realidade nas prisões brasileiras e espero, principalmente, ter conseguido mostrar que essas mulheres são, antes de tudo, humanas. Possuem sentimentos e necessidades como todos nós, mas que diferentemente de nós, têm a maioria dos seus direitos ignorados, violados ou negados e não possuem as ferramentas necessárias para lutar contra essa situação. Além disso, busquei enquanto análise do texto apontar o silenciamento sofrido por essas mulheres, por parte do Estado, da sociedade e até mesmo da autora da obra em determinados pontos. Em conjunto com essa análise do silenciamento, procurei apontar a questão da solidão da mulher presa, tão denunciada nas páginas de *Presas que menstruam*. Por fim, espero que cada leitor dessa dissertação se incomode o suficiente com essas situações a ponto de querer mudar o que for possível.

## REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas / ejemplares: la historia y la voz del otro. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008

BEVERLEY, John. Prólogo a la segunda edición. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo. *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Revista Abrapalabra, 2002. p. 9-16.

BEVERLEY, John. The Margin at the Center: ON TESTIMONIO (TESTIMONIAL NARRATIVE). *Mfs Modern Fiction Studies*, [s.l.], v. 35, n. 1, p.11-28, 1989. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/mfs.0.0923>.

BRUNO, Emilio; COSTA, Wagner Veneziani (Ed.). *Letras de Liberdade*. São Paulo: Wb Editores, 2000.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.61-78, jan. 2009. Semestral.

CHAPOLA, Ricardo. USP inaugura escultura em homenagem a Ana Kucinski. *Estadão*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,usp-inaugura-escultura-em-homenagem-a-ana-kucinski,1157245>>.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em: <[http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao\\_WEB.pdf](http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf)>

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

GIOSTRI, Alex (Org.). *Mulheres poéticas: A poesia no cárcere*. São Paulo: Giostri, 2017.

HERSELF, Equipe. *Nana Queiroz e os presos que menstruam*. 2018. Disponível em: <<https://herself.com.br/blog/nana-queiroz-e-os-presos-que-menstruam/>>.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>>.

JARA, René; VIDAL, Hernán (Org.). *Testimonio y Literatura*. Mineápolis: Society For The Study Of Contemporary Hispanic And Lusophone Revolutionary Literatures, 1986.

JESUS, Vera Tereza de. *Ela e a reclusão: o condenado poderia ser você*. 2. ed. São Paulo: Edições O Livreiro Ltda, 1967.

- JOCENIR. *Diário de um detento*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001
- KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KUCINSKI, Bernardo. *K.: Relatos de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014
- LACERDA, Lilian de. *Álbum de literatura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: Unesp, 2003.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MANDIM, Ana Maria. Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos: Viúva recebe certidão de óbito de vítima do regime militar. *Folha de São Paulo*. São Paulo. fev. 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/24/brasil/25.html>>.
- MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.
- PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.
- PILLA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.
- QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. "Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, p.67-83, jun. 2002.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. TESTEMUNHO E A POLÍTICA DA MEMÓRIA: O TEMPO DEPOIS DAS CATÁSTROFES. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, p.71-98, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255>>.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ZENI, Bruno. *Sobrevivente André Du Rap (Do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002